



**IMUNIDADES E
INCOMPATIBILIDADES
PARLAMENTARES**





Divisão de Informação Legislativa e
Parlamentar

IMUNIDADES E INCOMPATIBILIDADES PARLAMENTARES



Lisboa
junho 2014

Ficha técnica



Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar

Título do dossier

IMUNIDADES E INCOMPATIBILIDADE PARLAMENTARES

Legislação Comparada:

(Bélgica, Espanha, França, Itália e Reino Unido)

Pesquisa de Legislação efectuada por:

Lisete Gravito, Fernando Bento Ribeiro, Maria Leitão, Filomena Romano de Castro e Dalila Maulide

Colaboradora:

Rosário Campos

Colecção:

Temas, n.º 23

Data de publicação:

junho 2014

Aviso legal e direitos de autor

Este documento é um resumo de informação publicada e não representa necessariamente a opinião do autor ou da Assembleia da República.

O documento foi produzido para apoio aos trabalhos parlamentares dos Deputados e funcionários da Assembleia da República.

© Assembleia da República, 2014. Direitos reservados nos termos do artigo 52º da Lei nº 28/2003, de 30 de julho.

Índice

NOTA PRÉVIA	7
CAPÍTULO I – IMUNIDADES PARLAMENTARES	9
BÉLGICA.....	9
<i>Fundamento Jurídico.....</i>	<i>9</i>
<i>Alcance da Imunidade Parlamentar.....</i>	<i>9</i>
<i>Atos abrangidos pela Imunidade Parlamentar</i>	<i>10</i>
<i>Duração da Imunidade Parlamentar.....</i>	<i>11</i>
<i>Levantamento da Imunidade Parlamentar</i>	<i>11</i>
<i>Legislação.....</i>	<i>13</i>
ESPAÑA	17
<i>Fundamento Jurídico.....</i>	<i>17</i>
<i>Alcance da Imunidade Parlamentar.....</i>	<i>17</i>
<i>Atos abrangidos pela Imunidade Parlamentar</i>	<i>18</i>
<i>Duração da Imunidade Parlamentar.....</i>	<i>19</i>
<i>Levantamento da Imunidade Parlamentar</i>	<i>19</i>
<i>Legislação.....</i>	<i>21</i>
FRANÇA	35
<i>Fundamento Jurídico.....</i>	<i>35</i>
<i>Alcance da Imunidade Parlamentar.....</i>	<i>35</i>
<i>Atos abrangidos pela Imunidade Parlamentar</i>	<i>36</i>
<i>Duração da Imunidade Parlamentar.....</i>	<i>37</i>
<i>Levantamento da Imunidade Parlamentar</i>	<i>38</i>
<i>Legislação.....</i>	<i>41</i>
ITÁLIA	59
<i>Fundamento Jurídico.....</i>	<i>59</i>
<i>Alcance da Imunidade Parlamentar.....</i>	<i>59</i>
<i>Atos abrangidos pela Imunidade Parlamentar</i>	<i>60</i>
<i>Duração da Imunidade Parlamentar.....</i>	<i>61</i>
<i>Levantamento da Imunidade Parlamentar</i>	<i>61</i>
<i>Legislação.....</i>	<i>63</i>
REINO UNIDO.....	87
<i>Fundamento Jurídico.....</i>	<i>87</i>
<i>Alcance da Imunidade Parlamentar.....</i>	<i>87</i>
<i>Duração da Imunidade Parlamentar.....</i>	<i>88</i>
<i>Levantamento da Imunidade Parlamentar.....</i>	<i>88</i>
<i>Legislação.....</i>	<i>89</i>

CAPÍTULO II – INCOMPATIBILIDADES PARLAMENTARES	103
BÉLGICA.....	103
<i>Fundamento Jurídico.....</i>	<i>103</i>
<i>Alcance da Incompatibilidade Parlamentar.....</i>	<i>104</i>
<i>Processo para a declaração de incompatibilidade.....</i>	<i>105</i>
<i>Legislação.....</i>	<i>107</i>
ESPAÑA	121
<i>Fundamento Jurídico.....</i>	<i>121</i>
<i>Alcance da Incompatibilidade Parlamentar.....</i>	<i>122</i>
<i>Processo para a declaração de incompatibilidade.....</i>	<i>125</i>
<i>Legislação.....</i>	<i>127</i>
FRANÇA.....	151
<i>Fundamento Jurídico.....</i>	<i>151</i>
<i>Alcance da Incompatibilidade Parlamentar.....</i>	<i>151</i>
<i>Processo para a declaração de incompatibilidade.....</i>	<i>154</i>
<i>Legislação.....</i>	<i>157</i>
ITÁLIA	173
<i>Fundamento Jurídico.....</i>	<i>173</i>
<i>Alcance da Incompatibilidade Parlamentar.....</i>	<i>173</i>
<i>Processo para a declaração de incompatibilidade.....</i>	<i>174</i>
<i>Legislação.....</i>	<i>175</i>
REINO UNIDO.....	189
<i>Fundamento Jurídico.....</i>	<i>189</i>
<i>Alcance da Incompatibilidade Parlamentar.....</i>	<i>189</i>
<i>Processo para a declaração de incompatibilidade.....</i>	<i>190</i>
<i>Legislação.....</i>	<i>191</i>

Nota Prévia

Em 2006, a pedido da Comissão Parlamentar de Ética e como documento de apoio ao Colóquio “Ética e Política” a realizar na Assembleia da República em 18 e 19 de Abril de 2006, a Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar elaborou um estudo comparado relativo às questões das imunidades, impedimentos e incompatibilidades dos Deputados.

Volvidos alguns anos e, dada a importância do assunto em apreço, considerou-se relevante a sua atualização.

Assim, o presente estudo, que analisa de forma sucinta a situação existente na Bélgica, Espanha, França, Itália e Reino Unido, apresenta também uma recolha da legislação mais relevante em cada um daqueles países, devidamente atualizada.

Por serem matérias distintas, embora interrelacionadas, optou-se por dividir a análise por país em duas partes, a primeira sobre imunidades e a segunda sobre incompatibilidades.

A versão eletrónica deste documento está disponível na Intranet da AR em:

http://arnet/sites/DSDIC/DILP/DILPArquivo/Dossiers%20de%20Informação/Imunidades_e_Incompatibilidades_Parlamentares.pdf

CAPITULO I

IMUNIDADES PARLAMENTARES

a) Fundamento Jurídico

Os membros da [Câmara dos Representantes](#) e do [Senado](#) beneficiam de um regime de irresponsabilidade pelas opiniões e votos que possam exprimir no exercício das suas funções, conforme o disposto no artigo 58.º da [Constituição](#) belga (*freedom of speech*).

O [artigo 59.º da Constituição](#), relativo à inviolabilidade parlamentar, regula todos os outros atos praticados pelo parlamentar, especialmente no quadro da sua vida particular, fixando as respetivas condições da inviolabilidade.

O artigo 120.º da [Constituição](#) alarga o âmbito da imunidade prevista nos seus artigos 58.º e 59.º, a todos os membros dos Parlamentos das Comunidades e das Regiões.

O artigo 160.º do [Regimento da Câmara dos Representantes](#) estabelece o processo a seguir para os pedidos de autorização de procedimento criminal contra um membro da Câmara ou para a suspensão dos procedimentos já instaurados.

O [Regimento do Senado](#) não contém qualquer disposição específica sobre a matéria.

b) Alcance da Imunidade Parlamentar

A imunidade parlamentar consiste no regime de proteção reforçada, consagrado na Constituição, que os parlamentares beneficiam, com vista a assegurar o livre e total exercício das suas funções.

A inviolabilidade protege o parlamentar de investigações e procedimentos criminais.

O artigo 59.º, n.º 1 da Constituição, proíbe a sujeição a procedimento criminal ou a prisão de um parlamentar durante a sessão, sem autorização da Câmara a que pertence. O artigo não veda a possibilidade da instauração contra um parlamentar em jurisdição cível, numa ação com base em factos ilícitos diferentes de votos e opiniões emitidos no desempenho do mandato parlamentar. Por outro lado, não se aplica às “detenções administrativas” que podem ser efetuadas pelos serviços policiais e nas quais, em geral, há flagrante delito.

Perante a situação de flagrante delito ou fora do período de funcionamento da sessão, podem efetuar-se atos de procedimento criminal e de prisão sem necessidade de autorização da Câmara, mas sempre na presença do presidente da Câmara respetiva ou de um membro por ela designado. Para estes atos a autorização é dada pelo primeiro presidente do tribunal de recurso, a pedido do juiz de instrução competente.

Quando o parlamentar tiver sido sujeito a procedimento criminal ou preso sem autorização do Presidente da Câmara, esta pode requerer a suspensão da detenção ou do procedimento criminal pelo tempo que durar a sessão.

c) Atos abrangidos pela Imunidade Parlamentar

A irresponsabilidade pode ser invocada pelo parlamentar exclusivamente quanto às opiniões expressas e aos votos emitidos no exercício do seu mandato. As injúrias e a violência física são estranhas a tal noção.

Incluem-se no exercício de funções parlamentares os discursos pronunciados no Parlamento, os votos emitidos, a apresentação de projetos de lei e de resolução, de perguntas escritas ou orais, interpelações, moções e os trabalhos em grupos políticos ou em comissão parlamentar de inquérito. A regra da irresponsabilidade parlamentar aplica-se igualmente às missões extraordinárias de que a Câmara ou o Senado encarreguem alguns dos seus membros, por exemplo aquando dum inquérito parlamentar. Em contrapartida, o parlamentar não será protegido se, fora do Parlamento, reproduzir ou distribuir discurso pronunciado no exercício das suas funções, quando tais reprodução ou distribuição não se efetuarem no exercício de funções e sejam estranhas à publicidade legal dos debates das Câmaras.

Além disso, o parlamentar não pode ser obrigado a testemunhar em juízo no exercício do mandato, nem acerca da sua opinião, nem sobre a fonte das informações com base nas quais se formou a sua opinião.

A inviolabilidade cobre todos os atos passíveis de procedimento criminal – salvo a situação de flagrante delito – ocorridos ou não no âmbito do exercício das suas funções parlamentares e que não consistam em votos e opiniões emitidos no exercício do seu mandato parlamentar. A expressão *en matière répressive* constante do artigo 59.º da Constituição, engloba todas as categorias de infrações, designadamente, crimes, delitos e contravenções. Com efeito, tal expressão destina-se a proteger o poder legislativo contra as interferências dos outros poderes suscetíveis de entravar os trabalhos do Parlamento.

d) Duração da Imunidade Parlamentar

A irresponsabilidade protege o parlamentar desde a proclamação dos resultados eleitorais, portanto mesmo antes da sua prestação de juramento. Findo o mandato, a irresponsabilidade continua a protegê-lo sem limite de tempo quanto a tudo o que respeite aos atos praticados durante o mandato.

A inviolabilidade só pode ser invocada pelo parlamentar durante a sessão parlamentar, isto é, quando uma ou outra das Câmaras se encontrem em funcionamento. No período de férias parlamentares, é possível sujeitar a procedimento criminal um membro do Parlamento. Porém, na reabertura da sessão, pode a Câmara pedir a suspensão do procedimento criminal.

Cumprido assinalar que, tradicionalmente, a sessão parlamentar termina apenas na véspera da abertura da nova sessão, definido pelo artigo 44.º da Constituição, cujo início tem lugar na segunda terça-feira de outubro. Na prática, portanto, os parlamentares não podem ser sujeitos a procedimento criminal durante toda a legislatura, salvo se a imunidade for levantada.

e) Levantamento da Imunidade Parlamentar

Tendo em conta que a irresponsabilidade protege sempre o parlamentar, o processo de levantamento da imunidade respeita unicamente à inviolabilidade. Esta pode ser levantada, mediante autorização da Câmara de que o parlamentar faça parte, no decurso da sessão parlamentar e por maioria simples. O Presidente informa a respetiva Câmara do pedido de levantamento da imunidade e reenvia para as comissões competentes (*commission des Poursuites*, no caso da Câmara dos Representantes ou *commission de Justice*, no caso do Senado).

A autorização para sujeitar um parlamentar a procedimento criminal é, na maior parte dos casos, requerida pelo Procurador-Geral junto do tribunal de recurso em cuja área tenham ocorrido os factos imputados, pode no entanto, ser também requerida por um particular (parte lesada). O requerimento, acompanhado por exposição dos factos imputados ao parlamentar, deve ser dirigido ao Presidente da Câmara de que é membro o parlamentar visado.

Na Câmara dos Representantes, é a comissão especial (*commission des Poursuites*) competente para apreciar o pedido de levantamento da imunidade. Nomeada em conformidade com os artigos 22.º, 157.º e 158.º do Regimento da Câmara dos Representantes, aprecia os pedidos de autorização de procedimento criminal, de julgar, de

prender ou de colocar em prisão preventiva um membro ou os pedidos de suspensão de processos já iniciados. É composta por sete membros, designados pela Câmara, sob proposta do respetivo Presidente. Da sua composição fazem, igualmente, parte o Presidente e Vice-Presidente designados em conformidade com o artigo 20.º, alínea 2 do Regimento. A Comissão ouve eventualmente o parlamentar interessado, o qual pode comparecer pessoalmente ou fazer-se representar por um dos seus colegas ou por um conselho.

Durante o debate em sessão plenária só podem intervir o relator da Comissão, o parlamentar visado ou o seu representante, um orador favorável e um outro contra o levantamento da imunidade.

No Senado, embora nada obste à eventual designação de uma comissão especial para tal efeito, é a *Commission de Justice* a comissão competente nesta matéria.

A votação em plenário sobre os pedidos de autorização de procedimento criminal ou de suspensão de processos já instaurados efetua-se por sentados e levantados, exceto se o voto nominal for requerido por determinado número de membros. Na prática, porém, a decisão da Câmara dos Representantes é normalmente tomada por consenso, com base na proposta da competente comissão e após debate. No Senado, o plenário pronuncia-se por votação, tradicionalmente sem qualquer debate, das propostas da Comissão competente.

Quando concedem autorização para procedimento criminal, as Câmaras sujeitam-na frequentemente a determinadas condições, nomeadamente, a limitação da autorização aos atos de instrução, impossibilidade de sujeitar o membro a mandado de prisão durante a sessão parlamentar, proibição de interrogatórios em dias e horas reservados ao exercício do mandato parlamentar, etc.

Em situação de flagrante delito ou se o parlamentar tiver sido preso durante a interrupção das sessões, cada Câmara pode solicitar que o parlamentar seja posto em liberdade em consequência da imunidade.

CONSTITUTION**CHAPITRE Ier
DES CHAMBRES FÉDÉRALES****Art. 58**

Aucun membre de l'une ou de l'autre Chambre ne peut être poursuivi ou recherché à l'occasion des opinions et votes émis par lui dans l'exercice de ses fonctions.

Art. 59

Sauf le cas de flagrant délit, aucun membre de l'une ou de l'autre Chambre ne peut, pendant la durée de la session, en matière répressive, être renvoyé ou cité directement devant une cour ou un tribunal, ni être arrêté, qu'avec l'autorisation de la Chambre dont il fait partie.

Sauf le cas de flagrant délit, les mesures contraignantes requérant l'intervention d'un juge ne peuvent être ordonnées à l'égard d'un membre de l'une ou l'autre Chambre, pendant la durée de la session, en matière répressive, que par le premier président de la cour d'appel sur demande du juge compétent. Cette décision est communiquée au président de la Chambre concernée.

Toute perquisition ou saisie effectuée en vertu de l'alinéa précédent ne peut l'être qu'en présence du président de la Chambre concernée ou d'un membre désigné par lui.

Pendant la durée de la session, seuls les officiers du ministère public et les agents compétents peuvent intenter des poursuites en matière répressive à l'égard d'un membre de l'une ou l'autre Chambre.

Le membre concerné de l'une ou de l'autre Chambre peut, à tous les stades de l'instruction, demander, pendant la durée de la session et en matière répressive, à la Chambre dont il fait partie de suspendre les poursuites. La Chambre concernée doit se prononcer à cet effet à la majorité des deux tiers des votes exprimés.

La détention d'un membre de l'une ou de l'autre Chambre ou sa poursuite devant une cour ou un tribunal est suspendue pendant la session si la Chambre dont il fait partie le requiert.

[...]

Art. 120

Tout membre d'un Parlement de communauté ou de région bénéficie des immunités prévues aux articles 58 et 59.

RÈGLEMENT DE LA CHAMBRE DES REPRESENTANTS**CHAPITRE II
DE L'AUTORISATION DE POURSUIVRE
DES MEMBRES DE LA CHAMBRE (88)****Art. 160**

Une commission de sept membres nommés conformément aux articles 22, 157 et 158 est chargée d'examiner les demandes d'autorisation de poursuivre, de juger, d'arrêter ou de placer en détention préventive un membre de la Chambre ou les demandes de suspension de poursuites déjà engagées. Le président et le vice-président sont désignés conformément à l'article 20, alinéa 2.

La commission entend éventuellement le membre intéressé. Celui-ci doit être entendu s'il en fait la demande. Il peut se faire assister par un de ses collègues ou par un conseil.

Dans les débats en séance plénière sur une des demandes visées à l'alinéa premier, peuvent seuls prendre la parole, le rapporteur de la commission, le membre intéressé ou un membre le représentant, un orateur pour, et un orateur contre.

RÈGLEMENT DU SÉNAT

a) Fundamento Jurídico

O n.º 1 do [artigo 71º](#) da [Constituição](#) espanhola dispõe que os deputados e os senadores gozarão da prerrogativa da irresponsabilidade (“*inviolabilidad*”) quanto a opiniões expressas no exercício das suas funções. O n.º 2 da mencionada disposição constitucional estabelece a prerrogativa da imunidade, acentuando que os deputados e os senadores só poderão ser detidos em flagrante delito e só com autorização das respetivas Câmaras podem ser indiciados ou processados judicialmente.

Os artigos 10.º a 14.º do [Regimento do Congresso dos Deputados](#) e o artigo 22.º do [Regimento do Senado](#), dispõem quanto ao processo de apreciação dos pedidos de levantamento da imunidade parlamentar. Nesta sequência, é importante referir ainda a [Lei de 9 de fevereiro de 1912](#) que regula a jurisdição e o processo quanto a delitos de Senadores e Deputados às Cortes Espanholas, a [Lei de Processo Penal de 14 de setembro de 1882](#)¹, que assinala os procedimentos judiciais a serem tomados e o artigo 501º da [Lei Orgânica 10/95, de 23 de novembro](#) relativa ao Código Penal.

b) Alcance da Imunidade Parlamentar

A inviolabilidade implica a irresponsabilidade jurídica do parlamentar (criminal, civil ou disciplinar) pelas opiniões expressas e pelos votos emitidos no Parlamento. Tem em vista assegurar, através da liberdade de expressão dos parlamentares, a livre formação da vontade do órgão legislativo.

A imunidade constitui uma prerrogativa que protege a liberdade pessoal dos deputados e senadores, eximindo-os a detenções e procedimentos judiciais, e desse modo permite obviar a indevidas interferências na composição e no funcionamento do Parlamento.

Segundo decisão do Tribunal Constitucional de 18 de janeiro do 1990, a autorização prévia requerida, nos termos do artigo 71º da [Constituição](#), para que os Deputados e Senadores possam ser indiciados ou processados judicialmente não pode ser exigida quanto à admissão, à apreciação e à decisão de pedidos cíveis que em nada podem afetar a liberdade pessoal daqueles.

¹ Diploma consolidado.

c) Atos abrangidos pela Imunidade Parlamentar

A inviolabilidade implica a irresponsabilidade dos parlamentares pelas opiniões expressas e pelos votos emitidos no exercício das respetivas funções. As opiniões são tanto as oralmente expressas como todas as que seja lícito considerar como orientadas à formação da vontade do Parlamento. Ficam, pois, excluídos todos os atos que, mesmo praticados no lugar das reuniões, não tenham a mencionada finalidade, como qualquer espécie de violência sobre pessoas ou coisas.

Por um critério enumerativo são indicados os actos que podem considerar-se função parlamentar: são incluídas todas as manifestações em reunião plenária ou em comissão, perguntas, interpelações, pedidos, discursos, afirmações, juízos, emendas, votações especiais, ordem do dia e propostas de lei. Também são incluídas as atuações, mesmo fora do local de reuniões, no exercício de funções próprias, como é o caso das comissões de inquérito ou investigação. São igualmente protegidas as publicações oficiais e os relatos fornecidos oficialmente à imprensa sobre as deliberações. São excluídos quaisquer atos alheios à função parlamentar, incluindo aqueles que, relacionando-se com a função pública do representante, não afetam a formação da vontade do Parlamento: como reuniões com os eleitores, atividade jornalística e reuniões de partido ou particulares (ainda que na sede oficial do Parlamento)².

Quanto à imunidade, trata-se de conferir proteção e salvaguarda específicas em matéria penal, salvo em flagrante delito, nenhum parlamentar pode ser detido, indiciado ou processado judicialmente sem prévia autorização da respectiva Câmara.

A determinação da existência de "flagrante delito" pertence ao juiz de instrução, por força da [Lei de 9 de fevereiro de 1912](#).

² A doutrina divide-se quanto ao campo de aplicação da inviolabilidade: em certas interpretações, a inviolabilidade estende-se aos atos parlamentares e aos atos conexos, tendo em conta o papel de intermediários que os Grupos Parlamentares desempenham entre os partidos políticos e as Câmaras; outros autores defendem uma posição clássica e limitam a inviolabilidade às opiniões expressas no seio do Parlamento e dos órgãos parlamentares ou paraparlamentares, invocando para tanto a garantia oferecida pela possibilidade de controlo interno ou autocontrolo que é incarnada pelo Presidente da Câmara.

d) Duração da Imunidade Parlamentar

A inviolabilidade é de carácter permanente, no sentido de que continua a produzir efeitos expirado o mandato do parlamentar.

A imunidade produz efeitos a partir do momento em que os Deputados ou Senadores são proclamados eleitos e por todo o tempo do mandato do parlamentar (portanto, não é só aplicável durante o período normal de funcionamento das Cortes Espanholas).

e) Levantamento da Imunidade Parlamentar

O pedido de levantamento da imunidade parlamentar é transmitido pelo Presidente do Supremo Tribunal (é competente em matéria de procedimento criminal contra os deputados e senadores, segundo o artigo 71º, n.º 3, da [Constituição](#) ³) ao Presidente da Câmara respectiva. A autorização prévia da Câmara não constitui ato jurisdicional mas ato político que é, por sua vez, condição imperativa de procedibilidade: uma sentença em oposição a este processo constitucional estaria ferida de nulidade absoluta.

O Presidente da Câmara em questão transmite o pedido à competente comissão⁴ a qual deve emitir parecer no prazo máximo de trinta dias, após ter ouvido o parlamentar visado (artigos 22º, n.º 2, do [Regimento do Senado](#) e 13º, n.º 2, do [Regimento do Congresso](#)).

A apreciação do parecer da comissão deve ser incluída na ordem do dia da primeira reunião plenária ordinária a seguir à respectiva apresentação. A apreciação dos pedidos de levantamento de imunidade parlamentar efectua-se à porta fechada e pode ser objecto de debate durante o qual se sucedem alternadamente duas intervenções a favor e duas contra.

A votação faz-se por escrutínio secreto e à porta fechada (artigos 97º, nos 2 e 3, e 22º, n.º 3 e seguintes, do [Regimento do Senado](#); artigo 63º, n.º 2, do [Regimento do Congresso dos Deputados](#)).

³ O foro especial de deputados e senadores, em matéria criminal, compreende a competência exclusiva do Supremo Tribunal não só para formular o pedido de procedimento ou prisão mas também para todos os atos processuais após a abertura do processo, incluindo providências e autos de detenção, apreensão, prisão ou processamento. A única exceção é a do flagrante delito que implique pena privativa de liberdade, hipótese em que o juiz instrutor “poderá determinar desde logo a detenção do delincente, informando imediatamente o Supremo Tribunal, o qual comunicará o ocorrido, com toda a urgência, à Câmara legislativa a que pertença o arguido”.

⁴ No Congresso dos Deputados, a “Comisión del Estatuto de los Diputados”, no Senado, a “Comisión de Suplicatorios”.

Todavia, considera-se rejeitado o pedido de levantamento da imunidade parlamentar se a respetiva Câmara sobre ele não se pronunciar dentro de sessenta dias após a data da receção do pedido (artigos 22.º, n.º 5, do [Regimento do Senado](#) e 14.º, n.º 2, do [Regimento do Congresso](#)).

O Presidente da Câmara em causa comunica a decisão ao Supremo Tribunal nos oito dias subsequentes à data em que for tomada.

Se se tiver decidido levantar a imunidade do parlamentar, o Senado, considerando a natureza dos factos imputados, pode também decidir a suspensão temporária da qualidade de Senador do interessado. Esta decisão é tomada à porta fechada e por maioria absoluta dos Senadores (artigo 22.º, n.º 6, do [Regimento do Senado](#)).

O [Regimento do Congresso dos Deputados](#) prevê, no artigo 21.º, n.os 1 e 2, a suspensão dos direitos e deveres dos deputados quando, na sequência da autorização da Câmara para procedimento e da confirmação do despacho judicial que ordene a respetiva instauração, o deputado se encontre em detenção preventiva, e isso por todo o tempo desta última.

CONSTITUCIÓN**Título III.
De las Cortes Generales
CAPÍTULO I
De las Cámaras**

(...)

Artículo 71***Inviolabilidad e inmunidad parlamentarias***

- 1. Los Diputados y Senadores gozarán de inviolabilidad por las opiniones manifestadas en el ejercicio de sus funciones.*
- 2. Durante el período de su mandato los Diputados y Senadores gozarán asimismo de inmunidad y sólo podrán ser detenidos en caso de flagrante delito. No podrán ser inculcados ni procesados sin la previa autorización de la Cámara respectiva.*
- 3. En las causas contra Diputados y Senadores será competente la Sala de lo Penal del Tribunal Supremo.*
- 4. Los Diputados y Senadores percibirán una asignación que será fijada por las respectivas Cámaras.*

REGLAMENTO DEL CONGRESO DE LOS DIPUTADOS**TÍTULO I Del Estatuto de los Diputados****CAPÍTULO SEGUNDO De las prerrogativas parlamentarias**

(...)

Artículo 10

Los Diputados gozarán de inviolabilidad, aun después de haber cesado en su mandato, por las opiniones manifestadas en el ejercicio de sus funciones.

Artículo 11

Durante el período de su mandato, los Diputados gozarán asimismo de inmunidad y sólo podrán ser detenidos en caso de flagrante delito. No podrán ser inculcados ni procesados sin la previa autorización del Congreso.

Artículo 12

El Presidente del Congreso, una vez conocida la detención de un Diputado o cualquiera otra actuación judicial o gubernativa que pudiere obstaculizar el ejercicio de su mandato, adoptará de inmediato cuantas medidas sean necesarias para salvaguardar los derechos y prerrogativas de la Cámara y de sus miembros.

Artículo 13

- 1. Recibido un suplicatorio, en solicitud de la autorización del Congreso a que se refiere el artículo 11, el Presidente, previo acuerdo adoptado por la Mesa, lo remitirá, en el plazo de cinco días, a la Comisión del Estatuto de los Diputados. No serán admitidos los suplicatorios que no fueren cursados y documentados en la forma exigida por las leyes procesales vigentes.*
- 2. La Comisión deberá concluir su trabajo en el plazo máximo de treinta días, tras la audiencia del interesado. La audiencia podrá evacuarse por escrito en el plazo que la Comisión fije u oralmente, ante la propia Comisión.*
- 3. Concluido el trabajo de la Comisión, la cuestión, debidamente documentada, será sometida al primer Pleno ordinario de la Cámara.*

Artículo 14

- 1. En el plazo de ocho días, contados a partir del acuerdo del Pleno de la Cámara sobre concesión o denegación de la autorización solicitada, el Presidente del Congreso dará traslado del mismo a la autoridad judicial, advirtiéndole de la obligación de comunicar a la Cámara los Autos y Sentencias que se dicten y afecten personalmente al Diputado.*
- 2. El suplicatorio se entenderá denegado si la Cámara no se hubiere pronunciado en el plazo de sesenta días naturales, computados durante el período de sesiones a partir del día siguiente al del recibo del suplicatorio.*

REGLAMENTO DEL SENADO**TÍTULO SEGUNDO
DE LOS SENADORES
Y DE LOS GRUPOS PARLAMENTARIOS****CAPÍTULO PRIMERO
DE LAS PRERROGATIVAS Y OBLIGACIONES PARLAMENTARIAS DE LOS SENADORES**

(...)

Artículo 22

1. Durante el período de su mandato, los Senadores gozarán de inmunidad y no podrán ser retenidos ni detenidos salvo en caso de flagrante delito. La retención o detención será comunicada inmediatamente a la Presidencia del Senado.

Los Senadores no podrán ser inculcados ni procesados sin la previa autorización del Senado, solicitada a través del correspondiente suplicatorio. Esta autorización será también necesaria en los procedimientos que estuvieren instruyéndose contra personas que, hallándose procesadas o inculpadas, accedan al cargo de Senador.

(Véase:

[Artículo 71.2](#) de la Constitución

[Ley de Enjuiciamiento Criminal](#)

[Ley de 9 de febrero de 1912](#) declarando los Tribunales que han de entender en el conocimiento de las causas contra Senadores y Diputados

[Artículo 501º](#) de la Ley Orgánica 10/1995, de 23 de noviembre, del Código Penal).

2. El Presidente del Senado, una vez recibido el suplicatorio, lo remitirá acto seguido a la Comisión de Suplicatorios, la cual, reclamando, en su caso, los antecedentes oportunos y con audiencia del interesado, deberá emitir dictamen en un plazo máximo de treinta días. El debate del dictamen será incluido en el orden del día del primer Pleno ordinario que se celebre.

3. El Senado se reunirá en sesión secreta para ser informado del dictamen sobre el suplicatorio de que se trate. Se podrá abrir debate relativo a la concesión del suplicatorio, con dos turnos a favor y dos en contra de forma alternativa.

(Véase:

[Artículo 80](#) de la Constitución y [Norma Supletoria de la Presidencia del Senado](#) sobre el sistema de votación en el Pleno de los dictámenes de la Comisión de Suplicatorios, de 9 de octubre de 2007).

4. El Presidente del Senado, en el plazo de ocho días, contados a partir del acuerdo de la Cámara, dará traslado del mismo al Tribunal Supremo enviándole copia autorizada de la resolución adoptada.

5. El suplicatorio se entenderá denegado si la Cámara no se hubiese pronunciado sobre el mismo en el plazo de sesenta días naturales, computados durante el período de sesiones, a partir del día siguiente al del recibo del suplicatorio.

6. Concedido el suplicatorio y firme el auto de procesamiento, la Cámara podrá acordar por mayoría absoluta de sus miembros, y según la naturaleza de los hechos imputados, la suspensión temporal en la condición de Senador.

La sesión en que la Cámara se pronuncie sobre la procedencia de la suspensión será también secreta, y en ella sólo se admitirán, en forma alternativa, dos turnos a favor y dos en contra, no concediéndose audiencia al Senador interesado.

(Véase [artículo 80](#) de la Constitución).

En el supuesto de suspensión temporal a que este artículo se refiere, la Cámara, en su resolución, podrá acordar la privación de la asignación del Senador implicado hasta su terminación.

LEY DE 9 DE FEBRERO DE 1912 DECLARANDO LOS TRIBUNALES QUE HAN DE ENTENDER EN EL CONOCIMIENTO DE LAS CAUSAS CONTRA SENADORES Y DIPUTADOS

Artículo 1

Corresponderá a la Sala de lo criminal del Tribunal Supremo el conocimiento de las causas contra Senadores y Diputados, aun cuando sólo tengan carácter de electos.

De las causas a que se refiere esta Ley conocerá el Consejo Supremo de Guerra y Marina, constituido en Consejo reunido, siempre que concurran todas las circunstancias siguientes:

1ª. Que los Senadores o Diputados contra quienes se proceda fuesen militares o marinos no retirados.

2ª. Que el hecho por el cual haya de perseguírseles esté comprendido en las leyes penales especiales del Ejército o de la Armada.

3ª. Que el procedimiento no se dirija además contra otros Senadores o Diputados ni sobre otros hechos respecto de los cuales tenga competencia la jurisdicción ordinaria.

La competencia de ambos Tribunales se extenderá hasta la conclusión del proceso, con independencia de la vida legal de las Cortes a que pertenecieren los acusados.

Artículo 2

Si incoado un sumario por un Juez de Instrucción o por un Juzgado instructor de Guerra o Marina, ya de oficio, ya por denuncia o querrela, apareciesen indicios de responsabilidad contra algún Senador o Diputado, tan pronto como fuesen practicadas las medidas necesarias para evitar la ocultación del delito o la fuga del delincuente, se remitirán las diligencias en el plazo más breve posible al Tribunal Supremo o al Consejo Supremo de Guerra y Marina, si procediese con arreglo a lo establecido en el artículo 1.

Igualmente remitirán los autos que estuvieren instruyéndose contra persona que, hallándose procesada, fuese elegida Senador o Diputado, inmediatamente que tuviere noticia de su proclamación.

En caso de flagrante delito que lleve consigo pena aflictiva, podrá el Juez instructor acordar desde luego la detención del delincuente, dando inmediata cuenta al Tribunal o al Consejo Supremo, el cual comunicará con toda urgencia el caso al Cuerpo Colegislador al que pertenezca el procesado.

Artículo 3

El Tribunal Supremo o el Consejo Supremo de Guerra y Marina procederán en los casos que se les atribuyen por la presente Ley, de conformidad a lo prevenido en la Ley de Enjuiciamiento Criminal para la instrucción de las causas que les competen, con arreglo a la

misma Ley y a las Orgánicas del Poder Judicial, a lo establecido en el Código de Justicia Militar y demás disposiciones que regulan el ejercicio de su jurisdicción respectiva.

Artículo 4

Las denuncias o querellas contra Senadores o Diputados se formularán ante el Tribunal Supremo o el Consejo Supremo de Guerra y Marina, observándose lo dispuesto en las leyes y disposiciones de procedimiento.

Artículo 5

Sólo al Tribunal Supremo, o en su caso al Consejo Supremo de Guerra y Marina, corresponde la facultad de pedir autorización al Senado o al Congreso para procesar a un Senador o Diputado.

Al efecto, dirigirá suplicatorio al Cuerpo Colegislador correspondiente, acompañando testimonio de las actuaciones que estime necesarias y del dictamen fiscal, si lo hubiere.

El Tribunal Supremo o el Consejo Supremo de Guerra y Marina, en los respectivos casos, resolverán lo que proceda, según las leyes, acerca de la prisión de los Senadores y Diputados sorprendidos en flagrante delito y contra los cuales se hayan incoado diligencias.

Artículo 6

Mientras que el Senado o el Congreso no resuelvan sobre la autorización pedida, se suspenderán las diligencias de las causas, excepto las encaminadas a la reforma de los autos y providencias en que con anterioridad se hubiese acordado la detención, prisión o procesamiento.

La suspensión de las diligencias sólo se aplicará a aquellas que afecten al Senador o Diputado a quien se refiera la autorización solicitada.

Artículo 7

Si el Senado o el Congreso denegasen la autorización para procesar, se comunicará el acuerdo al Tribunal requirente, que dispondrá el sobreseimiento libre, respecto al Senador o Diputado. Si la autorización fuese concedida, continuará el procedimiento hasta que recaiga resolución o sentencia firme, aun cuando antes de dictarla fueren disueltas las Cortes a que perteneciere el Senador o Diputado objeto del suplicatorio.

Artículo 8

Negada por el Senado o el Congreso la admisión como Senador o Diputado de la persona a quien se refiera un suplicatorio, el Presidente de la Cámara lo comunicará al Tribunal Supremo o al Consejo Supremo de Guerra y Marina, para que éste remita la causa al Juez o Tribunal competente, con arreglo a derecho, y prosiga la sustanciación que proceda.

Artículo 9

Las providencias o autos de detención, arresto, prisión o procesamiento, dictadas contra un Senador o Diputado por el Tribunal Supremo o el Consejo Supremo de Guerra y Marina, en uso de la jurisdicción que les atribuye la presente Ley y con sujeción a las reglas que la misma establece, así como las de reforma o revocación de dichas providencias o autos, serán comunicadas al Cuerpo Colegislador a que corresponda la persona objeto de las mismas.

Artículo 10

Los preceptos de la presente Ley regirán desde la fecha de su promulgación, aplicándose a los procesos en curso contra Senadores y Diputados, salvo que el Senador o Diputado comprendido en el procedimiento reclame ser juzgado por el Juez o Tribunal competente, con arreglo a las leyes o disposiciones que vinieran rigiendo antes de dicha fecha.

A fin de que este derecho pueda ejercitarse, el Juez o Tribunal que conozca de las causas pendientes dará audiencia, por el término de cinco días, al Senador o Diputado de quien se trate para que manifieste si opta por seguir en la misma jurisdicción, entendiéndose que de no hacerlo expresamente queda sometido a la nueva Ley.

Artículo adicional

Para los efectos de esta Ley, no se considerarán incluidos en el párrafo segundo del artículo 1 los Senadores y Diputados que hayan prestado servicio militar en filas, sino durante su permanencia en las mismas.

LEY DE ENJUICIAMIENTO CRIMINAL, PROMULGADA POR REAL DECRETO DE 14 DE SEPTIEMBRE DE 1882

**LIBRO IV
DE LOS PROCEDIMIENTOS ESPECIALES**

**TÍTULO PRIMERO
DEL MODO DE PROCEDER CUANDO FUERE PROCESADO UN SENADOR O DIPUTADO A CORTES**

(...)

Artículo 750

El Juez o Tribunal que encuentre méritos para procesar a un Senador o Diputado a Cortes por causa de delito se abstendrá de dirigir el procedimiento contra él, si las Cortes estuvieran abiertas, hasta obtener la correspondiente autorización del Cuerpo Colegislador a que pertenezca.

Artículo 751

Cuando el Senador o Diputado a Cortes fuere delincuente "in fraganti" podrá ser detenido y procesado sin la autorización a que se refiere el artículo anterior; pero en las veinticuatro horas siguientes a la detención o procesamiento deberá ponerse lo hecho en conocimiento del Cuerpo Colegislador a que corresponda.

Se pondrá también en conocimiento del Cuerpo Colegislador respectivo la causa que existiere pendiente contra el que, estando procesado, hubiese sido elegido Senador o Diputado a Cortes.

Artículo 752

Si un Senador o Diputado a Cortes fuese procesado durante un interregno parlamentario, deberá el Juez o Tribunal que conozca de la causa ponerlo inmediatamente en conocimiento del respectivo Cuerpo Colegislador.

Lo mismo se observará cuando haya sido procesado un Senador o Diputado a Cortes electo antes de reunirse éstas.

Artículo 753

En todo caso, se suspenderán por el Secretario judicial los procedimientos desde el día en que se dé conocimiento a las Cortes, estén o no abiertas, permaneciendo las cosas en el estado en que entonces se hallen, hasta que el Cuerpo Colegislador respectivo resuelva lo que tenga por conveniente.

Artículo 754

Si el Senado o el Congreso negasen la autorización pedida, se sobreseerá respecto al Senador o Diputado a Cortes; pero continuará la causa contra los demás procesados.

Artículo 755

La autorización se pedirá en forma de suplicatorio, remitiendo con éste, y con carácter de reservado, el testimonio de los cargos que resulten contra el Senador o Diputado, con inclusión de los dictámenes del Fiscal y de las peticiones particulares en que se haya solicitado la autorización.

Artículo 756

El suplicatorio se remitirá por conducto del Ministro de Gracia y Justicia.

Las referencias al "Ministerio de Gracia y Justicia" contenidas en el artículo 756, deben entenderse hechas al Ministerio de Justicia, en virtud de lo establecido en el D. 31 mayo 1931 («Gaceta» 6 junio), de revisión de la obra legislativa del Ministerio de Justicia.

LEY ORGÁNICA 10/1995, DE 23 DE NOVIEMBRE, DEL CÓDIGO PENAL

TÍTULO XXI

DELITOS CONTRA LA CONSTITUCIÓN

CAPÍTULO III

DE LOS DELITOS CONTRA LAS INSTITUCIONES DEL ESTADO Y LA DIVISIÓN DE PODERES

SECCIÓN PRIMERA

DELITOS CONTRA LAS INSTITUCIONES DEL ESTADO

(...)

Artículo 501

La autoridad judicial que inculpare o procesare a un miembro de las Cortes Generales o de una Asamblea Legislativa de Comunidad Autónoma sin los requisitos establecidos por la legislación vigente, será castigada con la pena de inhabilitación especial para empleo o cargo público de diez a veinte años.

a) Fundamento Jurídico

O artigo 26.º da [Constitution de la République Française](#) consagra a matéria referente à imunidade dos membros da Assembleia Nacional e do Senado.

O processo de avaliação dos pedidos de levantamento da imunidade a um parlamentar é regulado pelos artigos [80.º](#) e [105.º](#), respectivamente, do [Règlement de l'Assemblée Nationale](#) e do [Règlement du Sénat](#).

O artigo 16.º da [Instruction Générale du Bureau de l'Assemblée Nationale](#) aplica o artigo 26.º da Constituição, definindo o papel da Mesa da Assembleia Nacional na concessão de autorização para o levantamento da imunidade. Também o ponto III bis da [Instruction Générale du Bureau](#) vem aplicar o artigo 26.º da Constituição, regulamentando a matéria referente ao levantamento da imunidade parlamentar pela Mesa do Senado.

A [Ordonnance n.º 58-1100 du 17 de novembre 1958](#), relativa ao funcionamento das Assembleias Parlamentares, estabelece no artigo 9.º bis, o processo de autorização de detenção ou de outra medida privativa ou restritiva de liberdade.

A [Loi n.º 83-634, de 13 de juillet de 1983](#) dispõe, no seu artigo 7.º, sobre os direitos e deveres dos funcionários do Estado e das colectividades territoriais.

b) Alcance da Imunidade Parlamentar

A preocupação com a conciliação da necessária proteção do exercício do mandato parlamentar e o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei conduziu à consagração de um regime de imunidades parlamentares, no seio das quais é possível distinguir duas categorias: a irresponsabilidade e a inviolabilidade.

Na doutrina francesa existem duas interpretações quanto à natureza dos atos cobertos pela irresponsabilidade: uma interpretação extensiva, segundo a qual por tudo o que diga e escreva sobre matéria política, o parlamentar permanece no domínio do seu mandato legislativo; e uma interpretação restritiva, segundo a qual apenas estão cobertos pela irresponsabilidade os atos que só pudessem ser praticados no exercício de um mandato parlamentar, não estando ao alcance de um cidadão comum.

Nesta matéria, a jurisprudência tem optado por uma interpretação restritiva, excluindo, designadamente, do âmbito da irresponsabilidade, as entrevistas dos parlamentares, mesmo que diretamente ligadas a um relatório parlamentar, este sim coberto pelo benefício da

irresponsabilidade; e as opiniões expressas por um parlamentar, em relatórios, efetuados por ocasião de uma missão governamental. Para os tribunais franceses a imunidade parlamentar é sempre um direito excecional.

A irresponsabilidade encontra-se consagrada no primeiro parágrafo, do artigo 26.º, da [Constitution de la République Française](#). Esta disposição garante aos parlamentares, no exercício do seu mandato, o direito de expressão e de decisão em consciência, não podendo ser perseguidos, investigados, presos, detidos ou julgados pelas suas opiniões, escritas ou orais, ou pelos seus votos, desde que emitidos no exercício das suas funções.

Relativamente à inviolabilidade e nos termos do parágrafo segundo, do artigo 26.º, da [Constitution](#), nenhum membro do Parlamento pode ser objeto de detenção ou de qualquer outra medida privativa ou restritiva da liberdade sem autorização da Câmara a que pertença, salvo em caso de crime, flagrante delito ou condenação definitiva. Além disso, o parágrafo terceiro do mesmo artigo e diploma prevê que, a detenção ou aplicação de outra medida privativa ou restritiva de liberdade podem ser suspensas, durante a duração da sessão, no caso da Câmara a que o parlamentar pertença, o requerer.

c) Atos abrangidos pela Imunidade Parlamentar

A irresponsabilidade parlamentar, a que não é possível renunciar, significa que os parlamentares não incorrem em responsabilidade criminal e civil por causa dos votos e opiniões que emitam no exercício das suas funções, protegendo-os de ações judiciais que, fora do quadro do mandato parlamentar, seriam penalmente sancionáveis ou susceptíveis de comprometer a responsabilidade civil do seu autor. Deste modo, a irresponsabilidade parlamentar reveste carácter absoluto, permanente e perpétuo, ficando os parlamentares libertos, para sempre, das ações civis e penais que, em virtude de votos ou opiniões expressas no exercício das suas funções, pudessem contra eles ser dirigidas.

A irresponsabilidade abrange todos os atos da função parlamentar mas, unicamente, esses atos. São estes: as intervenções e os votos em sessão plenária e em comissão, a apresentação de iniciativas legislativas e de propostas de alteração, os relatórios parlamentares, as perguntas e requerimentos escritos e orais, e todos os atos realizados no âmbito de missões em que o parlamentar represente a sua Câmara.

Embora o ordenamento jurídico consagre uma ampla proteção dos parlamentares, a irresponsabilidade implica a sua imunidade total. Por um lado, e no âmbito dos atos ou intervenções públicas, os parlamentares encontram-se sob o poder disciplinar previsto nos artigos 40.º e seguintes do [Règlement de l'Assemblée Nationale](#), e nos artigos 92.º e seguintes do [Règlement du Sénat](#). Na verdade, o Presidente pode retirar a palavra ou

recusar a admissão de uma pergunta escrita que comporte conotações de ordem pessoal. Por outro lado, a irresponsabilidade não abrange as declarações feitas em reuniões públicas, as opiniões manifestadas em livros, artigos de jornal, ou em entrevistas. Não se encontram igualmente abrangidos os comentários feitos pelos parlamentares no exercício de outras funções, mesmo que estas se traduzam na sua mera repetição.

Esta proteção estende-se para além do domínio meramente judicial, constituindo-se como obstáculo a eventuais sanções disciplinares que possam ser aplicadas a parlamentares, no âmbito da sua carreira profissional e em razão de atos praticados no decorrer do seu mandato, nomeadamente quando se trate de funcionários públicos ou militares.

Efetivamente, a [Loi n.º 83-634, de 13 de juillet de 1983](#), veio prever que a carreira dos funcionários públicos eleitos para o Parlamento não pode ser, de nenhuma forma, afetada pelas opiniões emitidas no decurso da campanha eleitoral ou do seu mandato.

Relativamente à inviolabilidade importa destacar três características: não é aplicável em caso de flagrante delito; não se aplica no caso de existir uma condenação definitiva; e tem uma duração limitada ao exercício do mandato. A inviolabilidade apresenta, ainda, um carácter pessoal porque se encontra ligada, exclusivamente, ao parlamentar, não se aplicando nem à sua família, nem aos seus colaboradores. Tem também um carácter relativo porque, nalguns casos, pode ser levantada pela Câmara a que o parlamentar pertença. Quanto à natureza dos factos em causa, a inviolabilidade abrange, unicamente, matérias criminais e correcionais, conforme resulta do parágrafo segundo, do artigo 26.º, da [Constitution](#).

Relativamente ao flagrante delito importa mencionar que o âmbito deste conceito se encontra definido no artigo 53.º do [Code de Procédure Penal](#).

Por fim, refere-se que a imunidade é uma norma de *ordre public*, ou seja, tem carácter imperativo. Assim sendo, a jurisprudência tem vindo, designadamente, a considerar que o parlamentar não pode renunciar a este tipo de imunidade, que os atos que resultem da sua violação são nulos, e que o juiz deve suspender qualquer processo em que a a imunidade não tenha sido levantada.

d) Duração da Imunidade Parlamentar

Os efeitos da irresponsabilidade não se encontram limitados no tempo, apresentando um carácter ilimitado, permanente e definitivo. Já a inviolabilidade apenas produz efeitos durante o período de duração do mandato sendo, conseqüentemente, limitada, provisória e temporária.

e) Levantamento da Imunidade Parlamentar

Nos termos do artigo 9.º bis da [Ordonnance n.º 58-1100 du 17 novembre 1958](#), relativa ao funcionamento das assembleias parlamentares, os pedidos de autorização para detenção, ou para aplicação de uma medida privativa ou restritiva da liberdade de um membro do Parlamento, são formulados pelo Procurador-Geral junto do tribunal competente, e transmitidos pelo Ministro da Justiça, consoante os casos, ao Presidente da Assembleia Nacional ou ao Presidente do Senado. De acordo com o previsto no artigo 9.º bis da [Ordonnance n.º 58-1100 du 17 novembre 1958](#), a autorização dada pela Mesa vale apenas para os factos mencionados no pedido feito à Câmara.

Após a sua receção, e de acordo com o parágrafo segundo, do artigo 26.º da [Constitution](#) e com o artigo 9.º bis da [Ordonnance n.º 58-1100 du 17 novembre 1958](#), a Mesa tem como primeira missão pronunciar-se sobre o pedido, procedendo à sua avaliação, após o que deverá decidir se aceita ou não o pedido, podendo até recusar parte do mesmo. A Mesa deve verificar se o pedido é *sincère, loyal et sérieux*. Desempenha uma função de arbitragem entre a instância judicial e a proteção inerente ao exercício do mandato parlamentar. Deve também verificar se o pedido de levantamento da imunidade está devidamente fundamentado e se indica com precisão quais são os seus objetivos.

Na Assembleia Nacional a tramitação do processo de levantamento da imunidade parlamentar passa por uma comissão competente em razão da matéria, e ainda, pelo Plenário. Efetivamente, e de acordo com o artigo 80.º do [Règlement](#), no início da legislatura, e todos os anos, com exceção do que preceda as eleições, a Assembleia, constitui uma comissão que tem como competência analisar os pedidos de levantamento da imunidade parlamentar.

Os pedidos de suspensão do procedimento judicial, ou das medidas privativas ou restritivas da liberdade são distribuídos à comissão competente constituída em aplicação do artigo 80.º do [Règlement de l'Assemblée Nationale](#), que deve ouvir o deputado ou seu representante e apresentar um relatório.

Nos termos do parágrafo quarto, do artigo 26.º da [Constitution](#), a Câmara reúne-se de pleno direito, em Reunião Plenária extraordinária para permitir o levantamento da imunidade. Esta reunião tem que ser realizada no prazo máximo de uma semana após a distribuição do relatório, ou no caso de este não ser distribuído, no prazo máximo de quatro semanas após a apresentação do pedido. No Plenário, a discussão incide sobre as conclusões que a comissão apresentou. No caso de estas não existirem, debruça-se sobre o pedido que é formulado à Câmara. A Assembleia decide após um debate onde apenas podem participar o autor do relatório da comissão, o Governo, o deputado em questão ou um membro que o represente, um orador a favor e um contra.

A decisão da Assembleia não é passível de recurso. Em caso de indeferimento e na mesma sessão legislativa, não é possível apresentar um novo pedido de levantamento da imunidade com base nos mesmos fundamentos.

Nos termos do artigo 16.º da [Instruction Générale du Bureau de l'Assemblée Nationale](#), as decisões são notificadas ao Ministro da Justiça e publicadas no Jornal Oficial. As decisões da Assembleia são também notificadas ao Primeiro-Ministro.

No caso do Senado esta matéria é regulada pelo artigo 105.º do [Règlement](#) e pelo ponto III bis da [Instruction Générale du Bureau](#). De acordo com estes artigos, é constituída uma comissão para analisar o levantamento da imunidade parlamentar. Para a nomeação desta comissão, o Presidente do Senado fixa um prazo. As conclusões da comissão devem ser apresentadas três semanas após a sua nomeação.

O Plenário não se pronuncia sobre o levantamento da imunidade. No entanto, em 12 de fevereiro de 2014, a Mesa do Senado deliberou retomar o procedimento de voto com o braço no ar para se pronunciar sobre os pedidos de levantamento da imunidade parlamentar.

As decisões são notificadas ao Ministro da Justiça e ao Senador visado, e publicadas no Jornal Oficial.

Na elaboração do presente texto sobre as imunidades parlamentares em França foram consultadas as seguintes fontes de informação:

- Pedido do [CERDP n.º 2498](#) - Immunités parlementaires / Parliamentary immunities, feito pelo Senado francês;
- Pedido do [CERDP n.º 2163](#) - Title Incompatibilities and immunity of Members of Parliament, feito pelo European Parliament;
- Connaissance de l'Assemblée - [Le statut du député](#);
- Connaissance de l'Assemblée - [L'immunité parlementaire](#);
- [Le statut du sénateur: données juridiques](#).

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE**TITRE IV – LE PARLEMENT****ARTICLE 26**

Aucun membre du Parlement ne peut être poursuivi, recherché, arrêté, détenu ou jugé à l'occasion des opinions ou votes émis par lui dans l'exercice de ses fonctions.

Aucun membre du Parlement ne peut faire l'objet, en matière criminelle ou correctionnelle, d'une arrestation ou de toute autre mesure privative ou restrictive de liberté qu'avec l'autorisation du bureau de l'assemblée dont il fait partie. Cette autorisation n'est pas requise en cas de crime ou délit flagrant ou de condamnation définitive.

La détention, les mesures privatives ou restrictives de liberté ou la poursuite d'un membre du Parlement sont suspendues pour la durée de la session si l'assemblée dont il fait partie le requiert.

L'assemblée intéressée est réunie de plein droit pour des séances supplémentaires pour permettre, le cas échéant, l'application de l'alinéa ci-dessus.

RÈGLEMENT DE L'ASSEMBLÉE NATIONALE**CHAPITRE XIV****Discipline et immunité****Article 80**

- 1 - Il est constitué, au début de la législature et, chaque année suivante, à l'exception de celle précédant le renouvellement de l'Assemblée, au début de la session ordinaire, une commission de quinze membres titulaires et de quinze membres suppléants, chargée de l'examen des demandes de suspension de la détention, des mesures privatives ou restrictives de liberté ou de la poursuite d'un député. Les nominations ont lieu en s'efforçant de reproduire la configuration politique de l'Assemblée nationale et, à défaut d'accord entre les présidents des groupes sur une liste de candidats, à la représentation proportionnelle des groupes, selon la procédure prévue à l'article 25. Un suppléant est associé à chaque titulaire. Il ne peut le remplacer que pour l'ensemble de l'examen d'une demande.*
- 2 - Le bureau de la commission comprend un président, trois vice-présidents et trois secrétaires. Les nominations ont lieu en s'efforçant de reproduire la configuration politique de l'Assemblée et d'assurer la représentation de toutes ses composantes. Les membres du bureau sont désignés dans les conditions prévues à l'article 39. Le chapitre X est applicable à la commission constituée en application du présent article.*
- 3 - La commission doit entendre l'auteur ou le premier signataire de la demande et le député intéressé ou le collègue qu'il a chargé de le représenter. Si le député intéressé est détenu, elle peut le faire entendre personnellement par un ou plusieurs de ses membres délégués à cet effet.*
- 4 - Sous réserve des dispositions de l'alinéa suivant, les demandes sont inscrites d'office par la Conférence des présidents, dès la distribution du rapport de la commission, à la plus prochaine séance réservée par priorité par l'article 48, alinéa 6, de la Constitution aux questions des membres du Parlement et aux réponses du Gouvernement, à la suite desdites questions et réponses. Si le rapport n'a pas été distribué dans un délai de vingt jours de session à compter du dépôt de la demande, l'affaire peut être inscrite d'office par la Conférence des présidents à la plus prochaine séance réservée par priorité par l'article 48, alinéa 6, de la Constitution aux questions des membres du Parlement et aux réponses du Gouvernement, à la suite desdites questions et réponses.*

- 5 - Conformément au dernier alinéa de l'article 26 de la Constitution, l'Assemblée se réunit de plein droit pour une séance supplémentaire pour examiner une demande de suspension de détention, de mesures privatives ou restrictives de liberté ou de poursuite ; cette séance ne peut se tenir plus d'une semaine après la distribution du rapport ou, si la commission n'a pas distribué son rapport, plus de quatre semaines après le dépôt de la demande.
- 6 - La discussion en séance publique porte sur les conclusions de la commission formulées en une proposition de résolution. Si la commission ne présente pas de conclusions, la discussion porte sur la demande dont l'Assemblée est saisie. Une motion de renvoi à la commission peut être présentée et discutée dans les conditions prévues à l'article 91. En cas de rejet des conclusions de la commission tendant à rejeter la demande, celle-ci est considérée comme adoptée.
- 7 - L'Assemblée statue sur le fond après un débat auquel peuvent seuls prendre part le rapporteur de la commission, le Gouvernement, le député intéressé ou un membre de l'Assemblée le représentant, un orateur pour et un orateur contre. La demande de renvoi en commission, prévue à l'alinéa précédent, est mise aux voix après l'audition du rapporteur. En cas de rejet, l'Assemblée entend ensuite les orateurs prévus au présent alinéa.
- 8 - Saisie d'une demande de suspension de la poursuite d'un député détenu ou faisant l'objet de mesures privatives ou restrictives de liberté, l'Assemblée peut ne décider que la suspension de la détention ou de tout ou partie des mesures en cause. Seuls sont recevables les amendements présentés à cette fin. L'article 100 est applicable à leur discussion.
- 9 - En cas de rejet d'une demande, aucune demande nouvelle, concernant les mêmes faits, ne peut être présentée pendant le cours de la session.

INSTRUCTION GÉNÉRALE DU BUREAU DE L'ASSEMBLÉE NATIONALE**TITRE IER****APPLICATION DE CERTAINES DISPOSITIONS DU RÈGLEMENT DE L'ASSEMBLÉE NATIONALE****Article 16****(Application de l'article 26 de la Constitution)**

Les demandes présentées en application de l'article 26, alinéa 2, de la Constitution sont adressées au Président de l'Assemblée qui en saisit le Bureau de l'Assemblée nationale, dont les décisions sont préparées par une délégation désignée en son sein.

Elles doivent être formulées par les procureurs généraux intéressés qui précisent les mesures d'arrestation ou les mesures privatives ou restrictives de liberté dont l'autorisation est sollicitée. Les demandes des procureurs généraux sont transmises au Président de l'Assemblée par le garde des sceaux, ministre de la justice.

Les demandes de suspension de poursuite, de détention ou de mesures privatives ou restrictives de liberté présentées en application de l'article 26, alinéa 3, de la Constitution sont imprimées sous la forme de proposition de résolution, distribuées et renvoyées à la commission instituée à l'article 80 du Règlement.

Les décisions du Bureau sont notifiées au garde des sceaux et publiées au Journal officiel. Les décisions de l'Assemblée en matière de suspension de poursuite, de détention ou de mesures privatives ou restrictives de liberté sont notifiées au Premier ministre.

RÈGLEMENT DU SÉNAT**CHAPITRE XIX**
Dispositions diverses**Art. 105**

1. - *Une commission de trente membres est nommée chaque fois qu'il y a lieu pour le Sénat d'examiner une proposition de résolution déposée en vue de requérir la suspension de la détention, des mesures privatives ou restrictives de liberté ou de la poursuite d'un sénateur.*

Pour la nomination de cette commission, le Président du Sénat fixe le délai dans lequel les candidatures doivent être présentées selon la représentation proportionnelle. À l'expiration de ce délai, le Président du Sénat, les présidents des groupes et le délégué de la réunion administrative des sénateurs ne figurant sur la liste d'aucun groupe se réunissent pour établir la liste des membres de la commission. Cette liste est publiée au Journal officiel. La nomination prend effet dès cette publication.

2. - *La commission élit un bureau comprenant un président, un vice-président et un secrétaire et nomme un rapporteur.*
3. - *Les conclusions de la commission doivent être déposées dans un délai de trois semaines à compter de la désignation des membres de la commission ; elles sont inscrites à l'ordre du jour du Sénat par la Conférence des présidents dès la distribution du rapport de la commission.*
4. - *Saisi d'une demande de suspension de la poursuite d'un sénateur détenu ou faisant l'objet de mesures privatives ou restrictives de liberté, le Sénat peut ne décider que la suspension de la détention ou de tout ou partie des mesures en cause.*

INSTRUCTION GÉNÉRALE DU BUREAU***III bis. - Immunités parlementaires***

Dans les cas prévus au deuxième alinéa de l'article 26 de la Constitution, l'arrestation ou toute autre mesure privative ou restrictive de liberté susceptible d'être décidée à l'encontre d'un sénateur fait l'objet d'une demande d'autorisation formulée par le procureur général près la cour d'appel compétente et transmise par le garde des sceaux, ministre de la justice, au Président du Sénat. Cette demande indique précisément les mesures envisagées ainsi que les motifs invoqués.

L'autorisation donnée par le Bureau du Sénat ne vaut que pour les faits mentionnés dans la demande prévue à l'alinéa précédent.

Les décisions du Bureau sont notifiées au garde des sceaux et au sénateur visé par la demande. Elles font l'objet d'une insertion au Journal officiel (édition des Lois et décrets).

ORDONNANCE N° 58-1100 DU 17 NOVEMBRE 1958
RELATIVE AU FONCTIONNEMENT DES ASSEMBLÉES PARLEMENTAIRES

Article 9 bis

Créé par Loi n°96-62 du 29 janvier 1996 - art. 2 JORF 30 janvier 1996

L'arrestation ou toute autre mesure de privative ou restrictive de liberté susceptible d'être décidée à l'encontre d'un membre du Parlement fait, à peine de nullité, l'objet d'une demande d'autorisation formulée par le procureur général près la cour d'appel compétente et transmise par le garde des sceaux, ministre de la justice, au président de l'assemblée intéressée. Cette demande indique précisément les mesures envisagées ainsi que les motifs invoqués.

L'autorisation donnée par le Bureau de l'assemblée intéressée ne vaut que pour les faits mentionnés dans la demande prévue au premier alinéa.

LOI N. °83-634 DU 13 JUILLET 1983,
PORTANT DROITS ET OBLIGATIONS DES FONCTIONNAIRES

Article 7

Modifié par Loi n°2007-224 du 21 février 2007 - art. 23 JORF 22 février 2007

La carrière des fonctionnaires candidats à un mandat électif ou élus au Parlement européen, à un conseil régional, général ou municipal, au conseil général de Mayotte, au conseil territorial de Saint-Barthélemy, au conseil territorial de Saint-Martin, au conseil territorial de Saint-Pierre-et-Miquelon, au congrès, au gouvernement ou aux assemblées de province de la Nouvelle-Calédonie, à l'assemblée de la Polynésie française, ou élus président de la Polynésie française, ou élus à l'assemblée territoriale des îles Wallis et Futuna ou à l'Assemblée des Français de l'étranger, ou membres du Conseil économique et social ne peut, en aucune manière, être affectée par les votes ou les opinions émis par les intéressés au cours de leur campagne électorale ou de leur mandat.

De même, la carrière des fonctionnaires siégeant, à un autre titre que celui de représentants d'une collectivité publique, au sein d'une institution prévue par la loi ou d'un organisme consultatif placé auprès des pouvoirs publics ne saurait être influencée par les positions qu'ils y ont prises.

CODE DE PROCÉDURE PENALE**(PARTIE LÉGISLATIVE)****CHAPITRE IER: DES CRIMES ET DES DÉLITS FLAGRANTS****Chapitre Ier : Des crimes et des délits flagrants****Article 53**

Modifié par Loi n°2004-204 du 9 mars 2004 - art. 77 JORF 10 mars 2004

Est qualifié crime ou délit flagrant le crime ou le délit qui se commet actuellement, ou qui vient de se commettre. Il y a aussi crime ou délit flagrant lorsque, dans un temps très voisin de l'action, la personne soupçonnée est poursuivie par la clameur publique, ou est trouvée en possession d'objets, ou présente des traces ou indices, laissant penser qu'elle a participé au crime ou au délit.

A la suite de la constatation d'un crime ou d'un délit flagrant, l'enquête menée sous le contrôle du procureur de la République dans les conditions prévues par le présent chapitre peut se poursuivre sans discontinuer pendant une durée de huit jours.

Lorsque des investigations nécessaires à la manifestation de la vérité pour un crime ou un délit puni d'une peine supérieure ou égale à cinq ans d'emprisonnement ne peuvent être différées, le procureur de la République peut décider la prolongation, dans les mêmes conditions, de l'enquête pour une durée maximale de huit jours.

Sous-section 1 : Du contrôle judiciaire**Article 138**

Modifié par LOI n°2012-409 du 27 mars 2012 - art. 5

Le contrôle judiciaire peut être ordonné par le juge d'instruction ou par le juge des libertés et de la détention si la personne mise en examen encourt une peine d'emprisonnement correctionnel ou une peine plus grave.

Ce contrôle astreint la personne concernée à se soumettre, selon la décision du juge d'instruction ou du juge des libertés et de la détention, à une ou plusieurs des obligations ci-après énumérées :

- 1° *Ne pas sortir des limites territoriales déterminées par le juge d'instruction ou le juge des libertés et de la détention ;*
- 2° *Ne s'absenter de son domicile ou de la résidence fixée par le juge d'instruction ou le juge des libertés et de la détention qu'aux conditions et pour les motifs déterminés par ce magistrat ;*
- 3° *Ne pas se rendre en certains lieux ou ne se rendre que dans les lieux déterminés par le juge d'instruction ou le juge des libertés et de la détention ;*
- 4° *Informar le juge d'instruction ou le juge des libertés et de la détention de tout déplacement au-delà de limites déterminées ;*
- 5° *Se présenter périodiquement aux services, associations habilitées ou autorités désignés par le juge d'instruction ou le juge des libertés et de la détention qui sont tenus d'observer la plus stricte discrétion sur les faits reprochés à la personne mise en examen ;*
- 6° *Répondre aux convocations de toute autorité, de toute association ou de toute personne qualifiée désignée par le juge d'instruction ou le juge des libertés et de la détention et se soumettre, le cas échéant, aux mesures de contrôle portant sur ses activités professionnelles ou sur son assiduité à un enseignement ainsi qu'aux mesures socio-éducatives destinées à favoriser son insertion sociale et à prévenir le renouvellement de l'infraction ;*
- 7° *Remettre soit au greffe, soit à un service de police ou à une brigade de gendarmerie tous documents justificatifs de l'identité, et notamment le passeport, en échange d'un récépissé valant justification de l'identité ;*
- 8° *S'abstenir de conduire tous les véhicules ou certains véhicules et, le cas échéant, remettre au greffe son permis de conduire contre récépissé ; toutefois, le juge d'instruction ou le juge des libertés et de la détention peut décider que la personne mise en examen pourra faire usage de son permis de conduire pour l'exercice de son activité professionnelle ;*
- 9° *S'abstenir de recevoir ou de rencontrer certaines personnes spécialement désignées par le juge d'instruction ou le juge des libertés et de la détention, ainsi que d'entrer en relation avec elles, de quelque façon que ce soit ;*

- 10° *Se soumettre à des mesures d'examen, de traitement ou de soins, même sous le régime de l'hospitalisation, notamment aux fins de désintoxication. Une copie de l'ordonnance de placement sous contrôle judiciaire est adressée par le juge d'instruction au médecin ou au psychologue qui doit suivre la personne mise en examen. Les rapports des expertises réalisées pendant l'enquête ou l'instruction sont adressés au médecin ou au psychologue, à leur demande ou à l'initiative du juge d'instruction. Celui-ci peut également leur adresser toute autre pièce utile du dossier ;*
- 11° *Fournir un cautionnement dont le montant et les délais de versement, en une ou plusieurs fois, sont fixés par le juge d'instruction ou le juge des libertés et de la détention, compte tenu notamment des ressources et des charges de la personne mise en examen ;*
- 12° *Ne pas se livrer à certaines activités de nature professionnelle ou sociale, à l'exclusion de l'exercice des mandats électifs et des responsabilités syndicales, lorsque l'infraction a été commise dans l'exercice ou à l'occasion de l'exercice de ces activités et lorsqu'il est à redouter qu'une nouvelle infraction soit commise. Lorsque l'activité concernée est celle d'un avocat, le conseil de l'ordre, saisi par le juge d'instruction ou le juge des libertés et de la détention, a seul le pouvoir de prononcer cette mesure à charge d'appel, dans les conditions prévues à l'article 24 de la loi n° 71-1130 du 31 décembre 1971 portant réforme de certaines professions judiciaires et juridiques ; le conseil de l'ordre statue dans les quinze jours ;*
- 13° *Ne pas émettre de chèques autres que ceux qui permettent exclusivement le retrait de fonds par le tireur auprès du tiré ou ceux qui sont certifiés et, le cas échéant, remettre au greffe les formules de chèques dont l'usage est ainsi prohibé ;*
- 14° *Ne pas détenir ou porter une arme et, le cas échéant, remettre au greffe contre récépissé les armes dont elle est détentrice ;*
- 15° *Constituer, dans un délai, pour une période et un montant déterminés par le juge d'instruction ou le juge des libertés et de la détention, des sûretés personnelles ou réelles ;*
- 16° *Justifier qu'elle contribue aux charges familiales ou acquitte régulièrement les aliments qu'elle a été condamnée à payer conformément aux décisions judiciaires et aux conventions judiciairement homologuées portant obligation de verser des prestations, subsides ou contributions aux charges du mariage ;*

17° En cas d'infraction commise soit contre son conjoint, son concubin ou son partenaire lié par un pacte civil de solidarité, soit contre ses enfants ou ceux de son conjoint, concubin ou partenaire, résider hors du domicile ou de la résidence du couple et, le cas échéant, s'abstenir de paraître dans ce domicile ou cette résidence ou aux abords immédiats de celui-ci, ainsi que, si nécessaire, faire l'objet d'une prise en charge sanitaire, sociale ou psychologique ; les dispositions du présent 17° sont également applicables lorsque l'infraction est commise par l'ancien conjoint ou concubin de la victime, ou par la personne ayant été liée à elle par un pacte civil de solidarité, le domicile concerné étant alors celui de la victime.

Les modalités d'application du présent article, en ce qui concerne notamment l'habilitation des personnes contribuant au contrôle judiciaire sont déterminées en tant que de besoin par un décret en Conseil d'Etat.

a) Fundamento Jurídico

O [artigo 68.º da Constituição italiana](#) dispõe que “os membros do Parlamento (*englobando assim os Deputados – da Camera dei Deputati – e os Senadores – do Senato*) não podem ser chamados a responder pelas opiniões expressas e actos praticados no exercício das suas funções”. (1.º parágrafo do artigo)

“Sem autorização da Câmara à qual pertence, nenhum membro do parlamento pode ser submetido a busca pessoal ou domiciliária, nem pode ser preso ou privado da sua liberdade pessoal, ou mantido em detenção, salvo no cumprimento de uma sentença irrevogável de condenação, ou se apanhado em flagrante delito para o qual é prevista a detenção.” (2.º parágrafo do artigo)

“Igual autorização é necessária para submeter os membros do Parlamento a intercepções, de qualquer forma, de conversas ou comunicações e ao sequestro de correspondência”. (3.º parágrafo do artigo).

O [artigo 18.º do Regimento da Câmara dos Deputados](#) regulamenta a composição e modo de funcionamento da “Junta para as autorizações pedidas nos termos do artigo 68.º da Constituição”, ou seja, uma comissão idêntica à nossa Comissão de Ética. Nela são analisados os pedidos de levantamento de imunidade.

b) Alcance da Imunidade Parlamentar

A inviolabilidade implica a irresponsabilidade jurídica do parlamentar (penal, civil e disciplinar) pelas opiniões expressas e pelos votos emitidos no Parlamento. Tem em vista assegurar, através da liberdade de expressão dos parlamentares, a livre formação da vontade do órgão legislativo.

A imunidade constitui uma prerrogativa que protege a liberdade pessoal dos deputados e senadores, eximindo-os a detenções e procedimentos judiciais, e desse modo permite obviar a indevidas interferências na composição e no funcionamento do Parlamento.

Tem havido uma ‘evolução jurisprudencial’ por parte da ‘*Corte Costituzionale*’ na avaliação da “*insinducibilità*”. Com efeito, a sentença n. 1150 de 1998 reveste uma importância notável nessa matéria. Esta atribuiu às Câmaras o poder de avaliar a conduta atribuída a um dos seus membros com vista à determinação do acto praticado reentrar ou não no exercício das funções parlamentares e, por outro lado, uma tal avaliação impede o juiz de tomar uma decisão judicial.

O conceito de inviolabilidade advém da necessidade de uma autorização especial por parte do Parlamento (expressão usada para abranger as duas Câmaras) para perseguir juridicamente um parlamentar que tenha cometido crimes fora do exercício das suas funções.

c) Actos abrangidos pela Imunidade Parlamentar

À semelhança de outros ordenamentos parlamentares, a inviolabilidade implica a ‘irrepreensibilidade’ dos parlamentares pelos votos emitidos e opiniões expressas no exercício das suas funções.

A inviolabilidade implica a irresponsabilidade dos parlamentares pelas opiniões expressas e pelos votos emitidos no exercício das respectivas funções. As opiniões são tanto as oralmente expressas como todas as que seja lícito considerar como orientadas à formação da vontade do Parlamento. Ficam, pois, excluídos todos os actos que, mesmo praticados no lugar das reuniões, não tenham a mencionada finalidade, como qualquer espécie de violência sobre pessoas ou coisas.

A proibição de citar em juízo os membros do Parlamento pelas opiniões expressas no exercício das suas funções não se circunscreve portanto como um privilégio pessoal, mas configura uma garantia do livre exercício da função parlamentar. Mas para que a imunidade não se transforme de isenção da responsabilidade ligada à função, em condição pessoal, a mesma deve encontrar o seu limite na própria razão que a justifica. (Sentenças TC n.º 375 de 1997 e n.º 289 de 1998).

A doutrina tem-se debruçado sobre o âmbito dos actos que se possam inserir neste conceito. Esse conceito é também entendido como uma prerrogativa parlamentar, que tem sido estendida de modo a cobrir não só as opiniões expressas “fora do Parlamento”, mas também as opiniões meramente “conexas às funções de deputado”, que é um conceito bem mais amplo que o conceito de “exercício das funções parlamentares”. E isto sobretudo se tal conceito é interpretado e aplicado pelas Câmaras, com a habitual generosidade para com os próprios componentes.

O problema colocou-se em Itália com maior acuidade aquando da última alteração ao artigo 68.º da Constituição através da [Lei n.º 140, de 20 de Junho de 2003](#), também conhecida como “Lei dos Altos Cargos do Estado”, na qual se excepcionam com um grau maior de imunidade os titulares dos seguintes cargos políticos: Presidente da República; Presidente do Senado da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Conselho de Ministros e Presidente do Tribunal Constitucional.

Esta lei foi declarada não conforme à Constituição pelo tribunal constitucional italiano. Em 2008, o Governo da altura aprovou a [Lei 124/2008](#) que continha “*disposições em matéria de suspensão do processo penal perante altos cargos do Estado*”. Todavia, também esta foi declarada inconstitucional por violar os artigos 3.º e 138.º da Constituição, “*afirmando-se a necessidade de o legislador proceder através de lei de revisão constitucional e não de lei ordinária a fim de introduzir eventuais imunidades pessoais não previstas no texto da Constituição*”.

d) Duração da Imunidade Parlamentar

A inviolabilidade é de carácter permanente, no sentido de que continua a produzir efeitos expirado o mandato do parlamentar.

A imunidade vale a partir do momento em que os Deputados ou Senadores são proclamados eleitos e por todo o tempo do mandato do parlamentar.

e) Levantamento da Imunidade Parlamentar

O procedimento é idêntico em ambas as juntas que regulam as imunidades parlamentares e o levantamento das mesmas.

Os presidentes da Câmara e do Senado enviam aos respectivos presidentes das juntas (comissões parlamentares) os autos enviados pelas autoridades judiciárias, de modo a que as mesmas se pronunciem.

No prazo de 30 dias (vide n.2 do artigo 18-ter do *Regolamento della Camera dei Deputati* e n.7 do artigo 135 do *Regolamento del Senato*) as referidas comissões devem ter o relatório pronto.

Os Senadores, relativamente aos quais foi pedido o levantamento da imunidade parlamentar, que não se tenha apresentado espontaneamente perante os magistrados para fazer declarações nos termos do código de processo penal, pode fornecer esclarecimentos à Junta inclusive mediante documento escrito.

No caso da *Camera dei Deputati*, antes de deliberar, a Junta convida o interessado a fornecer esclarecimentos que tenha como oportunos ou que a própria junta tenha por úteis, consentindo-lhe ainda, sempre que o peça, de aceder aos autos do processo.

Se a *Giunta per le autorizzazioni richieste (Camera)* tenha proposto ao plenário a concessão do levantamento e não tenham sido formuladas propostas diversas, a Assembleia não procede a votações, entendendo-se assim aprovadas as conclusões da comissão.

O pedido de autorização (levantamento) é inscrito como primeiro ponto na ordem do dia da segunda sessão posterior à data em que é apresentado o relatório por parte da *Giunta*.

No caso do Senado o procedimento para as votações é idêntico. Contudo com o particular de ser admitido um relatório de minoria. (n.º 9 do artigo 135 do *Regolamento del Senato*).

LA COSTITUZIONE DELLA REPUBBLICA ITALIANA**PARTE II - ORDINAMENTO DELLA REPUBBLICA****TITOLO I - IL PARLAMENTO****SEZIONE I - LE CAMERE.***Titolo I**Articolo 68*

I membri del Parlamento non possono essere chiamati a rispondere delle opinioni espresse e dei voti dati nell'esercizio delle loro funzioni.

Senza autorizzazione della Camera alla quale appartiene, nessun membro del Parlamento può essere sottoposto a perquisizione personale o domiciliare, né può essere arrestato o altrimenti privato della libertà personale, o mantenuto in detenzione, salvo che in esecuzione di una sentenza irrevocabile di condanna, ovvero se sia colto nell'atto di commettere un delitto per il quale è previsto l'arresto obbligatorio in flagranza.

Analoga autorizzazione è richiesta per sottoporre i membri del Parlamento ad intercettazioni, in qualsiasi forma, di conversazioni o comunicazioni e a sequestro di corrispondenza. ()*

NOTE:

() L'art. 68 è stato sostituito dall'art. 1 della legge costituzionale 29 ottobre 1993, n. 3. Il testo originario dell'articolo era il seguente:*

«I membri del Parlamento non possono essere perseguiti per le opinioni espresse e per i voti dati nell'esercizio delle loro funzioni.

Senza autorizzazione della Camera alla quale appartiene, nessun membro del Parlamento può essere sottoposto a procedimento penale; né può essere arrestato, o altrimenti privato della libertà personale, o sottoposto a perquisizione personale o domiciliare, salvo che sia colto nell'atto di commettere un delitto per il quale è obbligatorio il mandato o l'ordine di cattura.

Eguale autorizzazione è richiesta per trarre in arresto o mantenere in detenzione un membro del Parlamento in esecuzione di una sentenza anche irrevocabile.»

*Titolo II**Articolo 90*

Il Presidente della Repubblica non è responsabile degli atti compiuti nell'esercizio delle sue funzioni, tranne che per alto tradimento o per attentato alla Costituzione. ()*

In tali casi è messo in stato di accusa dal Parlamento in seduta comune, a maggioranza assoluta dei suoi membri.

NOTE:

() La legge costituzionale 11 marzo 1953, n. 1, "Norme integrative della Costituzione concernenti la Corte costituzionale", ha attribuito alla Corte costituzionale il potere di determinare le sanzioni in caso di condanna del Presidente della Repubblica a seguito della messa in stato d'accusa da parte del Parlamento in seduta comune.*

*Titolo III**Articolo 96*

Il Presidente del Consiglio dei ministri e i Ministri, anche se cessati dalla carica, sono sottoposti, per i reati commessi nell'esercizio delle loro funzioni, alla giurisdizione ordinaria, previa autorizzazione del Senato della Repubblica o della Camera dei Deputati, secondo le norme stabilite con legge costituzionale. ()*

NOTE:

() L'articolo è stato sostituito dall'art. 1 della legge costituzionale 16 gennaio 1989, n. 1. Il testo originario era il seguente: «Il Presidente del Consiglio dei ministri e i ministri sono posti in stato d'accusa dal Parlamento in seduta comune per reati commessi nell'esercizio delle loro funzioni.»*

REGOLAMENTO DELLA CAMERA DEI DEPUTATI*Capo IV - Delle Giunte**Articolo 18*

- 1. La Giunta per le autorizzazioni richieste ai sensi dell'art. 68 della Costituzione è composta di ventuno deputati nominati dal Presidente della Camera non appena costituiti i Gruppi parlamentari. Essa riferisce alla Assemblea nel termine tassativo di trenta giorni dalla trasmissione fatta dal Presidente della Camera, sulle richieste di sottoposizione a procedimento penale e sui provvedimenti comunque coercitivi della libertà personale o domiciliare riguardanti deputati. Per ciascun caso la Giunta formula, con relazione, proposta di concessione o di diniego dell'autorizzazione. La Giunta, prima di deliberare, invita il deputato interessato a fornire i chiarimenti che egli ritenga opportuni.*
- 2. Trascorso il termine previsto nel comma 1 senza che la relazione sia presentata, né la Giunta abbia richiesto proroga, il Presidente della Camera nomina fra i componenti la Giunta un relatore, autorizzandolo a riferire oralmente, e iscrive senz'altro la domanda al primo punto dell'ordine del giorno nella seconda seduta successiva a quella in cui è scaduto il termine.*
- 2-bis. Fino alla conclusione della discussione in Assemblea, venti deputati possono formulare proposte motivate in difformità dalle conclusioni della Giunta. Qualora la Giunta abbia proposto la concessione dell'autorizzazione e non siano state formulate proposte diverse, l'Assemblea non procede a votazioni, intendendosi senz'altro approvate le conclusioni della Giunta. L'Assemblea è sempre chiamata a deliberare sulle richieste di autorizzazione relative ai provvedimenti comunque coercitivi della libertà personale o domiciliare (*).*
- 3. La stessa procedura prevista nei precedenti commi si applica quando la domanda di autorizzazione a procedere abbia per oggetto il reato di vilipendio delle assemblee legislative. In tal caso la Giunta può incaricare uno o più componenti per un preventivo esame comune con incaricati della competente Giunta del Senato.*
- 4. La Giunta elegge nella prima riunione un Presidente, due Vicepresidenti e tre Segretari ed esercita le proprie funzioni sulla base di un Regolamento interno che, previo esame della Giunta per il Regolamento, deve essere approvato dalla Camera con le modalità previste nel comma 4 dell'art. 16.*

() Comma aggiunto il 20 maggio 1993.*

Articolo 18-bis

- 1. Il Presidente della Camera invia immediatamente alla Giunta di cui all'articolo 18 gli atti trasmessi dall'autorità giudiziaria ai fini delle deliberazioni sulle richieste di autorizzazione a procedere previste dalla legge costituzionale 16 gennaio 1989, n. 1.*

() Articolo approvato il 28 giugno 1989.*

Articolo 18-ter

- 1. La Giunta di cui all'articolo 18 riferisce all'Assemblea con relazione scritta, nel termine tassativo e improrogabile di trenta giorni dalla trasmissione degli atti da parte del Presidente della Camera, sulle richieste di sottoposizione a procedimento penale concernenti i reati di cui all'articolo 96 della Costituzione. Prima di deliberare la Giunta invita l'interessato a fornire i chiarimenti che egli reputi opportuni o che la Giunta stessa ritenga utili, consentendogli altresí, qualora ne faccia richiesta, di prendere visione degli atti del procedimento.*
- 2. Qualora ritenga che alla Camera non spetta deliberare sulla richiesta di autorizzazione a procedere ai sensi dell'articolo 5 della legge costituzionale 16 gennaio 1989, n. 1, la Giunta propone che gli atti siano restituiti all'autorità giudiziaria.*
- 3. Al di fuori del caso previsto dal comma 2, la Giunta propone, con riferimento ai singoli inquisiti, la concessione o il diniego dell'autorizzazione.*
- 4. La richiesta di autorizzazione è iscritta di norma al primo punto dell'ordine del giorno della seconda seduta successiva alla data in cui viene presentata la relazione da parte della Giunta, e comunque osservando quanto disposto dal successivo comma 5. Nel caso di decorso del termine previsto dal comma 1 senza che la relazione sia stata presentata, il Presidente della Camera nomina fra i componenti della Giunta un relatore, autorizzandolo a riferire oralmente all'Assemblea, e iscrive la richiesta di autorizzazione, di norma, al primo punto dell'ordine del giorno della seconda seduta successiva alla data in cui è scaduto il termine, e comunque osservando quanto disposto dal successivo comma 5.*
- 5. Qualora non risulti possibile, procedendo a norma del comma 4, assicurare l'osservanza del termine di cui all'articolo 9, comma 3, della legge costituzionale 16 gennaio 1989, n. 1, la Camera è appositamente convocata entro il termine suddetto per deliberare sulla richiesta di autorizzazione a procedere.*
- 6. Fino alla conclusione della discussione in Assemblea, venti deputati o uno o più Presidenti di Gruppi che, separatamente o congiuntamente, risultino di almeno pari consistenza numerica possono formulare proposte in difformità dalle conclusioni della Giunta, mediante la presentazione di appositi ordini del giorno motivati.*

7. *L'Assemblea è chiamata a votare, in primo luogo, sulle proposte di cui al comma 2. Nel caso in cui queste ultime siano respinte e non siano state formulate proposte diverse, la seduta è sospesa per consentire alla Giunta di presentare ulteriori conclusioni. Sono quindi messe in votazione le proposte di diniego dell'autorizzazione, le quali si intendono respinte qualora non abbiano conseguito il voto favorevole della maggioranza assoluta dei componenti l'Assemblea. La reiezione di tali proposte è intesa come deliberazione di concessione dell'autorizzazione.*
8. *Qualora la Giunta abbia proposto la concessione dell'autorizzazione e non siano state formulate proposte diverse, l'Assemblea non procede a votazioni, intendendosi senz'altro approvate le conclusioni della Giunta.*
9. *Qualora sia stata richiesta l'autorizzazione a procedere contro più soggetti indicati come concorrenti in uno stesso reato, l'Assemblea delibera separatamente nei confronti di ciascuno di tali soggetti.*

() Articolo approvato il 28 giugno 1989.*

Articolo 18-quater

1. *La Giunta di cui all'articolo 18 riferisce all'Assemblea, nel termine tassativo e improrogabile di cinque giorni dalla trasmissione degli atti da parte del Presidente della Camera, sulle richieste di autorizzazione formulate ai sensi dell'articolo 10, comma 1, della legge costituzionale 16 gennaio 1989, n. 1. Prima di deliberare la Giunta invita l'interessato a fornire i chiarimenti che egli reputi opportuni o che la Giunta stessa ritenga utili.*
2. *Qualora ritenga che alla Camera non spetta deliberare sulla richiesta di autorizzazione ai sensi degli articoli 10, comma 1, e 5 della legge costituzionale 16 gennaio 1989, n. 1, la Giunta propone che gli atti siano restituiti all'autorità giudiziaria. In ogni altro caso la Giunta formula, con relazione, proposta di concessione o di diniego dell'autorizzazione.*
3. *Per l'iscrizione della richiesta di autorizzazione all'ordine del giorno dell'Assemblea si osservano le disposizioni del comma 4 dell'articolo 18-ter. Qualora non risulti in tal modo possibile assicurare l'osservanza del termine di cui all'articolo 10, comma 3, della legge costituzionale 16 gennaio 1989, n.1, la Camera è appositamente convocata entro il termine suddetto per deliberare sulla richiesta di autorizzazione.*

4. L'Assemblea è chiamata a votare sulle conclusioni formulate dalla Giunta. Qualora venga respinta la proposta di restituire gli atti all'autorità giudiziaria di cui al precedente comma 2, la seduta è sospesa per consentire alla Giunta di formulare ulteriori conclusioni.

() Articolo approvato il 28 giugno 1989.*

REGOLAMENTO DI SENATO**CAPO V - DELLA GIUNTA PER IL REGOLAMENTO, DELLA GIUNTA DELLE ELEZIONI E DELLE IMMUNITÀ PARLAMENTARI E DELLA COMMISSIONE PER LA BIBLIOTECA E PER L'ARCHIVIO STORICO***Articolo 19*

Giunta delle elezioni e delle immunità parlamentari.

1. La Giunta delle elezioni e delle immunità parlamentari è composta di ventitrè Senatori ed è presieduta da un Senatore che la Giunta elegge fra i propri membri.

[...]

5. Spetta inoltre alla Giunta l'esame delle domande di autorizzazione a procedere presentate ai sensi dell'articolo 68 della Costituzione nonchè di riferire al Senato sugli atti trasmessi dall'autorità giudiziaria per l'autorizzazione a procedere per i reati di cui all'articolo 96 della Costituzione e sulle domande di autorizzazione presentate ai sensi dell'articolo 10, comma 1, della legge costituzionale 16 gennaio 1989, n. 1.

[...]

CAPO XVI - DELLE DOMANDE DI AUTORIZZAZIONE A PROCEDERE E DELLA VERIFICA DEI POTERI*Articolo 135*

Esame delle domande di autorizzazione a procedere presentate ai sensi dell'articolo 68 della Costituzione.

1. Le domande di autorizzazione a procedere inviate al Senato sono deferite dal Presidente all'esame della Giunta delle elezioni e delle immunità parlamentari, di cui all'articolo 19. A questa il Ministro competente trasmette i documenti che gli siano richiesti.

2. La Giunta non si pronuncia su una domanda di autorizzazione a procedere nel solo caso in cui il Ministro dia comunicazione che il relativo procedimento è cessato.

3. Per la validità delle riunioni della Giunta in sede di esame delle autorizzazioni a procedere è prescritta la presenza di almeno un terzo dei componenti.

4. *Tutti gli atti ed i documenti pervenuti alla Giunta relativi alle domande di autorizzazione a procedere possono essere esaminati esclusivamente dai componenti della Giunta stessa e nella sede di questa.*
5. *Il Senatore, nei cui confronti è stata richiesta l'autorizzazione a procedere in giudizio, che non si sia presentato spontaneamente al magistrato per fare dichiarazioni ai sensi del codice di procedura penale, può fornire chiarimenti alla Giunta anche mediante memorie scritte.*
6. *Se la domanda di autorizzazione a procedere ha per oggetto il reato di vilipendio alle Assemblee legislative, la Giunta può incaricare uno o più dei suoi componenti di un preventivo esame comune con rappresentanti della competente Giunta della Camera dei deputati.*
7. *La Giunta deve riferire al Senato nel termine di trenta giorni dalla data di assegnazione della domanda, salvo che le sia stato concesso, e per una sola volta, un nuovo termine che non può superare quello originario.*
8. *Presentata la relazione o trascorso inutilmente il termine di cui al comma precedente, la domanda viene inserita tra gli argomenti iscritti nel calendario o nello schema dei lavori in corso.*
9. *E' ammessa in ogni caso la presentazione di relazioni di minoranza.*
10. *L'Assemblea delibera sulla proposta della Giunta o, in difetto, sulla domanda di autorizzazione, udita la relazione informativa del Presidente della Giunta o di altro membro della Giunta dalla stessa espressamente delegato.*
11. *Le disposizioni di cui ai commi precedenti si osservano, in quanto applicabili, per tutte le autorizzazioni richieste al Senato ai sensi dell'articolo 68 della Costituzione.*

Articolo 135-bis (1)

Esame degli atti trasmessi dall'autorità giudiziaria per l'autorizzazione a procedere per i reati di cui all'articolo 96 della Costituzione.

1. *Il Presidente del Senato invia alla Giunta delle elezioni e delle immunità parlamentari, entro il termine di cinque giorni dalla data di ricevimento, gli atti trasmessi dall'autorità giudiziaria ai fini dell'autorizzazione a procedere per i reati di cui all'articolo 96 della Costituzione.*

2. *La Giunta invita l'interessato a fornire i chiarimenti che egli reputi opportuni o che la Giunta stessa ritenga utili, consentendogli altresì di prendere visione degli atti del procedimento, di produrre documenti e di presentare memorie.*
3. *La Giunta presenta la relazione scritta per l'Assemblea entro trenta giorni dalla data in cui ha ricevuto gli atti. E' ammessa la presentazione di relazioni di minoranza.*
4. *Qualora ritenga che al Senato non spetti deliberare sulla richiesta di autorizzazione a procedere, la Giunta propone che gli atti siano restituiti all'autorità giudiziaria.*
5. *Al di fuori del caso previsto dal comma 4, la Giunta propone, con riferimento ai singoli inquisiti, la concessione o il diniego dell'autorizzazione.*
6. *Presentata la relazione o decorso inutilmente il termine di cui al precedente comma 3, l'Assemblea si riunisce non oltre sessanta giorni dalla data in cui sono pervenuti gli atti al Presidente del Senato. Qualora manchi la predetta relazione, il Presidente del Senato nomina tra i componenti della Giunta un relatore autorizzandolo a riferire oralmente.*
7. *Fino alla conclusione della discussione in Assemblea almeno venti Senatori possono formulare proposte in difformità dalle conclusioni della Giunta, mediante la presentazione di appositi ordini del giorno motivati.*
8. *L'Assemblea è chiamata a votare in primo luogo sulle proposte di restituzione degli atti all'autorità giudiziaria ai sensi del comma 4. Ove le predette proposte siano respinte e non vi siano proposte diverse, la seduta è sospesa per consentire alla Giunta di presentare ulteriori conclusioni. Se la Giunta abbia proposto la concessione dell'autorizzazione e non siano state formulate proposte intese a negarla, l'Assemblea non procede a votazioni intendendosi senz'altro approvate le conclusioni della Giunta. In caso diverso sono poste in votazione le proposte di diniego dell'autorizzazione, che si intendono respinte qualora non conseguano il voto favorevole della maggioranza assoluta dei componenti dell'Assemblea.*
- 8-bis. *Le proposte di diniego dell'autorizzazione sono messe ai voti in una seduta antimeridiana. I Senatori possono votare per tutta la durata della seduta e per quella della seduta pomeridiana prevista per lo stesso giorno mediante votazione nominale con scrutinio simultaneo ovvero, successivamente, dichiarando il voto ai Segretari. Nell'intervallo tra le due sedute, i documenti di scrutinio sono custoditi sotto la vigilanza dei Segretari.*
9. *Qualora sia stata richiesta l'autorizzazione a procedere contro più soggetti indicati come concorrenti in uno stesso reato, l'Assemblea delibera separatamente nei confronti di ciascuno di essi.*

10. *Per le autorizzazioni di cui al comma 1 dell'articolo 10 della legge costituzionale 16 gennaio 1989, n. 1, la Giunta riferisce oralmente al Senato, che si riunisce entro quindici giorni dalla richiesta dell'autorità giudiziaria. L'Assemblea è chiamata a votare sulle conclusioni della Giunta.*

11. *Per la validità delle riunioni della Giunta e per gli atti che le vengono trasmessi si applicano le prescrizioni di cui ai commi 3 e 4 dell'articolo 135.*

REGOLAMENTO PARLAMENTARE PER LA VERIFICA DEI POTERI**CAPO I****FUNZIONAMENTO DELLA GIUNTA DELLE ELEZIONI E DELLE IMMUNITÀ PARLAMENTARI****Art. 1.**

(Costituzione della Giunta)

1. La Giunta, nella sua prima seduta, è convocata dal Presidente del Senato, entro dieci giorni dalla nomina dei suoi componenti, al fine di procedere all'elezione del Presidente, di due Vice Presidenti e di due Segretari.

Art. 2.

(Poteri della Giunta)

1. La Giunta può procedere anche d'ufficio agli accertamenti ritenuti necessari ed adottare le conseguenti deliberazioni in relazione ai risultati elettorali, ai requisiti richiesti dalla legge per gli eletti ed alle cariche ricoperte dai senatori.

Art. 3.

(Obbligo del segreto sui lavori della Giunta)

1. I componenti, i funzionari ed il personale di qualsiasi ordine e grado addetti all'ufficio di segreteria della Giunta, o che abbiano collaborato, a qualunque titolo, ai lavori della Giunta stessa, sono obbligati al segreto per quanto concerne i risultati dei controlli ed i prospetti redatti ai fini della verifica dei dati elettorali, nonché gli accertamenti sulle cariche rivestite dai senatori.

Art. 4.

(Rilascio di copie, di estratti e di attestazioni)

1. Chiunque ne abbia interesse può richiedere copie, estratti o attestazioni di singoli atti e documenti in possesso della Giunta, che non siano coperti da segreto ai sensi della legislazione vigente, nonché informazioni sull'attività di verifica. Il rilascio può essere autorizzato dalla Giunta, qualora non possano derivarne conseguenze tali da recare impedimento o comunque nocumento all'attività della Giunta stessa.

Art. 5.

(Trasmissione di atti all'autorità giudiziaria)

1. La Giunta, ove sussistano fondati motivi per ritenere che, in occasione di elezioni, siano stati commessi fatti costituenti reato, trasmette gli atti all'autorità giudiziaria, sospendendo la relativa attività di verifica.

2. Qualora peraltro ritenga che i fatti di cui al comma 1 non abbiano influenza determinante sul risultato degli accertamenti, può procedere all'attività di verifica, nonostante la remissione degli atti all'autorità giudiziaria.

CAPO II

ATTIVITÀ PRELIMINARE DEL SEGRETARIO GENERALE DEL SENATO. RICORSI ELETTORALI

Art.6.

(Attività preliminari e preparatorie)

1. All'inizio della legislatura, il Segretario generale del Senato cura che siano raccolti tutti i documenti elettorali inviati al Senato stesso e procede ad un esame sommario di essi.

2. Il Segretario generale del Senato provvede altresì a far predisporre prospetti contenenti:

a) il numero degli iscritti e dei votanti, dei voti riportati da ciascun candidato, nonché delle schede nulle, bianche, e dei voti nulli o contestati in ciascun collegio;

b) l'indicazione riassuntiva dei ricorsi presentati agli uffici elettorali regionali e circoscrizionali o direttamente al Senato;

c) le eventuali osservazioni su circostanze rilevanti per la verifica dei poteri, emerse nel corso del controllo generale preliminare dei dati elettorali, effettuato dagli uffici del Senato;

d) qualsiasi altro elemento possa essere ritenuto meritevole di segnalazione ai fini dell'attività di verifica dei dati elettorali.

3. I prospetti di cui al comma 2 sono affidati esclusivamente e riservatamente ai membri della Giunta, salvo la facoltà prevista dall'articolo 4. Al riguardo si applicano le disposizioni di cui all'articolo 3.

Art. 7.

(Ricorsi elettorali)

1. I ricorsi elettorali debbono essere sottoscritti, con firma autenticata a termini di legge, da cittadini elettori nei collegi interessati o da candidati presentatisi nei collegi stessi.

2. I ricorsi debbono indicare il luogo di residenza e l'eventuale domicilio elettivo dei ricorrenti.

3. Il Segretario generale del Senato restituisce al mittente qualsiasi reclamo, memoria o atto proveniente da ricorrenti o elettori, che sia inviato dopo il ventesimo giorno dalla proclamazione.

Art. 8.

(Comunicazioni ai senatori interessati e ai ricorrenti)

1. *Della presentazione di ricorsi elettorali è data sollecita-mente comunicazione ai senatori direttamente interessati ed individuabili sulla base del ricorso elettorale.*

2. *I senatori possono presentare osservazioni, entro venti giorni dalla comunicazione di cui al comma 1.*

3. *Le decisioni definitive della Giunta sui ricorsi elettorali, con le relative motivazioni, sono comunicate ai ricorrenti ed ai senatori interessati.*

CAPO III

ATTIVITÀ ISTRUTTORIA

Art. 9.

(Nomina dei relatori)

1. *Il Presidente della Giunta distribuisce a ciascun componente, in ragione dell'età e seguendo l'ordine alfabetico delle Regioni, i verbali ed i prospetti delle elezioni per riferirne alla Giunta.*

2. *Nessuno può essere relatore per la Regione in cui è stato eletto.*

3. *I documenti concernenti le proclamazioni in surrogazione sono assegnati al relatore per la Regione, alla quale le sostituzioni si riferiscono.*

Art. 10.

(Proposte del relatore)

1. *Il relatore, presi in esame i documenti elettorali e gli eventuali ricorsi e riscontrato il possesso o meno da parte degli eletti dei requisiti richiesti dalla legge, propone la convalida o la contestazione dell'elezione.*

2. *Ove il relatore non creda di proporre nè la convalida nè la contestazione dell'elezione invita la Giunta a deliberare di ammettere il proclamato e, ove necessario, gli eventuali ricorrenti all'esame dei documenti e dei ricorsi, affinchè questi possano fornire chiarimenti, anche mediante memorie scritte.*

3. *Quando la Giunta approva la proposta di cui al comma 2, procede alla nomina del Comitato inquirente, di cui all'articolo 13.*

4. *Su istanza del relatore, il Presidente della Giunta può richiedere al Presidente del Senato di acquisire presso qualsiasi autorità i documenti e gli atti ritenuti necessari.*

*Art. 11.**(Deliberazioni della Giunta e sostituzione del relatore)*

1. Quando la Giunta adotti deliberazioni di convalida o di contestazione di elezioni, in difformità da quanto proposto dal relatore, il Presidente lo sostituisce con altro relatore, scelto nella maggioranza favorevole alla deliberazione adottata.

2. Le deliberazioni di convalida sono immediatamente comunicate al Presidente del Senato.

*Art. 12.**(Revisione delle schede)*

1. All'inizio di ogni legislatura, la Giunta approva i criteri in base ai quali dovrà essere accertata la validità delle schede elettorali di cui la Giunta disponga eventualmente la revisione.

2. La Giunta può sempre disporre la revisione, parziale o totale, delle schede nulle, bianche e contenenti voti nulli o contestati, allegate ai verbali dei singoli uffici elettorali sezionali.

3. Ove ritenuto essenziale, la Giunta può deliberare la revisione, totale o parziale o per campione, delle schede valide di uno o più collegi.

4. Per procedere alla revisione delle schede il Presidente nomina un apposito Comitato, coordinato dal relatore per la Regione interessata, il quale riferisce alla Giunta al termine della propria attività.

*Art. 13.**(Costituzione di Comitati inquirenti)*

1. La Giunta può deliberare, in ogni fase della sua attività, la costituzione di un Comitato inquirente, stabilendo oggetto, modalità e limiti dell'indagine. La Giunta può altresì determinare un termine finale per l'attività del Comitato.

2. Quando sia stata deliberata la costituzione di un Comitato inquirente, è dato avviso, almeno quindici giorni prima, alle parti interessate, della data in cui verranno effettuati gli atti istruttori ritenuti utili all'indagine.

3. E' in facoltà delle parti di presentare, fino al decimo giorno precedente il termine sopra indicato, la richiesta di determinati atti istruttori, sulla quale è riservata ogni deliberazione al Comitato.

4. Previa autorizzazione del Presidente del Senato, il Comitato può effettuare sopralluoghi, nonchè ricorrere a consulenze tecniche.

CAPO IV
PROCEDIMENTO DI CONTESTAZIONE DI ELEZIONI

Art. 14.

(Fissazione della data della seduta pubblica)

1. *Se l'elezione viene dichiarata contestata, il Presidente della Giunta, d'intesa con il Presidente del Senato, fissa il giorno e l'ora per la seduta pubblica, che normalmente sarà unica e non potrà essere differita, tranne in caso di forza maggiore.*

2. *Della data della seduta pubblica è dato annunzio con apposito avviso comunicato alle parti ed affisso nell'atrio della sede della Giunta.*

3. *Dal giorno dell'avviso e dell'affissione a quello della seduta pubblica debbono intercorrere almeno dieci giorni interi.*

Art. 15.

(Presentazione di documenti e deduzioni)

1. *In caso di contestazione le parti possono presentare memorie, nuovi documenti e deduzioni, fino al quinto giorno antecedente la seduta pubblica. Trascorso tale termine, in nessun caso possono essere ammessi altri documenti.*

2. *Le parti possono prendere visione presso l'ufficio di segreteria della Giunta del contenuto dei documenti elettorali sino al terzo giorno precedente la discussione pubblica.*

3. *La Giunta non tiene conto di documenti prodotti fuori termine, nè di memorie nelle quali essi siano illustrati. Su detti documenti non è ammessa discussione.*

Art. 16.

(Svolgimento della seduta pubblica)

1. *La seduta pubblica si apre con una esposizione del relatore, il quale riassume i fatti e le questioni senza esprimere giudizi.*

2. *Dopo l'esposizione del relatore, prende la parola ciascuna parte. Le parti possono farsi rappresentare da un solo avvocato, ammesso al patrocinio davanti alle giurisdizioni superiori. E' consentita una breve replica.*

3. *I senatori non possono rappresentare le parti davanti alla Giunta.*

4. *Il Presidente ha poteri discrezionali nella direzione della discussione e nella disciplina della seduta pubblica.*

5. *Prima della chiusura della discussione, possono prendere la parola direttamente le parti, anche nel caso in cui si siano fatte rappresentare da un avvocato, e, per ultimo, il senatore la cui elezione è stata dichiarata contestata.*

6. *Della seduta pubblica viene redatto e pubblicato il resoconto stenografico.*

Art. 17.

(Camera di consiglio)

1. *Chiusa la discussione, la Giunta si riunisce immediatamente in camera di consiglio per la decisione, che deve essere adottata subito o, in casi eccezionali, non oltre quarantotto ore. La decisione viene immediatamente letta dal Presidente in seduta pubblica.*

2. *Alla riunione in camera di consiglio partecipano i componenti della Giunta, che siano stati presenti alla seduta pubblica per tutta la sua durata, con l'assistenza del funzionario addetto all'ufficio di segreteria della Giunta.*

3. *Nell'ipotesi in cui la decisione della Giunta sia in tutto o in parte non definitiva, si riaprono i termini di cui all'articolo 15.*

4. *La relazione scritta sulla elezione contestata, dopo essere stata approvata dalla Giunta, deve essere presentata al Senato entro venti giorni dalla decisione di cui al comma 1.*

CAPO V

ESAME DELLE CARICHE RICOPERTE DAI SENATORI

Art. 18.

(Ineleggibilità ed incompatibilità)

1. *Ai fini dell'accertamento di eventuali incompatibilità con il mandato parlamentare, entro trenta giorni dalla proclamazione o dalla nomina i senatori sono tenuti a trasmettere alla Giunta l'elenco di tutte le cariche ed uffici a qualsiasi titolo ricoperti, retribuiti o gratuiti. Analoga comunicazione sono tenuti a trasmettere, entro trenta giorni, per le cariche e gli uffici, che vengono successivamente a rivestire o dismettere in corso di legislatura.*

2. *Nel caso in cui le comunicazioni di cui al comma 1 siano risultate infedeli, per omessa o falsata dichiarazione di cariche rilevanti ai fini degli accertamenti di cui allo stesso comma 1, la Giunta incarica il suo Presidente di informarne il Presidente del Senato per le determinazioni del caso.*

3. *Per procedere all'esame delle cariche rivestite dai senatori ai fini del giudizio di compatibilità con il mandato parlamentare, il Presidente nomina un apposito Comitato, coordinato da un Vice Presidente, il quale riferisce e formula le conseguenti proposte alla*

Giunta.

4. Quando esamina le proposte del Comitato di cui al comma 3, la Giunta può deliberare di invitare i senatori interessati a fornire chiarimenti anche mediante memorie scritte.

5. Nel caso in cui la Giunta dichiari una carica o un ufficio incompatibile con il mandato parlamentare, il Presidente della Giunta ne dà comunicazione al senatore interessato e lo invita ad optare, entro il termine perentorio deliberato al riguardo dalla Giunta stessa, ai fini dell'applicazione delle disposizioni di cui al comma 7.

6. La opzione per il mandato parlamentare è valida, se sia accompagnata da una dichiarazione di dimissioni dalla carica riconosciuta incompatibile e vi sia effettiva astensione dal compimento di qualsiasi atto, ivi compresa l'ordinaria amministrazione, inerente alla carica stessa.

7. In caso di mancata opzione, la Giunta dà inizio al procedimento per la dichiarazione di decadenza dal mandato parlamentare. In tal caso si applicano le disposizioni di cui agli articoli 13, 14, 15, 16 e 17.

8. Tuttavia, nei casi di ineleggibilità e di incompatibilità riconosciuti dalla Giunta all'unanimità, la Giunta stessa può deliberare con apposita votazione di prescindere dal procedimento di contestazione, ma la proposta di annullamento dell'elezione o di dichiarazione della decadenza dal mandato parlamentare dovrà sempre essere presentata al Senato con apposita relazione scritta.

CAPO VI

SENATORI A VITA

Art. 19.

(Verifica dei titoli di ammissione dei senatori a vita)

1. Sulla validità dei titoli di ammissione dei senatori nominati a vita dal Presidente della Repubblica, la Giunta esercita un controllo di legittimità, verificando la regolarità formale del decreto presidenziale di nomina e la sussistenza, nel nominato, dei requisiti di legge.

CAPO VII

DISPOSIZIONI FINALI

Art. 20.

(Esame delle elezioni generali)

1. La Giunta organizza la propria attività, in modo da effettuare i dovuti controlli ed ultimare l'esame delle elezioni generali, di norma, entro diciotto mesi dalla costituzione della Giunta stessa.

Art. 21.

(Rinvio al Regolamento generale del Senato)

1. *Per ciò che non è previsto dal presente Regolamento, si osservano le disposizioni del Regolamento generale del Senato, in quanto applicabili.*

Art. 22.

(Entrata in vigore del Regolamento)

1. *Il presente Regolamento entra in vigore il giorno successivo a quello della sua pubblicazione nella Gazzetta Ufficiale.*

LEGGE 20 GIUGNO 2003, N. 140 - "DISPOSIZIONI PER L'ATTUAZIONE DELL'ARTICOLO 68 DELLA COSTITUZIONE NONCHÉ IN MATERIA DI PROCESSI PENALI NEI CONFRONTI DELLE ALTE CARICHE DELLO STATO"

ART. 1.

1. Non possono essere sottoposti a processi penali, per qualsiasi reato anche riguardante fatti antecedenti l'assunzione della carica o della funzione, fino alla cessazione delle medesime: il Presidente della Repubblica, salvo quanto previsto dall'articolo 90 della Costituzione, il Presidente del Senato della Repubblica, il Presidente della Camera dei deputati, il Presidente del Consiglio dei ministri, salvo quanto previsto dall'articolo 96 della Costituzione, il Presidente della Corte costituzionale.

2. Dalla data di entrata in vigore della presente legge sono sospesi, nei confronti dei soggetti di cui al comma 1 e salvo quanto previsto dagli articoli 90 e 96 della Costituzione, i processi penali in corso in ogni fase, stato o grado, per qualsiasi reato anche riguardante fatti antecedenti l'assunzione della carica o della funzione, fino alla cessazione delle medesime.

3. Nelle ipotesi di cui ai commi precedenti si applicano le disposizioni dell'articolo 159 del codice penale.

AGGIORNAMENTO (1)

La Corte costituzionale, con sentenza 13-20 gennaio 2004, n. 24 (in G.U. 1a s.s. 24/1/2004 ediz.str.) ha dichiarato l'illegittimità costituzionale dei commi 1, 2 e 3 del presente articolo

ART. 2.

1. Al comma 3 dell'articolo 343 del codice di procedura penale, il secondo periodo è sostituito dal seguente: "Tuttavia, quando l'autorizzazione a procedere o l'autorizzazione al compimento di determinati atti sono prescritte da disposizioni della Costituzione o di leggi costituzionali, si applicano tali disposizioni, nonché, in quanto compatibili con esse, quelle di cui agli articoli 344, 345 e 346".

ART. 3.

1. L'articolo 68, primo comma, della Costituzione si applica in ogni caso per la presentazione di disegni o proposte di legge, emendamenti, ordini del giorno, mozioni e risoluzioni, per le interpellanze e le interrogazioni, per gli interventi nelle Assemblee e negli altri organi delle Camere, per qualsiasi espressione di voto comunque formulata, per ogni altro atto parlamentare, per ogni altra attività di ispezione, di divulgazione, di critica e di denuncia politica, connessa alla funzione di parlamentare, espletata anche fuori del Parlamento.

2. Quando in un procedimento giurisdizionale è rilevata o eccepita l'applicabilità dell'articolo 68, primo comma, della Costituzione, il giudice dispone, anche d'ufficio, se del caso, l'immediata separazione del procedimento stesso da quelli eventualmente riuniti.

3. Nei casi di cui al comma 1 del presente articolo e in ogni altro caso in cui ritenga applicabile l'articolo 68, primo comma, della Costituzione il giudice provvede con sentenza in ogni stato e grado del processo penale, a norma dell'articolo 129 del codice di procedura penale; nel corso delle indagini preliminari pronuncia decreto di archiviazione ai sensi dell'articolo 409 del codice di procedura penale. Nel processo civile, il giudice pronuncia sentenza con i provvedimenti necessari alla sua definizione; le parti sono invitate a precisare immediatamente le conclusioni ed i termini, previsti dall'articolo 190 del codice di procedura civile per il deposito delle comparse conclusionali e delle memorie di replica, sono ridotti, rispettivamente, a quindici e cinque giorni. Analogamente il giudice provvede in ogni altro procedimento giurisdizionale, anche d'ufficio, in ogni stato e grado.

4. Se non ritiene di accogliere l'eccezione concernente l'applicabilità dell'articolo 68, primo comma, della Costituzione, proposta da una delle parti, il giudice provvede senza ritardo con ordinanza non impugnabile, trasmettendo direttamente copia degli atti alla Camera alla quale il membro del Parlamento appartiene o apparteneva al momento del fatto. Se l'eccezione è sollevata in un processo civile dinanzi al giudice istruttore, questi pronuncia detta ordinanza nell'udienza o entro cinque giorni.

5. Se il giudice ha disposto la trasmissione di copia degli atti, a norma del comma 4, il procedimento è sospeso fino alla deliberazione della Camera e comunque non oltre il termine di novanta giorni dalla ricezione degli atti da parte della Camera predetta. La Camera interessata può disporre una proroga del termine non superiore a trenta giorni. La sospensione non impedisce, nel procedimento penale, il compimento degli atti non ripetibili e, negli altri procedimenti, degli atti urgenti.

6. Se la questione è rilevata o eccepita nel corso delle indagini preliminari, il pubblico ministero trasmette, entro dieci giorni, gli atti al giudice, perché provveda ai sensi dei commi 3 o 4.

7. La questione dell'applicabilità dell'articolo 68, primo comma, della Costituzione può essere sottoposta alla Camera di appartenenza anche direttamente da chi assume che il fatto per il quale è in corso un procedimento giurisdizionale di responsabilità nei suoi confronti concerne i casi di cui al comma 1. La Camera può chiedere che il giudice sospenda il procedimento, ai sensi del comma 5.

8. Nei casi di cui ai commi 4, 6 e 7 e in ogni altro caso in cui sia altrimenti investita della questione, la Camera trasmette all'autorità giudiziaria la propria deliberazione; se questa è favorevole all'applicazione dell'articolo 68, primo comma, della Costituzione, il giudice adotta senza ritardo i provvedimenti indicati al comma 3 e il pubblico ministero formula la richiesta di archiviazione.

9. Le disposizioni di cui ai commi precedenti si applicano, in quanto compatibili, ai procedimenti disciplinari, sostituita al giudice l'autorità investita del procedimento. La sospensione del procedimento disciplinare, ove disposta, comporta la sospensione dei termini di decadenza e di prescrizione, nonché di ogni altro termine dal cui decorso possa derivare pregiudizio ad una parte.

ART. 4.

1. Quando occorre eseguire nei confronti di un membro del Parlamento perquisizioni personali o domiciliari, ispezioni personali, intercettazioni, in qualsiasi forma, di conversazioni o comunicazioni, sequestri di corrispondenza, o acquisire tabulati di comunicazioni, ovvero, quando occorre procedere al fermo, all'esecuzione di una misura cautelare personale coercitiva o interdittiva ovvero all'esecuzione dell'accompagnamento coattivo, nonché di misure di sicurezza o di prevenzione aventi natura personale e di ogni altro provvedimento privativo della libertà personale, l'autorità competente richiede direttamente l'autorizzazione della Camera alla quale il soggetto appartiene.

2. L'autorizzazione è richiesta dall'autorità che ha emesso il provvedimento da eseguire; in attesa dell'autorizzazione l'esecuzione del provvedimento rimane sospesa.

3. L'autorizzazione non è richiesta se il membro del Parlamento è colto nell'atto di commettere un delitto per il quale è previsto l'arresto obbligatorio in flagranza ovvero si tratta di eseguire una sentenza irrevocabile di condanna.

4. In caso di scioglimento della Camera alla quale il parlamentare appartiene, la richiesta di autorizzazione perde efficacia a decorrere dall'inizio della successiva legislatura e può essere rinnovata e presentata alla Camera competente all'inizio della legislatura stessa.

ART. 5.

1. Con l'ordinanza prevista dall'articolo 3, comma 4, e con la richiesta di autorizzazione prevista dall'articolo 4, l'autorità competente enuncia il fatto per il quale è in corso il procedimento indicando le norme di legge che si assumono violate e fornisce alla Camera gli elementi su cui fonda il provvedimento.

ART. 6.

1. Fuori dalle ipotesi previste dall'articolo 4, il giudice per le indagini preliminari, anche su istanza delle parti ovvero del parlamentare interessato, qualora ritenga irrilevanti, in tutto o in parte, ai fini del procedimento i verbali e le registrazioni delle conversazioni o comunicazioni intercettate in qualsiasi forma nel corso di procedimenti riguardanti terzi, alle quali hanno preso parte membri del Parlamento, ovvero i tabulati di comunicazioni acquisiti nel corso dei medesimi procedimenti, sentite le parti, a tutela della riservatezza, ne decide, in camera di consiglio, la distruzione integrale ovvero delle parti ritenute irrilevanti, a norma dell'articolo 269, commi 2 e 3, del codice di procedura penale.

2. Qualora, su istanza di una parte processuale, sentite le altre parti nei termini e nei modi di cui all'articolo 268, comma 6, del codice di procedura penale, ritenga necessario utilizzare le intercettazioni o i tabulati di cui al comma 1, il giudice per le indagini preliminari decide con ordinanza e richiede, entro i dieci giorni successivi, l'autorizzazione della Camera alla quale il membro del Parlamento appartiene o apparteneva al momento in cui le conversazioni o le comunicazioni sono state intercettate.

3. La richiesta di autorizzazione è trasmessa direttamente alla Camera competente. In essa il giudice per le indagini preliminari enuncia il fatto per il quale è in corso il procedimento, indica le norme di legge che si assumono violate e gli elementi sui quali la richiesta si fonda, allegando altresì copia integrale dei verbali, delle registrazioni e dei tabulati di comunicazioni.

4. In caso di scioglimento della Camera alla quale il parlamentare appartiene, la richiesta perde efficacia a decorrere dall'inizio della successiva legislatura e può essere rinnovata e presentata alla Camera competente all'inizio della legislatura stessa.

5. Se l'autorizzazione viene negata, la documentazione delle intercettazioni è distrutta immediatamente, e comunque non oltre i dieci giorni dalla comunicazione del diniego.

6. Tutti i verbali, le registrazioni e i tabulati di comunicazioni acquisiti in violazione del disposto del presente articolo devono essere dichiarati inutilizzabili dal giudice in ogni stato e grado del procedimento.

AGGIORNAMENTO (2)

La Corte Costituzionale con sentenza 19 - 23 novembre 2007, n.390 (in G.U. 1a s.s. 28/11/2007, n.46) ha dichiarato l'illegittimità costituzionale dell'art. 6, commi 2, 5 e 6, nella parte in cui stabilisce che la disciplina ivi prevista si applichi anche nei casi in cui le intercettazioni debbano essere utilizzate nei confronti di soggetti diversi dal membro del Parlamento, le cui conversazioni o comunicazioni sono state intercettate.

ART. 7.

1. Nei procedimenti in corso alla data di entrata in vigore della presente legge, le disposizioni dell'articolo 6 si osservano solo se le intercettazioni non sono già state utilizzate in giudizio.

ART. 8.

1. Restano validi gli atti ed i provvedimenti adottati e sono fatti salvi gli effetti prodottisi ed i rapporti giuridici sorti sulla base dei decreti-legge 15 novembre 1993, n. 455, 14 gennaio 1994, n. 23, 17 marzo 1994, n. 176, 16 maggio 1994, n. 291, 15 luglio 1994, n. 447, 8 settembre 1994, n. 535, 9 novembre 1994, n. 627, 13 gennaio 1995, n. 7, 13 marzo 1995, n. 69, 12 maggio 1995, n. 165, 7 luglio 1995, n. 276, 7 settembre 1995, n. 374, 8 novembre 1995, n. 466, 8 gennaio 1996, n. 9, 12 marzo 1996, n. 116, 10 maggio 1996, n. 253, 10 luglio 1996, n. 357, 6 settembre 1996, n. 466, e 23 ottobre 1996, n. 555.

ART. 9.

1. La presente legge entra in vigore il giorno successivo a quello della sua pubblicazione nella Gazzetta Ufficiale.

a) Fundamento Jurídico

O artigo 9.º da *Bill of Rights* de 1689 proclama que *a liberdade de discurso, debate e trabalhos no Parlamento não pode ser impugnada ou questionada em nenhum tribunal ou qualquer outro local fora do Parlamento.*

O Artigo 9.º foi recentemente objeto de [interpretação atualista](#) do *Joint Committee on Parliamentary Privilege*, nos termos da qual:

A interpretação atual está hoje em dia bem estabelecida: o artigo 9 e o princípio constitucional que lhe subjaz protegem os Deputados de ambas as Câmaras de serem sujeitos a qualquer penalidade, civil ou criminal, em qualquer tribunal, por afirmações que tenham feito no decurso dos trabalhos parlamentares.

Os artigos 77.º a 85.º do [Regimento da Câmara dos Lordes](#) e o artigo 148.º-A do [Regimento da Câmara dos Comuns](#) regulam o procedimento parlamentar face a um caso de ofensa aos direitos de cada Câmara e sobre o papel que assumem nesse processo as respetivas Comissões de análise do privilégio.

Em 2012, na sequência de vários incidentes que colocaram em causa o *parliamentary privilege*, o Governo britânico apresentou ao Parlamento um Livro Verde para a reforma do *Parliamentary Privilege*, cujo conteúdo pode ser encontrado na seguinte [ligação](#).

b) Alcance da Imunidade Parlamentar

O privilégio parlamentar, também conhecido como privilégio absoluto, é um mecanismo legal aplicado nos países com constituições baseadas no *Sistema de Westminster*, garante algumas imunidades legais aos Deputados de ambas as Câmaras, as quais lhes permitem exercer o seu mandato sem interferências exteriores. O privilégio parlamentar inclui liberdade de discurso (*freedom of speech*), inviolabilidade em processo civil (*freedom from arrest in civil matters*), liberdade de acesso ao soberano (*freedom of access to the sovereign*) e direito ao tratamento mais favorável (*that 'the most favourable construction should be placed on all the Houses'*). Os Deputados estão imunes em relação a procedimentos por difamação, mas devem obedecer às regras quanto à utilização de linguagem no âmbito parlamentar.

O conteúdo da imunidade é amplo. As declarações feitas no Parlamento não podem sequer ser usadas para sustentar ações apresentadas em Tribunal. A imunidade é ainda absoluta, não podendo ser afastada pela existência de dolo ou propósito fraudulento do Deputado. Acresce que a imunidade não se aplica unicamente a Deputados, estendendo-se a funcionários parlamentares e outras entidades que participem em trabalhos parlamentares.

No que se refere à proteção contra prisão de Deputado, refira-se que ela apenas se aplica no âmbito do processo civil e nunca em processo criminal.

Para que possam depor como testemunhas, os Deputados têm de receber autorização da respetiva Câmara.

Corolário do privilégio parlamentar é o princípio da jurisdição exclusiva (*exclusive cognisance* ou *exclusive jurisdiction*), que constitui o direito das câmaras do Parlamento de regular o seu funcionamento e os assuntos internos, sem interferência de órgãos externos. Esta prerrogativa inclui a conduta dos Deputados e dos outros intervenientes, incluindo de entidades que participem nos trabalhos parlamentares. Este princípio existe para proteger o Parlamento enquanto assembleia legislativa e deliberativa, pelo que a lei geral aplica-se quando se considere que tal não interfere com as funções essenciais do Parlamento.

c) Duração da Imunidade Parlamentar

A imunidade visa proteger o exercício do mandato parlamentar, pelo que se aplica a todos os atos no seu decurso

d) Levantamento da Imunidade Parlamentar

Esta possibilidade não se encontra prevista no ordenamento parlamentar britânico.

BILL OF RIGHTS, 1689
AN ACT DECLARING THE RIGHTS AND LIBERTIES OF THE SUBJECT AND SETTLING THE
SUCCESSION OF THE CROWN

Article 9

That the freedom of speech and debates or proceedings in Parliament ought not to be impeached or questioned in any court or place out of Parliament.

PARLIAMENTARY PRIVILEGE ACT 1770
1770 CHAPTER 50 10 GEO 3

An Act for the further preventing Delays of Justice by reason of Privilege of Parliament.

Preamble.

Whereas the several laws heretofore made for restraining the privilege of Parliament with respect to actions or suits commenced and prosecuted at any time from and immediately after the dissolution or prorogation of any Parliament until a new Parliament should meet, or the same be reassembled, and from and immediately after an adjournment of both Houses of Parliament for above the space of fourteen days, until both houses should meet or assemble, are insufficient to obviate the inconveniences arising from the delay of suits by reason of privilege of Parliament, whereby the parties often lose the benefit of several terms: For the preventing all delays the King or his subjects may receive in prosecuting their several rights, titles, debts, dues, demands, or suits for which they have cause.

1. After 24 June, 1770, Suits may be prosecuted in Courts of Record, Equity, or Admiralty, and Courts having Cognizance of Causes Matrimonial and Testamentary, against Peers, and Members of the House of Commons, and their Servants, &c.

Any person or persons shall and may at any time commence and prosecute any action or suit in any court of record or court of equity or of admiralty, and in all causes matrimonial and testamentary, in any court having cognizance of causes matrimonial and testamentary, against any peer or lord of Parliament of Great Britain, or against any of the knights, citizens, and burgesses, and the commissioners for shires and burghs of the House of Commons of Great Britain for the time being, or against their or any of their menial or any other servants, or any other person intitled to the privilege of Parliament of Great Britain; and no such action, suit, or any other process or proceeding thereupon shall at any time be impeached, stayed, or delayed by or under colour or pretence of any privilege of Parliament.

2 But the Persons of Members of the House of Commons not to be arrested or imprisoned.

Provided nevertheless, that nothing in this Act shall extend to subject the person of any of the knights, citizens, and burgesses, or the commissioners of shires and burghs of the House of Commons of Great Britain for the time being, to be arrested or imprisoned upon any such suit or proceedings.

3 - ...

4 - ...

5 - ...

6 - ...

JOINT COMMITTEE ON PARLIAMENTARY PRIVILEGE
PARLIAMENTARY PRIVILEGE - FIRST REPORT
APRIL 1999

EXECUTIVE SUMMARY

Parliament makes the law and raises taxes. It is also the place where ministers are called to account by representatives of the whole nation for their decisions and their expenditure of public money. Grievances, great and small, can be aired, regardless of the power or wealth of those criticised.

In order to carry out these public duties without fear or favour, Parliament and its members and officers need certain rights and immunities. Parliament needs the right to regulate its own affairs, free from intervention by the government or the courts. Members need to be able to speak freely, uninhibited by possible defamation claims. These rights and immunities, rooted in this country's constitutional history, are known as parliamentary privilege.

Despite its ancient origins, parliamentary privilege must meet the current needs of Parliament, and must do so in a way acceptable today as fair and reasonable. The Joint Committee was set up by both Houses of Parliament to review the whole subject. The touchstone applied by the Joint Committee was that Parliament should be vigilant to retain necessary rights and immunities, and equally rigorous in discarding all others.

Freedom of speech is guaranteed by article 9 of the Bill of Rights 1689: 'freedom of speech and debates or proceedings in Parliament ought not to be impeached or questioned in any court or place out of Parliament'. It is the single most important parliamentary privilege. Article 9 affords legal immunity ('ought not to be questioned') to members for what they say or do in 'proceedings in Parliament'. The immunity applies in 'any court or place out of Parliament'.

This legal immunity is comprehensive and absolute. Article 9 should therefore be confined to activities justifying such a high degree of protection, and its boundaries should be clear.

*The scope of article 9 has been the subject of two recent developments in the courts. In 1993 the courts decided (in a case called *Pepper v Hart*) that when interpreting ambiguous statutes the courts may look at ministerial statements made in Parliament during the passage of the Bill through Parliament. The courts have also established a practice of examining ministerial statements made in Parliament in another circumstance, namely, when considering challenges by way of judicial review to the lawfulness of ministers'*

decisions. These are beneficial developments, but they should not lead to any general weakening of the prohibition contained in article 9.

Article 9 caused difficulty when a member was defamed outside Parliament regarding the manner in which he carried out his parliamentary duties. The truth of the defamatory allegations could not be decided in court when this would involve examining parliamentary proceedings. Unlike any other citizen, the member was unable to clear his name. Section 13 of the Defamation Act 1996 was passed to remedy this situation. This section enables a person to waive parliamentary privilege so far as he is concerned, for the purpose of defamation proceedings. Section 13 has been much criticised: it could be unworkable in some cases, it is anomalous in applying only to defamation proceedings, and it suffers from the flaw of undermining the basic principle that freedom of speech is the privilege of the House as a whole and not of the individual member.

The Joint Committee recommends that section 13 should be replaced with a new statutory provision enabling the House, and not any individual, to waive the privilege in court proceedings. Waiver would apply to all court proceedings, whether relating to defamation or any other matter, provided there is no question of the person who made the statement in Parliament being exposed in consequence to a risk of legal liability. This power of waiver would also resolve the difficulty currently confronting Parliament when Parliament itself becomes involved through its corporate officers in court proceedings relating to contractual disputes.

The traditional view of article 9 as a blanket prohibition on examination of parliamentary proceedings in court, should be confirmed, subject to specific and limited exceptions for court proceedings (1) so far as they relate to interpretation of a statute or subordinate legislation, or the judicial review of, or the consequences of, government decisions, (2) where there is no suggestion that anything forming part of the parliamentary proceedings was inspired by an improper motive or was untrue or misleading, and (3) when the House waives privilege.

The meaning of 'proceedings in Parliament' and 'place out of Parliament' should be clarified and defined. Article 9 protects activities that are recognisably part of the formal collegiate activities of Parliament. Constituency correspondence does not fall within this description and should not be brought within the protection of article 9. The registers of members' financial interests should form part of parliamentary proceedings, despite a recent court decision to the contrary.

Legislation should also confirm that the laws of Scotland and Northern Ireland are the same as the law of England and Wales on this subject, and that the other rights and

immunities of Parliament, its members and officers under the law of England and Wales are likewise applicable throughout the United Kingdom.

The Government is proposing to introduce modern criminal legislation on bribery and corruption. The Joint Committee investigated whether Parliament should continue to be self-regulating in this regard and, if not, various ways this legislation might be applied to members of Parliament. These included: (1) members being liable to criminal prosecution in the courts, (2) a system of part self-regulation, part criminal prosecution, with serious cases dealt with by the courts, and less serious ones by Parliament, (3) criminal prosecution of members being subject to approval by the House, and (4) criminal investigations or prosecutions being subject to parliamentary sifting.

The Joint Committee concluded that corruption, a serious and insidious offence, can only be dealt with effectively by using the police and the courts. Prosecution through the courts is the only credible remedy. It is also the only credible deterrent for any briber. This will involve only a minimal encroachment upon the territory safeguarded by article 9. The Joint Committee is confident there are very few instances of corruption involving members of Parliament. The occasions when a court will be called upon to question a parliamentary proceeding will be rare.

The proposed bribery legislation will expose members of Parliament and other public figures to a high risk of vexatious allegations or private prosecutions. Accordingly, prosecution under the new legislation should require the consent of the Attorney General or the Lord Advocate.

In order to prevent abuse, freedom of speech is subject to self-regulation by Parliament. By the sub judice rule Parliament ensures that court proceedings are not prejudiced by discussion in Parliament. The Chair in the House of Commons has wide discretionary powers, and is rightly vigilant to enforce the rule and relax it only in exceptional circumstances. The rule in the two Houses should be harmonised and modified in certain minor respects. Formal restrictions should not be introduced in respect of statements or disclosures in Parliament which are made in breach of court 'no publicity' orders or the official secrets legislation. An advisory guide should be produced by each House to assist members, especially new members, on the rules and conventions regarding the conduct of debate and the exercise of freedom of speech.

The Joint Committee considered a 'right of reply' scheme for members of the public who feel they have been unfairly criticised or even defamed, but decided against it. Such a scheme would raise expectations it could not fulfil because it would not establish the truth or falsity of the criticism, no financial redress would be forthcoming, and a statement

published in Hansard would not necessarily attract publicity matching the original comments.

Freedom of speech is one facet of the broader principle that what happens within Parliament is a matter for control by Parliament alone. This principle, of control by Parliament of its affairs free from interference by the courts, often called 'exclusive cognisance', consists of a collection of related rights and immunities. Each House has the right to judge the lawfulness of its own proceedings. Each House has the right to institute inquiries and require the attendance of witnesses and the production of documents. The Joint Committee considers that witnesses should be informed in advance of the powers of the House and their own rights. The procedure committees of each House should review the convention that one House does not compel the attendance of a member of the other House before its committees. It is important that former ministers elevated to the House of Lords should attend select committees in the House of Commons to answer questions about their periods in office.

The right of each House to administer its internal affairs within its precincts should be confined to activities directly and closely related to proceedings in Parliament. Parliament should no longer be a statute-free zone in respect of Acts of Parliament relating to matters such as health and safety and data protection. In future, when Parliament is to be exempt, a reasoned case should be made out and debated as the legislation proceeds through Parliament.

Parliament's disciplinary and penal powers are part of the control exercised by Parliament over parliamentary affairs. Conduct, whether of a member or non-member, which improperly interferes with the performance by either House of its functions, or the performance by members or officers of their duties, is a contempt of Parliament. Contempt should be statutorily defined. The penal sanctions make it particularly important that the scope of contempt should be clear and readily understood. Imprisonment as a penalty for contempt, not used for many years, should be abolished, save that each House should keep its power to detain for short periods persons who misconduct themselves in the House or its precincts. In lieu there should be power to fine.

Each House should retain its jurisdiction over its own members. The power of the House of Lords to suspend its members should be clarified and confirmed. The disciplinary procedures of both Houses should be revised to bring them into line with contemporary standards of fairness, including rights guaranteed by the European Convention of Human Rights. Any decision involving a penalty should remain the decision of the whole House, but the House should not have power to increase the penalty above that recommended in the report of the committee to the House.

Parliament's jurisdiction over contempts committed by non-members should be transferred to the courts. Parliament should retain a residual jurisdiction, including power to admonish in non-contentious cases. Wilful failure to attend committee proceedings or answer questions or produce documents should be made a criminal offence punishable by a fine of unlimited amount or up to three months' imprisonment. Fairness requires that this should also apply to members in the unlikely event of their committing such an offence.

Freedom from arrest in civil cases should be abolished (it has never applied in criminal cases). So should the obscure privilege of peerage. Members should cease to be exempt from subpoenas to attend court as witnesses, but a subpoena should not be issued against a member without the approval of a judge. Personal service of court documents on members within the precincts of Parliament should remain a contempt, but service by post should not be a contempt.

Papers published by order of either House have absolute privilege under the Parliamentary Papers Act 1840. The extent to which such orders are currently made by the House of Commons conflicts with the principle that absolute privilege should be confined to areas where it is needed. The House of Commons procedure committee should look into this matter. The Act of 1840, expressed in its impenetrable early Victorian style, should be replaced with a modern statute.

The recommendations of the Joint Committee requiring enactment by legislation should be included in a new Parliamentary Privileges Act. These recommendations will stand enactment by themselves, but if so enacted the result will be an uncomfortable mixture of modern statute and ancient learning. Overall statement as a code is the natural next step in a modern presentation of parliamentary privilege. This can be done without loss of flexibility for the future. A code would assist non-members as well as members, because it would enable the ordinary citizen to have access to the privileges of his member of Parliament. Parliament should now take steps to enact such a code.

**THE STANDING ORDERS OF THE HOUSE OF LORDS
RELATING TO PUBLIC BUSINESS**

COMMITTEE FOR PRIVILEGES AND CONDUCT AND CLAIMS OF PEERAGE

77. *A Committee for Privileges and Conduct shall be appointed at the beginning of every session; sixteen Lords shall be named of the Committee, of whom two shall be former holders of high judicial office. In any claim of peerage, the Committee for Privileges and Conduct shall sit with three holders of high judicial office, who shall have the same speaking and voting rights as the members of the Committee.*

78. *In claims of Peerage the following directions shall apply in regard to claims by Petition which have been referred to the Committee for Privileges and Conduct:*

(1) *The Petitioner shall lodge his case, pedigree and proofs with the Clerk of the Parliaments within six weeks from the date of the presentation of his Petition to the House.*

(2) *Records and documents in public custody may be proved before the Committee by copies officially certified as in ordinary legal proceedings. The production of originals of such documents shall not be required except on an order of the Lord Speaker or Chairman of Committees.*

Originals of records and documents in private custody, together with copies thereof, must be produced and proved before the Committee.

(3) *In unopposed claims the record of the documentary evidence given before the Committee shall be examined by an examiner appointed by the Crown Agent. The Crown Agent may, if he think fit, similarly appoint an examiner in opposed claims. The cost of the examination shall be borne by the claimant.*

(4) *The fees to be charged shall be such as shall be authorised from time to time by the House.*

79. *A claim to any Peerage of Ireland shall be made by Petition to the House, which Petition shall be referred to the Lord Chancellor to consider and report upon to the House.*

80.—(1) *In case any Peerage of Ireland now is or hereafter shall be in abeyance, the persons claiming to be co-heirs thereto, or any of them, may, by Petition to the House, state such claim, and pray that the same may be examined by the House.*

(2) No claim of any Peerage of Ireland alleged to be in abeyance shall be proceeded upon until the same shall have been recommended by Her Majesty to the consideration of the House, or until Her Majesty shall have been informed of such claim by the House.

(3) Every such claim shall be referred to the Committee for Privileges and Conduct to examine the matter and report the same, as it shall appear to them, to the House.

(4) In case it shall appear to the House that any such Peerage is in abeyance, the House shall inform Her Majesty that in the opinion of the House such Peerage, though in abeyance, is to be deemed and taken to be an existing Peerage, according to the Fourth Article of Union.

81. *If in regard to a claim for the determination of an abeyance existing in a Peerage the Committee for Privileges and Conduct is satisfied that any arrangement entered into between the Petitioner and any co-heir is tainted with any impropriety, the Committee shall make no report to the House except that such arrangement is not shown to have been a proper one.*

PRIVILEGE

82. *The privilege of the House is that, when Parliament is sitting, or within the usual times of privilege of Parliament, no Lord of Parliament is to be imprisoned or restrained without sentence or order of the House, unless upon a criminal charge or for refusing to give security for the peace. Notification of any order whatsoever for the imprisonment or restraint of a Lord of Parliament should be given to the House by the Court or authority ordering such restraint or imprisonment.*

83. *Privilege of Parliament shall not be allowed to minor Peers, Noblewomen, or widows of Peers; and if the widow of any Peer shall be married to a commoner, she shall not be allowed privilege of Peerage.*

84. *In all cases wherein it is necessary to examine witnesses in perpetuam rei memoriam, it shall not be taken to be a breach of privilege of Parliament to file a Bill against a Peer in time of Parliament, and take out usual process for that purpose only.*

85. *No oath shall be imposed by any Bill or otherwise upon Peers with a penalty in case of refusal to lose their places and votes in Parliament or liberty of debate therein.*

STANDING ORDERS OF THE HOUSE OF COMMONS
- PUBLIC BUSINESS 2013

148A.—

(1) There shall be a select committee, called the Committee of Privileges, to consider specific matters relating to privileges referred to it by the House.

(2) The committee shall consist of ten Members, of whom five shall be a quorum.

(3) Unless the House otherwise orders, each Member nominated to the committee shall continue to be a member of it for the remainder of the Parliament.

(4) The committee shall have power to appoint sub-committees consisting of no more than seven Members, of whom three shall be a quorum, and to refer to such sub-committees any of the matters referred to the committee.

(5) The committee and any sub-committee shall have power

(a) to send for persons, papers and records, to sit notwithstanding any adjournment of the House, to adjourn from place to place and to report from time to time;

(b) to appoint legal advisers, and to appoint specialist advisers either to supply information which is not readily available or to elucidate matters of complexity within the committee's order of reference.

- (6)The committee shall have power to order the attendance of any Member before the committee and to require that specific documents or records in the possession of a Member relating to its inquiries be laid before the committee or any sub-committee.*
- (7)The committee shall have power to refer to unreported evidence of the former Committees on Standards and Privileges and to any documents circulated to any such committee.*
- (8)The committee shall have power to refuse to allow proceedings to which the public are admitted to be broadcast.*
- (9)The Attorney General, the Advocate General and the Solicitor General, being Members of the House, may attend the committee, may take part in deliberations, may receive committee papers and may give such other assistance to the committee as may be appropriate, but shall not vote or make any motion or move any amendment or be counted in the quorum.*

CAPITULO II

INCOMPATIBILIDADES PARLAMENTARES

a) Fundamento Jurídico

Os artigos 49.º a 51.º e 119.º da [Constituição](#) regulam a questão das incompatibilidades dos membros da Câmara dos Representantes e do Senado.

O artigo 49.º determina que a função de Deputado é incompatível com a de Senador, ou seja não se poder ser simultaneamente membro da Câmara dos Representantes e do Senado.

O artigo 50.º estabelece que o membro de uma das Câmaras, nomeado pelo Rei, na qualidade de ministro, cessa as suas funções de parlamentar. A sua substituição consta de lei própria.

O artigo 51.º dispõe que o membro de uma das Câmaras, nomeado pelo Governo federal para uma determinada função diferente da de ministro, cessa imediatamente as suas funções de parlamentar.

O artigo 119.º consagra a incompatibilidade entre o mandato de Deputado nos Parlamentos das Comunidades e das Regiões e a de membro da Câmara dos Representantes e do Senado.

O artigo 161.º e 162.º do capítulo III do [Regimento da Câmara dos Representantes](#) relativo à declaração de património e à acumulação de mandatos, refere a obrigatoriedade de cada membro depositar, no início da sessão legislativa, junto do Tribunal de Contas, uma lista com todos os cargos públicos e privados exercidos, indicando se estes são remunerados ou não, assim como uma declaração de património.

O artigo 163.º do Regimento da Câmara dos Representantes alarga a exigência de comunicação ao Presidente da Câmara, de todos os dados úteis relativos a outros mandatos, funções e cargos públicos de ordem política que exerce, com vista à aplicação das disposições constantes da Lei de 6 de agosto de 1931, que define as incompatibilidades e impedimentos dos ministros, antigos ministros e ministros de Estado, assim como dos membros e antigos membros das câmaras legislativas.

O artigo 89.º, do Capítulo VIII do [Regimento do Senado](#), regula a questão da limitação dos mandatos dos senadores, nos mesmos termos do artigo 163.º do Regimento da Câmara dos Representantes.

A [Lei de 2 de maio de 1995](#), com base no princípio da transparência e igualdade de tratamento, impõe a várias entidades, nas quais se incluem os membros da Câmara dos Representantes e Senado, a obrigação de depositar, junto do Tribunal de Contas, uma lista de mandatos, funções e profissões remuneradas ou não, no setor público ou privado e uma declaração de património.

[A Lei de 6 de agosto de 1931](#) estabelece as incompatibilidades e interdições aplicáveis aos Ministros, antigos Ministros e Ministros de Estado, assim como os membros e antigos membros das câmaras legislativas.

b) Alcance da Incompatibilidade Parlamentar

As câmaras não exercem o controlo sistemático das incompatibilidades dos seus membros, fazem-no, apenas, relativamente aos novos membros eleitos.

É incompatível o exercício do mandato de membro da Câmara dos Representantes, do Senado, dos parlamentos das Comunidades e das Regiões.

Não são ainda suscetíveis de acumulação com os cargos de membro da Câmara dos Representantes, do Senado qualquer uma das funções ou mandatos a que faz referência o artigo 1.º da Lei de 6 de Outubro de 1931, assim como os mandatos executivos remunerados, referenciados no artigo 1.º quater da mesma Lei.

A função de membro da Câmara dos Representantes ou do Senado não pode ser acumulada com as funções de Ministro ou Secretário de Estado, do Governo Federal ou dos Governos Regionais e das Comunidades, prevendo a Lei de 6 de Outubro de 1931, no artigo 1.º bis, as modalidades de substituição do parlamentar nomeado nestas situações.

Os membros da Câmara dos Representantes ou do Senado eleitos diretamente que vejam interrompidas as suas funções em consequência de uma nomeação para um cargo de Ministro ou Secretário de Estado do Governo Federal, ou em consequência de uma eleição para Ministro ou Secretário de Estado de um Governo Regional ou das Comunidades, são substituídos pelo primeiro suplente na ordem da lista na qual foram eleitos, retomando o seu mandato parlamentar após o fim das suas funções governativas.

Os membros do Senado que tenham sido cooptados e que vejam interrompidas as suas funções em consequência da nomeação para os cargos de Ministro ou Secretário de Estado

do Governo Federal, ou em consequência da sua eleição para Ministro ou Secretário de Estado de um Governo Regional ou das Comunidades, são substituídos pelo candidato designado para esse fim, em conformidade com o artigo 221⁵ do [Código Eleitoral](#), retomando o seu mandato parlamentar após o fim das suas funções governativas.

Os membros da Câmara dos Representantes ou do Senado eleitos diretamente, que sejam nomeados para outras funções assalariadas, incompatíveis com as de parlamentar, cessam imediatamente o seu mandato parlamentar, não retomando esse cargo a não ser em virtude de uma nova eleição.

c) Processo para a declaração de Incompatibilidade

Todos os membros da Câmara dos Representantes ou do Senado, em conformidade com o artigo 163.º do Regimento da Câmara dos Representantes e da Lei de 2 de maio de 1995, deverão, no início do exercício das suas funções, comunicar ao Presidente da Câmara respetiva os dados relativos aos mandatos, funções e cargos públicos de ordem política exercidos, bem como todas as alterações que possam vir a surgir à situação anteriormente comunicada. Uma declaração de património e de interesses deverá também ser entregue junto do Tribunal de Contas, no início e no fim das funções de membro da Câmara dos Representantes, conforme dispõem os artigos 161.º e 162.º do Regimento.

A Lei de 2 de maio de 1995, com base no princípio da transparência e igualdade de tratamento, impõe a várias entidades, nas quais se incluem os membros da Câmara dos Representantes e Senado, a obrigação de depositar, junto do Tribunal de Contas, uma lista de mandatos, funções e profissões remuneradas ou não, no setor público ou privado e uma declaração de património. A lista é apresentada todos os anos, por escrito, com a inclusão de todas as funções, profissões e mandatos, remunerados ou não, no setor público e privado e publicada no jornal oficial (*Moniteur belge*).

Os membros devem, igualmente, no início e fim do mandato declarar, em envelope selado os bens patrimoniais (bens mobiliários e imobiliários) e financeiros (contas bancárias, ações e obrigações, etc.).

Art. 221. Lorsqu'un sénateur coopté cesse de faire partie du Sénat avant l'expiration de son mandat, il est pourvu à son remplacement par les sénateurs des entités fédérées désignés à cette fin dans une déclaration visée à l'article 220, § 2, établie par les membres de la Chambre des représentants élus sur les listes de la formation politique à laquelle le siège vacant du sénateur coopté a été initialement attribué et selon les modalités prévues aux articles 215 à 220.

Lorsque, le cas échéant, le siège devenu vacant revient à une formation politique qui n'est pas représentée par des sénateurs des entités fédérées, les règles prévues à l'article 220, § 6, sont d'application en vue de pourvoir au remplacement du sénateur coopté.

O Tribunal garante a absoluta confidencialidade da declaração de interesses patrimoniais e financeiros. É mantida em local seguro e pode ser consultada, apenas, pelas autoridades judiciais (juiz de instrução), em situação de prossecução de processo judicial instruído contra o parlamentar. Passado cinco anos ou por morte, a declaração é devolvida.

No caso das entidades obrigadas a depositar as listas referidas (mandatos e património) não o fizerem, o Tribunal elabora uma lista provisória com os nomes dessas entidades e envia uma carta a convidá-las a procederem à apresentação das mesmas.

CONSTITUTION**CHAPITRE Ier
DES CHAMBRES FÉDÉRALES****Art. 49**

On ne peut être à la fois membre des deux Chambres.

Art. 50

Le membre de l'une des deux Chambres, nommé par le Roi en qualité de ministre et qui l'accepte, cesse de siéger et reprend son mandat lorsqu'il a été mis fin par le Roi à ses fonctions de ministre. La loi prévoit les modalités de son remplacement dans la Chambre concernée.

Art. 51

Le membre de l'une des deux Chambres nommé par le Gouvernement fédéral à toute autre fonction salariée que celle de ministre et qui l'accepte, cesse immédiatement de siéger et ne reprend ses fonctions qu'en vertu d'une nouvelle élection.

[...]

Art. 119

Le mandat de membre d'un Parlement de communauté ou de région est incompatible avec celui de membre de la Chambre des représentants. Il est en outre incompatible avec le mandat de sénateur visé à l'article 67, § 1^{er}, 1°, 2°, 6° et 7°.

RÈGLEMENT DE LA CHAMBRE DES REPRESENTANTS**CHAPITRE III****DE LA DÉCLARATION DE PATRIMOINE ET DU CUMUL DES MANDATS****Art. 161**

Une liste des mandats exercés, publics ou privés, indiquant s'ils sont rémunérés ou non, sera déposée chaque année par chaque député auprès de la Cour des comptes, au début de la session ou en cours de session, au moment où il est admis à siéger.

Art. 162

En début et en fin de mandat, chaque député est tenu de déposer une déclaration de patrimoine sous enveloppe scellée auprès de la Cour des comptes.

Art. 163

1. Lors de son entrée en fonction, chaque membre de la Chambre communique au président de la Chambre toutes les données utiles relatives aux autres mandats, fonctions et charges publics d'ordre politique qu'il exerce, en vue de l'application de l'article 1er quinquies de la loi du 6 août 1931 établissant des incompatibilités et interdictions concernant les ministres, anciens ministres et ministres d'État, ainsi que les membres et anciens membres des Chambres législatives.

Il informe le président de toute modification de sa situation à cet égard.

- 2. Le plafond visé à l'alinéa 1er de l'article 1er quinquies précité est fixé par le Bureau, sur proposition de la Conférence des présidents des sept assemblées parlementaires. Il est publié au «Moniteur belge» avant la fin du mois de janvier.*
- 3. Le bureau définit, sur la proposition du Collège des questeurs, les modalités d'exécution de l'article 1er quinquies de la loi précitée.*

RÈGLEMENT DU SÉNAT**Chapitre VIII*****De la limitation des cumuls. De l'indemnité des sénateurs cooptés*****Art. 89**

1. Lors de son entrée en fonction, chaque membre du Sénat communique au président toutes les données utiles relatives aux autres mandats, fonctions et charges publics d'ordre politique qu'il exerce, en vue de l'application de l'article 1er quinquies de la loi du 6 août 1931 établissant des incompatibilités et interdictions concernant les ministres, anciens ministres et ministres d'État, ainsi que les membres et anciens membres des Chambres législatives.

Il informe le président de toute modification de sa situation à cet égard, chaque fois qu'il y a lieu.

2. Le plafond visé à l'alinéa de l'article 1er quinquies précité est fixé par le bureau sur proposition de la conférence des présidents des sept assemblées parlementaires. Il est publié au Moniteur belge par les soins des présidents de la Chambre des représentants et du Sénat avant la fin du mois de janvier.

Le bureau définit les autres modalités d'application du présent article.

LOI 6 AOUT 1931**LOI ÉTABLISSANT DES INCOMPATIBILITÉS ET INTERDICTIONS CONCERNANT LES MINISTRES ET MINISTRES D'ETAT, AINSI QUE LES MEMBRES ET ANCIENS MEMBRES DES CHAMBRES LÉGISLATIVES DU 6 AOUT 1931.**

Article 1. Le mandat de membre de la Chambre des Représentants ou de sénateur est incompatible avec les fonctions ou mandats suivants:

- 1. fonctionnaire ou employé salarié de l'Etat;*
- 2. ministre des cultures rétribué par l'Etat;*
- 3. avocat en titre des administrations publiques fédérales;*
- 4. agent du caissier de l'Etat;*
- 5. commissaire du gouvernement auprès de sociétés anonymes;*
- 6. gouverneur de province, vice-gouverneur, gouverneur adjoint, conseiller provincial, greffier provincial;*
- 7. commissaire d'arrondissement;*
- 8. titulaire de fonctions dans l'Ordre judiciaire;*
- 9. conseiller d'Etat, assesseur de la section de législation ou membre de l'auditorat, du bureau de coordination ou du greffe du Conseil d'Etat;*
- 10. juge, référendaire ou greffier de la Cour d'arbitrage;*
- 11. membre de la Cour des comptes;*
- 12. militaire en service actif à l'exception des officiers de réserve rappelés en tant que soldats miliciens;*
- 13. membre d'un conseil d'administration d'une entreprise publique autonome dépendant de l'Etat.*

Art. 1bis. Le membre de la Chambre des représentants ou le sénateur élu directement qui cesse de siéger par suite de sa nomination en qualité de ministre ou de secrétaire d'Etat du Gouvernement fédéral ou par suite de son élection en qualité de ministre ou de secrétaire d'Etat d'un Gouvernement régional ou communautaire, est remplacé par le premier suppléant en ordre utile de la liste sur laquelle il a été élu.

Le sénateur coopté qui cesse de siéger par suite de sa nomination en qualité de ministre ou de secrétaire d'Etat du Gouvernement fédéral ou par suite de son élection en qualité de ministre ou de secrétaire d'Etat d'un Gouvernement régional ou communautaire, est remplacé par le candidat désigné à cette fin conformément à l'article 221 du Code électoral.

Cependant, le ministre ou le secrétaire d'Etat d'un Gouvernement fédéral qui a présenté sa démission au Roi, ou le ministre ou le secrétaire d'Etat d'un Gouvernement régional ou communautaire démissionnaire peut, après renouvellement intégral des Chambres législatives, concilier sa fonction de ministre ou de secrétaire d'Etat d'un Gouvernement fédéral, régional ou communautaire avec le mandat de membre de l'une des deux Chambres jusqu'au moment où le Roi a statué définitivement sur la démission du Gouvernement fédéral ou qu'il a été procédé à une nouvelle élection du Gouvernement régional ou communautaire.

Art. 1ter. Sans préjudice des autres incompatibilités constitutionnelles et légales, les sénateurs de communauté ne peuvent exercer en même temps la fonction de bourgmestre, d'échevin ou de président d'un centre public d'aide sociale.

Art. 1quater. Le mandat de membre de la Chambre des Représentants ou de sénateur ne peut pas être cumulé avec plus d'un mandat exécutif rémunère.

Sont considérés comme mandats exécutifs rémunérés au sens de l'alinéa précédent:

1° les fonctions de bourgmestre, d'échevin et de président d'un conseil de l'aide sociale, quel que soit le revenu y afférent;

2° tout mandat exercé au sein d'un organisme public ou privé, en tant que Représentant de l'Etat, d'une communauté, d'une région, d'une province ou d'une commune, pour autant que ce mandat confère davantage de pouvoir que la simple qualité de membre de l'assemblée générale ou du conseil d'administration de cet organisme et quel que soit le revenu y afférent;

3° tout mandat exercé au sein d'un organisme public ou privé, en tant que Représentant de l'Etat, d'une communauté, d'une région, d'une province ou d'une commune, pour autant que le revenu mensuel brut imposable y afférent atteigne un montant de 20 000 francs au moins. Ce montant est adapté annuellement à l'évolution de l'indice des prix à la consommation.

Art. 1quinquies. Le montant des indemnités, traitements ou jetons de présence perçus en rétribution des activités exercées par le membre de la Chambre des Représentants ou du Sénat en dehors de son mandat parlementaire, ne peut excéder la moitié du montant de l'indemnité parlementaire.

Sont pris en considération pour le calcul de ce montant les indemnités, traitements ou jetons de présence découlant de l'exercice d'un mandat, d'une fonction ou d'une charge publics d'ordre politique.

En cas de dépassement de la limite fixée à l'alinéa 1, le montant de l'indemnité parlementaire est diminué, sauf lorsque le mandat de membre de la Chambre des Représentants ou de sénateur est cumulé avec un mandat de bourgmestre, d'échevin ou de président d'un conseil de l'aide sociale. Dans ce cas, le traitement afférent au mandat de bourgmestre, d'échevin ou de président d'un conseil de l'aide sociale est diminué.

Lorsque les activités visées aux alinéas 1 et 2 débutent ou prennent fin en cours de mandat parlementaire, le parlementaire concerné en informe le président de son assemblée.

Le règlement de chaque assemblée organise les modalités d'exécution de ces dispositions.

Art. 2. Il est interdit aux Ministres, anciens Ministres et Ministres à l'Etat, aux membres ou anciens membres des Chambres législatives de faire mention des dites qualités dans les actes ou publications se rapportant à des sociétés à but lucratif.

Art. 3. Sont punis d'une amende de 50 francs à 10 000 francs les notaires, greffiers ou tous autres officiers ministériels, de même que les éditeurs qui auront rédigé, transcrit ou publié un acte établi en contravention à la disposition ci-dessus.

Sont punis de la même peine les imprimeurs qui auront fait mention des qualités visées à l'article 2 dans des réclames, prospectus ou notices relatifs à des sociétés à but lucratif.

Art. 4. Aucun ancien Ministre ne peut être attaché à quelque titre que ce soit à l'administration ou à la surveillance d'une société qui, à son intervention, a été déclarée concessionnaire de l'Etat au moment où il était Ministre, si ce n'est cinq ans après sa sortie de charge.

Toute infraction à cette interdiction sera punie d'une amende de 1 000 francs à 10 000 francs.

Art. 5. Les membres des Chambres ne peuvent être nommés à ces fonctions salariées par l'Etat qu'une année au moins après la cessation de leur mandat.

Sont exceptées les fonctions de Ministre, (de membre de la Cour d'arbitrage,) d'agent diplomatique et de gouverneur ou de greffier de province.

Art. 6. Les articles précédents s'appliquent à la colonie.

Art. 7. Tout membre des Chambres qui accepte la décoration d'un ordre national à un autre titre que pour motif militaire, ou qui reçoit du Roi des lettres patentes de concession en matière de noblesse, cesse immédiatement de siéger et ne reprend ses fonctions qu'en vertu d'une nouvelle élection.

Art. 8. Le livre I du Code pénal, sans exception des articles 66, 67, 69, § 2, et 85, est applicable aux infractions établies par la présente loi.

Art. 9. Les articles 228, 229 en 230 du Code électoral révisé par la loi du 11 août 1928 et coordonné par arrêté royal du 12 août 1928 sont abrogés.

LOI 2 MAI 1995**LOI RELATIVE A L'OBLIGATION DE DEPOSER UNE LISTE DE MANDATS, FONCTIONS ET PROFESSIONS ET UNE DECLARATION DE PATRIMOINE**

Article 1. La présente loi s'applique aux :

(1. (ministres, secrétaires d'Etat et commissaires de gouvernement); <L 2004-06-26/31, art. 12, 002 ; En vigueur : 01-01-2005>

2. membres de la Chambre des représentants et du Sénat;

3. membres du Gouvernement de la Communauté germanophone;

4. membres du (Parlement) de la Communauté germanophone; <L 2006-03-27/34, art. 184, 003; En vigueur : 21-04-2006>

(5. membres belges du Parlement européen;) <L 2004-06-26/31, art. 12, 002 ; En vigueur : 01-01-2005>

6. (...) <L [2007-06-03/68](#), art. 3, 004; En vigueur : 07-07-2007>

7. (...) <L [2007-06-03/68](#), art. 3, 004; En vigueur : 07-07-2007>

8. (...) <L [2007-06-03/68](#), art. 3, 004; En vigueur : 07-07-2007>;

9. membres des conseils d'administration et des comités de direction des intercommunales (et des interprovinciales); <L 2004-06-26/31, art. 12, 002 ; En vigueur : 01-01-2005>

10. (dirigeants des ministères et des services publics fédéraux, des organismes d'intérêt public auxquels s'applique la loi du 16 mars 1954 relative au contrôle de certains organismes d'intérêt public ou sur lesquels la Communauté germanophone exerce la tutelle et des institutions publiques de sécurité sociale visées à l'article 3, § 2, de l'arrêté royal du 3 avril 1997 portant des mesures en vue de la responsabilisation des institutions publiques de sécurité sociale, en application de l'article 47 de la loi du 26 juillet 1996 portant modernisation de la sécurité sociale et assurant la viabilité des régimes légaux des pensions;) <L 2004-06-26/31, art. 12, 002 ; En vigueur : 01-01-2005>

11. (fonctionnaires généraux du ministère de la Communauté germanophone;) <L 2004-06-26/31, art. 12, 002 ; En vigueur : 01-01-2005> dans des sociétés anonymes de droit public, des holdings bancaires de droit public et dans des établissements publics de crédit, tels que définis à l'article 191 de la loi du 17 juin 1991 concernant les institutions publiques de crédit et aux administrateurs des sociétés dont l'Etat est actionnaire majoritaire;

12. (membres du conseil de régence et du collège de censeurs) de la Banque nationale de Belgique, visés par l'article 23 de la loi du 24 août 1934, modifié par la loi du 19 avril 1993, ainsi qu'aux membres du comité de gestion de l'Office national de sécurité sociale, institué par la loi du 27 juin 1961 et aux membres du comité général de l'Institut national d'assurance maladie-invalidité, institué par la loi relative à l'assurance obligatoire soins de santé et indemnités coordonnée le 14 juillet 1994;

13. (chefs de cabinet, chefs de cabinet adjoints et chefs des organes de gestion des membres du gouvernement fédéral, y compris les commissaires de gouvernement, et du gouvernement de la Communauté germanophone et au chef de la Cellule stratégique d'un service public fédéral.) <L 2004-06-26/31, art. 12, 002 ; En vigueur : 01-01-2005>) <les points 1, 2, 3, 4, 4bis, 5, 6, 7, 8,

9, 10, 11 et 12 sont renumérotés par L 2004-06-26/31, art. 12, 8°, 002 ; En vigueur : 01-01-2005>

[Art. 2.](#) § 1. (Les personnes qui exercent au cours d'une année une des fonctions ou un des mandats visés à l'article 1er déposent avant le 1er avril de l'année suivante une déclaration écrite dans laquelle elles mentionnent tous les mandats, fonctions dirigeantes ou professions, quelle qu'en soit la nature, qu'elles ont exercés au cours de l'année citée en premier lieu, tant dans le secteur public que pour le compte de toute personne physique ou morale, de tout organisme ou association de fait, établis en Belgique ou à l'étranger.) <L 2004-06-26/31, art. 13, 002 ; En vigueur : 01-01-2005>es au cours de l'année précédente, tant dans le secteur public que pour le compte de toute personne physique ou morale, de tout organisme ou association de fait, établis en Belgique ou à l'étranger.

Cette déclaration, qui est certifiée sur l'honneur exacte et sincère, précise pour chaque mandat, fonction ou profession, s'il est rémunéré ou non.

§ 2. La Cour des comptes veille à ce que la liste visée au § 1er soit publiée au Moniteur belge, selon les modalités fixées par la loi visée à l'article 5.

[Art. 3.](#) § 1. [¹ Les personnes qui exercent au cours d'une année une des fonctions ou un des mandats visés à l'article 1er déposent, sous pli fermé, avant le 1er avril de l'année suivante, une déclaration de patrimoine relative à l'état de leur patrimoine au 31 décembre de l'année citée en premier lieu, certifiée sur l'honneur exacte et sincère.

Cette obligation ne s'applique pas lorsqu'au cours de l'année précédente, aucune entrée en fonction, nomination à un mandat ou cessation de fonction ou de mandat visées à l'article 1er n'est intervenue.

Par dérogation à l'alinéa 2, les personnes qui sont nommées pour une période indéterminée ou pour une période excédant six ans déposent avant le 1er avril de la sixième année qui suit celle de leur nomination et avant le 1er avril de chaque sixième année suivante, une nouvelle déclaration de patrimoine relative à l'état de leur patrimoine au 31 décembre de la cinquième année qui suit celle de leur nomination et au 31 décembre de chaque cinquième année suivante.¹ <L 2004-06-26/31, art. 14, 002 ; En vigueur : 01-01-2005>

[¹ La déclaration]¹ fait état de toutes les créances (telles que les comptes bancaires, les actions et les obligations), de tous les immeubles ainsi que de tous les biens meubles de valeur, tels que les antiquités et les oeuvres d'art.

§ 2. [¹ ...]¹.

§ 3. La Cour des comptes est garante de l'absolue confidentialité des documents qu'elle doit conserver sous pli (fermé). <L 2004-06-26/31, art. 14, 002 ; En vigueur : 01-01-2005>

(Les membres du personnel de la Cour des comptes et tout dépositaire ou détenteur de la déclaration de patrimoine sont tenus au secret professionnel, conformément à l'article 458 du Code pénal.) <L 2004-06-26/31, art. 14, 002 ; En vigueur : 01-01-2005>

§ 4. *Seul un juge d'instruction est habilité à consulter la déclaration d'une personne visée à l'article 1er, dans le cadre d'une instruction pénale menée à l'encontre de cette personne en raison de son mandat ou de sa fonction.*

§ 5. (...) *A l'expiration d'un délai de cinq ans, prenant cours à la fin du dernier mandat ou fonction exercé par une personne visée à l'article 1er, les déclarations visées [¹ au § 1er]¹ sont restituées selon les modalités fixées à l'article 5. <L 2004-06-26/31, art. 14, 002 ; En vigueur : 01-01-2005>*

(§ 6. *Les déclarations de patrimoine visées [¹ au § 1er]¹ de personnes décédées sont détruites à l'expiration d'un délai d'un mois à dater du décès.) <2004-06-26/31, art. 14, 002 ; En vigueur : 01-01-2005>*

(1)<L [2009-03-12/39](#), art. 2, 005; En vigueur : 01-01-2009>

[Art. 4.](#) *Les personnes visées à l'article 1er déposent les déclarations visées aux articles 2 et 3 au greffe de la Cour des comptes.*

[Art. 5.](#) *Une loi règle les modalités de la présentation, du dépôt et du contrôle des déclarations visées aux articles 2 et 3.*

[Art. 6.](#) § 1. *Les sanctions frappant le faux et l'usage de faux en vertu de l'article 194 du Code pénal sont applicables aux déclarations visées aux articles 2 et 3.*

§ 2. *Est punie d'une amende de 100 francs à 1 000 francs, toute personne qui omet de faire les déclarations prévues aux articles 2 et 3.*

§ 3. *La liste des personnes qui n'ont pas déposé les déclarations visées aux articles 2 et 3 est publiée au Moniteur belge en même temps que la liste des mandats prévus à l'article 2, § 2.*

Promulguons la présente loi, ordonnons qu'elle soit revêtue du sceau de l'Etat et publiée par le Moniteur belge.

Donné à Bruxelles, le 2 mai 1995.

ALBERT Par le Roi

Le Premier Ministre,

J.-L. DEHAENE

a) Fundamento Jurídico

A [Constituição](#) espanhola estabelece no seu [artigo 70º](#)⁶ que as incompatibilidades e inelegibilidades dos Deputados e Senadores às Cortes Gerais são reguladas pelo [Regime Eleitoral Geral](#), aprovado pela Lei Orgânica n.º 5/85, de 19 de junho.

O [Regimento do Congresso dos Deputados](#) dispõe no artigo 17.º, sobre a incapacidade dos Deputados de invocarem a sua condição de parlamentares no sentido do exercício de uma atividade comercial, industrial ou profissional. No artigo 19.º, faz-se referência ao dever dos Deputados de observar as normas sobre incompatibilidades estabelecidas na Constituição e no Regime Eleitoral Geral.

Por sua vez, o [Regimento do Senado](#) estabelece nos artigos 15.º a 19.º, o procedimento a realizar quanto ao exame das incompatibilidades dos Senadores. O artigo 26.º impõe a obrigatoriedade dos Senadores apresentarem, junto da “Comissão para as Incompatibilidades”, declarações sobre as atividades exercidas e os bens patrimoniais detidos.

A [Lei Orgânica n.º 5/85, de 19 de junho](#)⁷, que aprovou a lei eleitoral espanhola, dispõe também, nos seus artigos 155.º a 160.º, sobre o regime das incompatibilidades aplicáveis a Deputados e Senadores.

A [Lei nº 5/2006, de 10 de abril](#), relativa às incompatibilidades dos membros do Governo e dos Altos Cargos da Administração Geral do Estado, prevê no seu [artigo 9º, nº 2](#), o princípio de que os membros do Governo e Secretários de Estado podem compatibilizar as suas atividades executivas com a de Deputado ou Senador das Cortes Gerais.

⁶ De acordo com o disposto no artigo 70º da Constituição, as causas de inelegibilidade e de incompatibilidade dos Deputados e Senadores, compreendem as funções de:

- a) Magistrado do Tribunal Constitucional (artigo 19º da [LO 2/1979, de 3 de octubre, del Tribunal Constitucional](#)).
- b) Altos Cargos da Administração do Estado que determina a lei, com a exceção dos membros do Governo (artigo 9.º n.º 2 da [Ley 5/2006, de 10 de abril](#)).
- c) Provedor de Justiça (artigo 7º da [LO 3/1981, de 2 de abril, del Defensor del Pueblo](#)).
- d) Magistrados, Juizes e Fiscais no ativo (artigos 31º e 57º.3 da [Ley 50/1981, de 30 de diciembre, por la que se regula el Estatuto Orgánico del Ministerio Fiscal](#)).
- e) Militares profissionais e membros das Forças e Corpos de Segurança e Polícia.
- f) Membros das Juntas Eleitorais.

⁷ Diploma consolidado.

b) Alcance da Incompatibilidade Parlamentar

Nos termos do [Regime Eleitoral Geral](#), aprovado pela Lei Orgânica n.º 5/85, de 19 de junho, as causas de inelegibilidade⁸ dos Deputado e dos Senadores são também causas de incompatibilidade. O artigo 155º, prevê, expressamente, que são incompatíveis com o exercício do mandato de Deputado ou de Senador as seguintes funções:

- Presidente da Comissão Nacional da Competência⁹;
- Membro do Conselho de Administração da *Corporación de Radio Televisión Espanola*;
- Membro do gabinete da Presidência do Governo ou de qualquer dos Ministérios e dos Secretários de Estado;
- Delegado do Governo em Autoridades Portuárias, Confederações Hidrográficas, Sociedades Concessionárias de Autoestradas;
- Presidente de Conselhos de Administração, Conselheiros, Administradores, Diretores Gerais, Gerente e cargos equiparados de entes públicos, monopólios estatais e empresas com participação pública maioritária, direta ou indireta, independentemente da sua forma jurídica, e das *Cajas de Ahorro* (entidades de crédito) de fundação pública;
- Deputados e Senadores eleitos em candidaturas apresentadas por partidos ou por federações ou coligações de partidos declarados ilegais por sentença judicial, bem como os eleitos em candidaturas apresentadas por um grupo de cidadãos vinculadas a um partido declarado judicialmente ilegal.

O mesmo artigo prevê, ainda, que nenhum parlamentar pode ser simultaneamente membro das duas câmaras, nem acumular o mandato numa Assembleia Legislativa de uma Comunidade Autónoma com o de Deputado ao Congresso. Os Senadores designados pelas Comunidades Autónomas, sejam ou não simultaneamente membros das respetivas Assembleias Legislativas, só podem desempenhar aquelas atividades que como Senadores lhes estão expressamente autorizadas pela Constituição e pelo Regime Eleitoral Geral, recebendo só a remuneração que lhes corresponda como Senadores, salvo se expressamente optarem pela que receberiam como parlamentares autonómicos.

O exercício do mandato de Deputado e Senador é exercido em regime de dedicação absoluta, nos termos previstos na [Constituição](#) e no [Regime Eleitoral Geral](#). Neste sentido, e em conformidade com o artigo 157º do citado Regime Eleitoral Geral, o mandato de Deputado e Senador é incompatível com o desempenho, por si ou mediante substituição, de qualquer

⁸ O artigo 6º do Regime Eleitoral Geral, regula as causas de inelegibilidade.

⁹ As atividades e funções da *Comisión Nacional de la Competencia* encontram-se integradas na nova [Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia](#), que entrou em funções em outubro de 2013, agrupando as funções destinadas a garantir e promover o correto funcionamento, a transparência e a existência de uma competência efetiva em todos os mercados e setores produtivos.

outro cargo, profissão ou atividade, público ou privado, por conta própria ou por conta de outrem, mediante qualquer tipo de retribuição.

A condição de Deputado e Senador é incompatível com o exercício da função pública e com o desempenho de qualquer outro cargo que utilize verbas respeitantes aos órgãos constitucionais, das Administrações Públicas, seus organismos e entes públicos, empresas com participação pública direta ou indireta, maioritária, ou com qualquer atividade por conta direta ou indireta dos mesmos. Não obstante, os parlamentares que reúnam a condição de professores universitários podem colaborar, no seio da própria universidade, em atividades de docência ou investigação de caráter extraordinário, que não afetem a direção e controlo dos serviços, podendo só receber por tais atividades os subsídios previstos nos regulamentos.

Os Deputados e Senadores¹⁰ unicamente podem ser membros dos órgãos colegiais de direção ou Conselhos de Administração de organismos, entes públicos ou empresas com participação pública, maioritária, direta ou indireta, quando a sua eleição competir às respetivas Câmaras, às Cortes Gerais ou às Assembleias Legislativas das Comunidades Autónomas, porém só recebem ajudas de custo ou subsídios previstos no regime geral da Administração Pública (artigo 156º do Regime Eleitoral Geral).

Os Deputados e Senadores não podem auferir mais de uma remuneração proveniente do orçamento dos órgãos constitucionais ou da Administração Pública, seus organismos autónomos, entes públicos e empresas com participação pública direta ou indireta, maioritária, nem optar pelo recebimento correspondente ao cargo incompatível, sem prejuízo das ajudas de custo e subsídios que em cada caso correspondam pelos cargos compatíveis.

Em matéria de pensões, os Deputados e Senadores também não podem receber pensões de “*derechos pasivos*”¹¹ ou de qualquer regime da segurança social público e obrigatório. O direito ao recebimento das referidas pensões é recuperado automaticamente no momento de extinção da condição de Deputado ou Senador.

O regime de incompatibilidades, previsto no artigo 159º do [Regime Eleitoral Geral](#), determina que o mandato dos Deputados e Senadores é incompatível com o desempenho de atividades privadas, nomeadamente as que impliquem a realização das seguintes condutas:

- As atividades de gestão, defesa, direção ou assessoria junto de quaisquer organismos ou empresas do setor público estatal, autonómico ou local, em matérias que possam afetar diretamente a realização de algum serviço público, ou que conduzam à atribuição de subsídios;

¹⁰ Não podem pertencer a mais de dois órgãos colegiais de direção ou Conselhos de Administração.

¹¹ Diz respeito ao [Régimen de Clases Pasivas](#) sendo um dos regimes especiais da segurança social, em matéria de pensões de aposentação, incapacidade, viuvez e orfandade.

- As atividades que possam participar em concursos de fornecimento de bens ou serviços, empreitadas, e em geral quaisquer contratos pagos com fundos de organismos ou empresas do sector público estatal, autonómico, ou o desempenho de cargos que acarretem funções de direção, representação, assessoria ou prestação de serviços em companhias ou empresas que se dediquem às referidas atividades;
- Desempenho de funções ou cargos que acarretem funções de direção, representação, assessoria ou prestação de serviços em empresas ou sociedades “*arrendatarias*” ou administradoras de monopólios;
- A prestação de serviços de assessoria ou de qualquer outra natureza, com titularidade individual ou partilhada, a organismos ou empresas do sector público estatal, autonómico ou local;
- A participação superior a 10%, adquirida de todo ou em parte, com data posterior à sua eleição como Deputado ou Senador, salvo se por herança, em empresas ou sociedades que celebrem contratos de obras, serviços, fornecimento ou outros, pagos com fundos de organismos ou empresas do setor público estatal, autonómico ou local;
- As funções de Presidente do Conselho de Administração, Conselheiro, Administrador, Diretor Geral, Gerente ou cargos equiparados, assim como a prestação de serviços em entidades de crédito ou seguradoras ou em quaisquer sociedades ou entidades que tenham como objeto fundamental financeiro, e que apelem publicamente à poupança e ao crédito;
- Quaisquer outras atividades que pela sua natureza sejam incompatíveis com a dedicação e as obrigações parlamentares contidas nos respetivos regulamentos.

As atividades privadas distintas das acima descritas deverão ser autorizadas pela respetiva Comissão de cada Câmara.

No âmbito da proibição de exercício de atividades públicas e privadas, excetuam-se a produção e criação literária, científica, artística ou técnica, assim como as publicações delas derivadas e a mera administração do património pessoal ou familiar. Contudo, não estão incluídas na administração do património familiar ou pessoal as atividades privadas quando o interessado, seu cônjuge ou pessoa que conviva em união de facto, e descendentes menores de idade, conjunta ou separadamente, em que detenham participação superior a 10% em atividades empresariais ou profissionais de toda a natureza, que celebrem acordos ou contratos com organismos ou empresas do sector público estatal, autonómico ou local.

c) Processo para a declaração de Incompatibilidade

Nos termos do artigo 160º do Regime Eleitoral Geral, os Deputados e Senadores estão obrigados a apresentar uma declaração, no início e término de funções, com os bens patrimoniais detidos, e a comunicar todas as alterações verificadas, assim como, as atividades que possam constituir causa de incompatibilidade e as que lhes proporcionam rendimentos económicos.

A instrução e resolução dos procedimentos relativos ao registo de interesses e atividades dos Deputados e Senadores das Cortes Gerais são da responsabilidade do Presidente de cada uma das Câmaras.

O plenário das Câmaras resolverá sobre a possível incompatibilidade, sob proposta da “Comissão do Estatuto dos Deputados”, no caso do Congresso dos Deputados e da “Comissão para as Incompatibilidades”, no caso do Senado.

A “Comissão do Estatuto dos Deputados” leva ao plenário do Congresso as suas propostas sobre a situação de incompatibilidade de cada Deputado no prazo de 20 dias, contados a partir da plena assunção da condição de Deputado, ou da comunicação, que obrigatoriamente deverá realizar, de qualquer alteração ao registo de interesses e atividades exercidas formulado anteriormente (artigo 19º do [Regimento do Congresso dos Deputados](#)).

A “Comissão para as Incompatibilidades” emite opinião sobre a situação de cada um dos Senadores e, no caso da proposição de alguma incompatibilidade, esta é discutida e votada em sessão plenária, tendo o Senador visado o direito de intervir no debate, mas não de participar na votação (artigo 16º do [Regimento do Senado](#)).

Declarada e notificada a incompatibilidade ao Deputado ou Senador, este dispõe de oito dias para optar entre o mandato parlamentar e o cargo incompatível. No caso do parlamentar não utilizar essa faculdade que lhe é concedida, é considerado que este renuncia à sua participação nas Cortes Gerais (artigo 17º do [Regimento do Senado](#) e artigo 19º do [Regimento do Congresso dos Deputados](#)).

CONSTITUCIÓN**TÍTULO III.
DE LAS CORTES GENERALES
CAPÍTULO I
DE LAS CÁMARAS**

(...)

*Artículo 70**Incompatibilidades e inelegibilidades*

1. *La ley electoral determinará las causas de inelegibilidad e incompatibilidad de los Diputados y Senadores, que comprenderán, en todo caso:*
 - a) *A los componentes del Tribunal Constitucional.*
 - b) *A los altos cargos de la Administración del Estado que determine la ley, con la excepción de los miembros del Gobierno.*
 - c) *Al Defensor del Pueblo.*
 - d) *A los Magistrados, Jueces y Fiscales en activo.*
 - e) *A los militares profesionales y miembros de las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad y Policía en activo.*
 - f) *A los miembros de las Juntas Electorales.*
2. *La validez de las actas y credenciales de los miembros de ambas Cámaras estará sometida al control judicial, en los términos que establezca la ley electoral.*

REGLAMENTO DEL CONGRESO DE LOS DIPUTADOS**TÍTULO I. DEL ESTATUTO DE LOS DIPUTADOS.****CAPÍTULO TERCERO: DE LOS DEBERES DE LOS DIPUTADOS**

(...)

Artículo 17

Los Diputados no podrán invocar o hacer uso de su condición de parlamentarios para el ejercicio de actividad mercantil, industrial o profesional.

Artículo 18

Los Diputados estarán obligados a formular declaración de sus bienes patrimoniales en los términos previstos en la Ley Orgánica del Régimen Electoral General.

Artículo 19

- 1. Los Diputados deberán observar en todo momento las normas sobre incompatibilidades establecidas en la Constitución y en la Ley Electoral.*
- 2. La Comisión del Estatuto de los Diputados elevará al Pleno sus propuestas sobre la situación de incompatibilidades de cada Diputado en el plazo de veinte días siguientes, contados a partir de la plena asunción por el mismo de la condición de Diputado o de la comunicación, que obligatoriamente habrá de realizar, de cualquier alteración en la declaración formulada a efectos de incompatibilidades.*
- 3. Declarada y notificada la incompatibilidad, el Diputado incurso en ella tendrá ocho días para optar entre el escaño y el cargo incompatible. Si no ejercitara la opción en el plazo señalado, se entenderá que renuncia a su escaño.*

REGLAMENTO DEL SENADO

TÍTULO PRIMERO
DE LA CONSTITUCIÓN DEL SENADO
CAPÍTULO TERCERO
DEL EXAMEN DE INCOMPATIBILIDADES Y DE LA DECLARACIÓN DE VACANTES
SECCIÓN PRIMERA. DEL EXAMEN DE INCOMPATIBILIDADES

(...)

Artículo 15*

1. *Tras su constitución, el Senado procederá a elegir los miembros de la Comisión de Incompatibilidades.*
2. *No podrán formar parte de la Comisión los Senadores que, a juicio de la Mesa, puedan estar incurso en las normas relativas a incompatibilidades ni, en cualquier caso, aquellos que ocupen puestos o cargos de libre designación del Gobierno.*

**Redactado conforme al artículo primero de la Reforma por la que se modifican diversos artículos del Reglamento del Senado, aprobada por el Pleno del Senado en su sesión del día 13 de mayo de 2008 [Boletín Oficial de las Cortes Generales, Sección Senado, Serie III A, núm. 1 (f), de 13 de mayo de 2008]*

Artículo 16

1. *La Comisión de Incompatibilidades emitirá, a la mayor brevedad, dictamen sobre la situación de cada uno de los Senadores con arreglo a la legislación vigente en la materia, pudiendo informar en dictamen de lista cuando no se proponga alguna incompatibilidad.*

(Véase:

[Artículo 70](#) de la Constitución

[Norma supletoria de la Presidencia del Senado sobre los Artículos 16.1 y 17.3](#) del Reglamento del Senado, de 17 de marzo de 1992

Artículos 6, 7, 154-160 y 211 de la [Ley Orgánica 5/1985, de 19 de junio](#), del Régimen Electoral General e 9.2 de la [Ley 5/2006, de 10 de abril](#), de regulación de los conflictos de intereses de los miembros del Gobierno y de los altos cargos de la Administración General del Estado

[Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado](#), por el que se aprueban normas en materia de registro de intereses, de 21 de diciembre de 2009 [Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado, de 19 de julio de 2011](#), por el que se modifica el Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado, de 21 de diciembre de 2009, por el que se aprueban Normas en materia de Registro de Intereses para dar cumplimiento a lo establecido en la reforma del artículo 160.2 de la Ley Orgánica del Régimen Electoral General)

2. *Los dictámenes serán individuales para los casos restantes, consignando propuesta concreta respecto a la situación de cada Senador.*
3. *Todos los dictámenes se elevarán al Pleno para su estudio y votación.*
4. *El Senador afectado directamente por un dictamen individual tendrá derecho a intervenir en el debate correspondiente, pero no podrá participar en su votación.*

Artículo 17

1. *Declarada y notificada la incompatibilidad, el Senador incurso en ella dispondrá de ocho días naturales para optar entre el escaño y el cargo incompatibles. En el caso de no ejercitarse la opción señalada se entenderá que renuncia al escaño.*
2. *Cuando un Senador sea designado para un cargo incompatible con el escaño, tendrá la misma facultad de opción a partir de la fecha de publicación o notificación del nombramiento.*
3. *Los Senadores deberán comunicar a la Comisión de Incompatibilidades cualquier alteración que pueda producirse a lo largo de la legislatura respecto a los datos consignados en las declaraciones previstas en el artículo 26 del presente Reglamento. (Véase [Norma supletoria de la Presidencia del Senado sobre los artículos 16.1 y 17.3 del Reglamento del Senado, de 17 de marzo de 1992, Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado, por el que se aprueban normas en materia de registro de intereses, de 21 de diciembre de 2009 y Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado, de 19 de julio de 2011, por el que se modifica el Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado, de 21 de diciembre de 2009, por el que se aprueban Normas en materia de Registro de Intereses para dar cumplimiento a lo establecido en la reforma del artículo 160.2 de la Ley Orgánica del Régimen Electoral General](#)).*

*Sección segunda. De la declaración de vacantes**Artículo 18*

Son causas de pérdida de la condición de Senador:

- a) La anulación de la elección o de la proclamación de Senador mediante sentencia judicial firme.*
 - b) La condena a pena de inhabilitación absoluta o especial para cargo público dispuesta por sentencia judicial firme.*
 - c) El fallecimiento.*
 - d) La pérdida de los requisitos generales de elegibilidad establecidos en la legislación correspondiente.*
 - e) La extinción del mandato, al concluir la legislatura o ser disuelta la Cámara, sin perjuicio de lo dispuesto para los miembros de la Diputación Permanente en el artículo 46*. (Véase: [artículo 69.6](#) de la Constitución y [artículo 2](#) de la Ley 50/1997, de 27 de noviembre, del Gobierno).*
- *Redactado conforme a la Disposición adicional primera de la Reforma por la que se modifican diversos artículos del Reglamento del Senado, aprobada por el Pleno del Senado en su sesión del día 13 de mayo de 2008 [Boletín Oficial de las Cortes Generales, Sección Senado, Serie III A, núm. 1 (f), de 13 de mayo de 2008]*
- f) En el caso de los Senadores designados, cuando así proceda y se comunique por las Asambleas legislativas u órganos colegiados superiores de las Comunidades Autónomas.*
 - g) La renuncia efectuada ante la Mesa de la Cámara.*

Artículo 19

- 1. Las vacantes que resulten en virtud de lo dispuesto en el artículo anterior, así como las derivadas de la nulidad de la elección o las originadas por otra causa cualquiera, se comunicarán al Gobierno, a la Asamblea legislativa o al órgano colegiado superior de la Comunidad Autónoma correspondiente para que provean lo necesario en orden a cubrirlas.*
- 2. No cabrá renunciar al acta sin que antes se haya resuelto sobre la validez de la elección.*

(...)

Artículo 26

- 1. En los términos previstos en el artículo 160 de la Ley Orgánica del Régimen Electoral General y conforme a los modelos que aprueben las Mesas de ambas Cámaras en reunión conjunta, los Senadores estarán obligados a formular las siguientes declaraciones:*

a) *Declaración de actividades.*

b) *Declaración de bienes patrimoniales.*

2. *Ambas declaraciones deberán formularse al iniciar su mandato, como requisito para la perfección de la condición de Senador y, asimismo, en el plazo de los treinta días naturales siguientes a la pérdida de dicha condición o de la modificación de las circunstancias inicialmente declaradas.*
3. *Las declaraciones sobre actividades y bienes se inscribirán en el Registro de Intereses, constituido en la Cámara bajo la dependencia directa de su Presidente. El contenido del Registro tendrá carácter público, a excepción de lo que se refiere a bienes patrimoniales. También se inscribirán en este Registro las resoluciones de la Comisión de Incompatibilidades y del Pleno en materia de incompatibilidades y cuantos otros datos sobre actividades de los Senadores que deban constar en el mismo sean remitidos por aquella Comisión, la cual tendrá acceso en todo momento a su contenido.*

(Véase: [Artículo 160](#) de la Ley Orgánica 5/1985, de 19 de junio, del Régimen Electoral General, [Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado](#), por el que se aprueban normas en materia de registro de intereses, de 21 de diciembre de 2009 y [Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado, de 19 de julio de 2011](#), por el que se modifica el Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado, de 21 de diciembre de 2009, por el que se aprueban Normas en materia de Registro de Intereses para dar cumplimiento a lo establecido en la reforma del artículo 160.2 de la Ley Orgánica del Régimen Electoral General).

RÉGIMEN ELECTORAL GENERAL
LEY ORGÁNICA 5/1985, DE 19 DE JUNIO

CAPÍTULO II
Incompatibilidades

(...)

Artículo 155

- 1. Las causas de inelegibilidad de los Diputados y Senadores lo son también de incompatibilidad.*
- 2. Son también incompatibles:*
 - a) El Presidente de la Comisión Nacional de la Competencia.*
 - b) Los miembros del Consejo de Administración de la Corporación de Radio Televisión Española.*
 - c) Los miembros del Gabinete de la Presidencia del Gobierno o de cualquiera de los Ministerios y de los Secretarios de Estado.*
 - d) Los Delegados del Gobierno en Autoridades Portuarias, Confederaciones Hidrográficas, Sociedades Concesionarias de Autopistas de Peaje y en los entes mencionados en el párrafo siguiente.*
 - e) Los Presidentes de los Consejos de Administración, Consejeros, Administradores, Directores generales, Gerentes y cargos equivalentes de entes públicos, monopolios estatales y empresas con participación pública mayoritaria, directa o indirecta, cualquiera que sea su forma, y de las Cajas de Ahorro de fundación pública.*
 - f) Los Diputados y Senadores electos en candidaturas presentadas por partidos o por federaciones o coaliciones de partidos declarados ilegales con posterioridad por sentencia judicial firme y los electos en candidaturas presentadas por agrupaciones de electores declaradas vinculadas a un partido ilegalizado por resolución judicial firme.*
- 3. Nadie podrá ser miembro de las dos Cámaras simultáneamente, ni acumular el acta de una Asamblea de Comunidad Autónoma con la de Diputado al Congreso.*
- 4. Los Senadores designados por las Comunidades Autónomas, sean o no simultáneamente miembros de las Asambleas Legislativas de éstas,*
 - a) Sólo podrán desempeñar aquellas actividades que como Senadores les estén expresamente autorizadas en la Constitución y en esta Ley cualquiera que fuese el régimen que les pudiera corresponder por virtud de su designación por la Comunidad Autónoma; y*

- b) Sólo podrán percibir la remuneración que les corresponda como Senadores, salvo que opten expresamente por la que hubieran de percibir, en su caso, como parlamentarios autonómicos.
5. Cuando la causa de incompatibilidad sea la prevista en el apartado 2.f), se aplicará lo dispuesto en el artículo 6.4 de esta Ley.

Artículo 156

1. Los Diputados y Senadores únicamente podrán formar parte de los órganos colegiados de dirección o Consejos de Administración de Organismos, entes públicos o empresas con participación pública, mayoritaria, directa o indirecta, cuando su elección corresponda a las respectivas Cámaras, a las Cortes Generales o a las Asambleas Legislativas de las Comunidades Autónomas, pero sólo percibirán las dietas o indemnizaciones que les correspondan y que se acomoden al régimen general previsto para la Administración Pública.
2. Las cantidades devengadas y que, conforme al apartado anterior, no deban ser percibidas, serán ingresadas directamente por el Organismo, ente o empresa en el Tesoro Público.
3. En ningún caso, se podrá pertenecer a más de dos órganos colegiados de dirección o Consejos de Administración a que se refiere el apartado 1 de este artículo.

Artículo 157

1. El mandato de los Diputados y Senadores se ejercerá en régimen de dedicación absoluta en los términos previstos en la Constitución y en la presente Ley.
2. En virtud de lo establecido en el apartado anterior, el mandato de los Diputados y Senadores será incompatible con el desempeño, por sí o mediante sustitución, de cualquier otro puesto, profesión o actividad, públicos o privados, por cuenta propia o ajena, retribuidos mediante sueldo, salario, arancel, honorarios o cualquier otra forma. En caso de producirse el pase a la situación administrativa o laboral que corresponda en aquéllos, deberá garantizarse la reserva de puesto o plaza y de destino, en las condiciones que determinen las normas específicas de aplicación.
El régimen de dedicación absoluta y de incompatibilidades previsto en esta Ley será aplicable sin que en ningún caso se pueda optar por percepciones o remuneraciones correspondientes a puestos o cargos incompatibles.
3. En particular, la condición de Diputado y Senador es incompatible con el ejercicio de la Función Pública y con el desempeño de cualquier otro puesto que figure al servicio o en los Presupuestos de los órganos constitucionales, de las Administraciones Públicas, sus

organismos y entes públicos, empresas con participación pública directa o indirecta, mayoritaria, o con cualquier actividad por cuenta directa o indirecta de los mismos.

- 4. No obstante lo dispuesto en el apartado anterior, los parlamentarios que reúnan la condición de Profesores Universitarios podrán colaborar, en el seno de la propia Universidad, en actividades de docencia o investigación de carácter extraordinario, que no afecten a la dirección y control de los servicios, pudiendo sólo percibir por tales actividades las indemnizaciones reglamentarias establecidas.*

Artículo 158

- 1. En cualquier caso, los Diputados y Senadores no podrán percibir más de una remuneración con cargo a los Presupuestos de los Órganos Constitucionales o de las Administraciones Públicas, sus organismos autónomos, entes públicos y empresas con participación pública directa o indirecta, mayoritaria, ni optar por percepciones correspondientes a puestos incompatibles, sin perjuicio de las dietas e indemnizaciones que en cada caso correspondan por los compatibles.*
- 2. En particular, los Diputados y Senadores no pueden percibir pensiones de derechos pasivos o de cualquier régimen de Seguridad Social público y obligatorio. El derecho al devengo por dichas pensiones se recuperará automáticamente desde el mismo momento de extinción de la condición de Diputado o Senador.*

Artículo 159

- 1. De conformidad con lo establecido en el artículo 157, el mandato de los Diputados y Senadores es incompatible con el desempeño de actividades privadas.*
- 2. En particular, es en todo caso incompatible la realización de las conductas siguientes:*
 - a) Las actividades de gestión, defensa, dirección o asesoramiento ante cualesquiera Organismos o Empresas del sector público estatal, autonómico o local, respecto de asuntos que hayan de resolverse por ellos, que afecten directamente a la realización de algún servicio público o que estén encaminados a la obtención de subvenciones o avales públicos.*

Se exceptúan las actividades particulares que, en ejercicio de un derecho reconocido, realicen los directamente interesados, así como las subvenciones o avales cuya concesión se derive de la aplicación automática de lo dispuesto en una Ley o Reglamento de carácter general.
 - b) La actividad de contratista o fiador de obras, servicios, suministros y, en general, cualesquiera contratos que se paguen con fondos de Organismos o Empresas del sector público estatal, autonómico o local o el desempeño de puestos o cargos que lleven*

- anejas funciones de dirección, representación, asesoramiento o prestación de servicios en Compañías o Empresas que se dediquen a dichas actividades.*
- c) El desempeño de puestos o cargos que lleven anejas funciones de dirección, representación, asesoramiento o prestación de servicios en Empresas o Sociedades arrendatarias o administradoras de monopolios.*
 - d) La prestación de servicios de asesoramiento o de cualquier otra índole, con titularidad individual o compartida, en favor de Organismos o Empresas del sector público estatal, autonómico o local.*
 - e) La participación superior al 10 por 100, adquirida de todo o en parte con posterioridad a la fecha de su elección como Diputado o Senador, salvo que fuere por herencia, en Empresas o Sociedades que tengan contratos de obras, servicios, suministros o, en general, cualesquiera otros que se paguen con fondos de Organismos o Empresas del sector público estatal, autonómico o local.*
 - f) Las funciones de Presidente del Consejo de Administración, Consejero, Administrador, Director general, Gerente o cargos equivalentes, así como la prestación de servicios en Entidades de Crédito o Aseguradoras o en cualesquiera Sociedades o Entidades que tengan un objeto fundamentalmente financiero y hagan apelación públicamente al ahorro y al crédito.*
 - g) Y cualesquiera otras actividades que, por su naturaleza sean incompatibles con la dedicación y las obligaciones parlamentarias contenidas en los respectivos Reglamentos.*
- 3. De la prohibición de ejercicio de actividades públicas y privadas a que se refieren el artículo 157.2 y el presente, se exceptúan tan sólo:*
- a) La mera administración del patrimonio personal o familiar. Sin embargo, en ningún caso tendrán esta consideración las actividades privadas cuando el interesado, su cónyuge o persona vinculada a aquél en análoga relación de convivencia afectiva y descendientes menores de edad, conjunta o separadamente, tengan participación superior al 10 por 100 en actividades empresariales o profesionales de toda índole que tengan conciertos, concesiones o contratos con Organismos o Empresas del sector público estatal, autonómico o local.*
 - b) La producción y creación literaria, científica, artística o técnica, así como las publicaciones derivadas de ellas, siempre que no se incurra en ninguno de los supuestos del artículo 157.2 o de los apartados 1 y 2 del presente artículo.*
 - c) Las actividades privadas distintas de las recogidas en el apartado 2 de este artículo que serán autorizadas por la respectiva Comisión de cada Cámara, previa petición expresa de los interesados. La solicitud y la autorización que se otorgue se inscribirán en el Registro de intereses a que se refiere el artículo 160 de la presente Ley.*

Artículo 160

1. Los Diputados y Senadores, con arreglo a las determinaciones de los respectivos Reglamentos de las Cámaras, están obligados a formular declaración de todas las actividades que puedan constituir causa de incompatibilidad conforme a lo establecido en esta Ley Orgánica y de cualesquiera otras actividades que les proporcionen o puedan proporcionar ingresos económicos, así como de sus bienes patrimoniales, tanto al adquirir como al perder su condición de parlamentarios, así como cuando modifiquen sus circunstancias.
2. Las declaraciones sobre actividades y bienes se formularán por separado conforme a los modelos que aprobarán las Mesas de ambas Cámaras en reunión conjunta y se inscribirán en un Registro de Intereses, constituido en cada una de las propias Cámaras bajo la dependencia directa de sus respectivos Presidentes, a los efectos del presente artículo y a los que determinen los Reglamentos de las mismas Cámaras.

La declaración de actividades incluirá:

- a) Cualesquiera actividades que se ejercieren y que puedan constituir causa de incompatibilidad, conforme al número 2 del artículo 159.
- b) Las que, con arreglo a la Ley, puedan ser de ejercicio compatible.
- c) En general, cualesquiera actividades que proporcionen o puedan proporcionar ingresos económicos.

El contenido del Registro de Intereses tendrá carácter público. Las Mesas de las Cámaras, conforme a lo dispuesto en el párrafo primero de este apartado, acordarán el procedimiento para asegurar la publicidad.

La instrucción y la resolución de todos los procedimientos relativos al Registro de Intereses y a las actividades de los Diputados y Senadores, salvo lo previsto en los restantes apartados de este artículo y en el artículo 159.3 c) corresponderá al Presidente de cada Cámara.

3. El Pleno de la Cámara resolverá sobre la posible incompatibilidad, a propuesta de la Comisión correspondiente, que deberá ser motivada y, en el supuesto de actividades privadas, basarse en los casos previstos en el número 2 del artículo 159, y, si declara la incompatibilidad, el parlamentario deberá optar entre el escaño y el cargo, actividad, percepción o participación incompatible. En el caso de no ejercitarse la opción, se entiende que renuncia al escaño.
4. Declarada por el Pleno correspondiente la reiteración o continuidad en las actividades a que se refiere el apartado a) o en la prestación de servicios a que alude el apartado d), ambos del número 2 del artículo anterior, la realización ulterior de las actividades o servicios indicados llevará consigo la renuncia al escaño, a lo que se dará efectividad en la forma que determinen los Reglamentos de las Cámaras.

LEY 5/2006, DE 10 DE ABRIL, DE REGULACIÓN DE LOS CONFLICTOS DE INTERESES DE LOS MIEMBROS DEL GOBIERNO Y DE LOS ALTOS CARGOS DE LA ADMINISTRACIÓN GENERAL DEL ESTADO

CAPÍTULO II
Régimen de actividades

(...)

Artículo 9 Compatibilidad con actividades públicas

1. *El ejercicio de las funciones de un alto cargo será compatible con las siguientes actividades públicas:*

- a) *El desempeño de los cargos que les correspondan con carácter institucional, de aquellos para los que sean comisionados por el Gobierno, o de los que fueran designados por su propia condición.*
- b) *El desarrollo de misiones temporales de representación ante otros Estados, o ante organizaciones o conferencias internacionales.*
- c) *El desempeño de la presidencia de las sociedades a que se refiere el artículo 166.2 de la [Ley 33/2003, de 3 de noviembre, del Patrimonio de las Administraciones Públicas](#), cuando la naturaleza de los fines de la sociedad guarde conexión con las competencias legalmente atribuidas al alto cargo, así como la representación de la Administración General del Estado en los órganos colegiados, directivos o consejos de administración de organismos o empresas con capital público o de entidades de derecho público.*

No se podrá pertenecer a más de dos consejos de administración de dichos organismos, empresas, sociedades o entidades salvo que lo autorice el Consejo de Ministros. Será precisa también esta autorización para permitir a un alto cargo de los incluidos en este Título ejercer la presidencia de las sociedades a que se refiere el párrafo anterior.

En los supuestos previstos en los párrafos anteriores los altos cargos no podrán percibir remuneración alguna con excepción de las indemnizaciones por gastos de viaje, estancias y traslados que les correspondan de acuerdo con la normativa vigente. Las cantidades devengadas por cualquier concepto que no deban ser percibidas serán ingresadas directamente por el organismo, ente o empresa en el Tesoro Público.

2. *Los miembros del Gobierno y los Secretarios de Estado podrán compatibilizar su actividad con la de Diputado o Senador de las Cortes Generales en los términos previstos en la [Ley Orgánica del Régimen Electoral General](#).*

**NORMA SUPLETORIA DE LA PRESIDENCIA DEL SENADO SOBRE LOS ARTÍCULOS 16.1 Y 17.3 DEL
REGLAMENTO DEL SENADO, DE 17 DE MARZO DE 1992**

El artículo 16 del Reglamento del Senado dispone que "la Comisión de Incompatibilidades emitirá, a la mayor brevedad, dictamen sobre la situación de cada uno de los Senadores, con arreglo a la legislación vigente en la materia, pudiendo informar en dictamen de lista cuando no se proponga alguna incompatibilidad".

La imprecisión del término "a la mayor brevedad" produce efectos no deseados, ya que el aplazamiento del dictamen puede dar lugar a la compatibilización durante cierto tiempo de funciones que finalmente son declaradas incompatibles.

Asimismo, la práctica ha puesto de manifiesto la necesidad de fijar un plazo máximo dentro del cual los Senadores deberán comunicar a la Comisión de Incompatibilidades cualquier alteración que pueda producirse a lo largo de la Legislatura, conforme al artículo 17.3 del Reglamento del Senado.

De otra parte, la Comisión de Incompatibilidades solicita en ocasiones informaciones complementarias antes de emitir dictamen, para cuya cumplimentación también parece conveniente la fijación de un plazo máximo.

Por ello, esta Presidencia, de conformidad con las facultades que establece el apartado 8 del artículo 37 del Reglamento del Senado, de acuerdo con la Mesa de la Comisión de Reglamento y oído el criterio de la Junta de Portavoces,

DISPONE

Artículo 1º

La Comisión de Incompatibilidades deberá emitir el dictamen previsto en el artículo 16 del Reglamento del Senado dentro del período de sesiones en el que se cumplimente el cuestionario sobre causas de posible incompatibilidad, de conformidad con lo previsto en el artículo 1.1 del Reglamento del Senado.

En el supuesto de que el citado cuestionario se hubiese cumplimentado en el último mes de un período de sesiones, el plazo máximo para emitir dictamen se entenderá ampliado al primer mes del siguiente período de sesiones.

Artículo 2º

Los Senadores deberán comunicar a la Comisión de Incompatibilidades cualquier alteración que modifique los datos consignados en el cuestionario citado en el artículo anterior, dentro del plazo de treinta días, computados desde la producción de tal variación. El mismo plazo será de aplicación a la presentación de declaraciones complementarias efectuadas a requerimiento de la propia Comisión.

Artículo 3º

La Mesa del Senado podrá ampliar, en supuestos excepcionales, a propuesta de la Comisión de Incompatibilidades, los plazos a que se refiere la presente Norma.

DISPOSICIÓN FINAL

Esta Norma entrará en vigor el día siguiente al de su publicación en el "Boletín Oficial de las Cortes Generales" (Senado).

Palacio del Senado, 17 de marzo de 1992.

El Presidente del Senado, Juan José Laborda Martín.

ACUERDO DE LAS MESAS DEL CONGRESO DE LOS DIPUTADOS Y DEL SENADO, DE 21 DE DICIEMBRE DE 2009, POR EL QUE SE APRUEBAN NORMAS EN MATERIA DE REGISTRO DE INTERESES

El artículo 160 de la Ley Orgánica del Régimen Electoral General dispone que los Diputados y Senadores formularán sendas declaraciones de sus actividades y de sus bienes patrimoniales "conforme a los modelos que aprobarán las Mesas de ambas Cámaras, en reunión conjunta". Estas declaraciones habrán de inscribirse en un Registro de Intereses "constituido en cada una de las propias Cámaras bajo la dependencia directa de sus respectivos Presidentes" y tendrá carácter público, a excepción de lo que se refiere a bienes patrimoniales

Para cumplimentar dicho precepto, el Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado, de 18 de diciembre de 1995, estableció un régimen de publicidad del Registro de Intereses, común para ambas Cámaras, basado en la exhibición al interesado de fotocopia autenticada de las declaraciones de las actividades junto con los respectivos acuerdos plenarios, previa autorización de la Mesa de la Cámara correspondiente

Sin embargo, los avances en las tecnologías de la información que se han producido desde entonces han abierto nuevas vías para cumplir con el principio de publicidad, que se encuentra estrechamente vinculado con el carácter representativo del Parlamento en un Estado democrático.

De hecho, la necesidad de garantizar la exigencia de transparencia y publicidad de los dictámenes sobre incompatibilidades motivó la reciente Reforma del Reglamento del Congreso de los Diputados, por la que se modifica el artículo 63.2.º, aprobada por el Pleno del Congreso de los Diputados en su sesión de 29 de octubre de 2009. Dicha Reforma determina, en su disposición final primera, que "la Mesa del Congreso adoptará las disposiciones necesarias en orden a la publicidad de los dictámenes de la Comisión del Estatuto, en coherencia con esta reforma reglamentaria"

En consecuencia, y al ser común a ambas Cámaras la norma sobre Registro de Intereses, las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado han considerado necesario modificar el régimen de publicidad del Registro de Intereses, para garantizar el acceso universal al contenido del Registro en los términos de la Ley Orgánica del Régimen Electoral General mediante la publicación en sede electrónica de un documento elaborado por la Comisión competente que refunda los datos relevantes sobre las actividades declaradas por los Parlamentarios. Este documento único, que sintetizará el contenido de las declaraciones, y sucesivas modificaciones y aclaraciones de los Parlamentarios y el de los dictámenes de la Comisión, permitirá a cualquier ciudadano obtener rápidamente una información actualizada, ordenada, clara y veraz, que evitará la realización de complejas búsquedas en distintos documentos.

Conforme con todo lo anterior, las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado, en su reunión conjunta de 21 de diciembre de 2009, han aprobado las siguientes Normas:

- 1. El Registro de Intereses constituido en cada una de las Cámaras dependerá directamente de su Presidente, sin perjuicio de que su gestión administrativa corresponda a los órganos competentes de la respectiva Secretaría General.*
 - 2. La publicidad del Registro de Intereses de cada Cámara, de la que, conforme a la Ley Orgánica del Régimen Electoral General, queda excluido lo referido a bienes patrimoniales, se hará efectiva mediante la publicación en la sede electrónica de la Cámara de la que forma parte el Parlamentario de los siguientes elementos:*
 - a) Un documento, elaborado por la Comisión competente, en el que consten las actividades declaradas y sobre las que haya recaído el acuerdo definitivo correspondiente.*
 - b) Un anexo con los escritos presentados por los Parlamentarios en relación con sus actividades declaradas y sobre las que haya recaído el acuerdo definitivo correspondiente.*
 - 3. Para la elaboración del documento al que se refiere el apartado a) de la Norma 2, la Comisión competente en cada Cámara tendrá en cuenta los siguientes datos:*
 - a) Las actividades declaradas por el Parlamentario, junto con las modificaciones y aclaraciones que sobre las mismas haya presentado a lo largo de su mandato y la mención, en su caso, de las renunciadas declaradas;*
 - b) La mención sobre compatibilidad recaída sobre las declaraciones presentadas, con la fecha del acuerdo del dictamen de la Comisión por el que se declara la compatibilidad y la fecha del acuerdo definitivo correspondiente.*
- Este documento se publicará en la sede electrónica de la Cámara correspondiente, en un formato que no sea susceptible de manipulación por terceros, una vez adoptado el acuerdo definitivo correspondiente.*
- 4. Una vez finalizado el mandato del Parlamentario, las actividades declaradas mientras ostentaba la condición plena de Diputado o Senador sólo podrán hacerse públicas a través de un procedimiento de exhibición personal. La exhibición al interesado de las declaraciones de actividades de que se trate y de los acuerdos definitivos correspondientes se hará efectiva con sujeción a las siguientes reglas:*

- a) *Corresponde a la Mesa de cada Cámara la autorización, en cada caso, al respectivo Secretario General para facilitar el acceso al Registro de intereses a quien, mediante escrito razonado de solicitud, acredite su interés;*
 - b) *Una vez acordada por la Mesa la autorización, la publicidad del Registro se hará efectiva mediante la exhibición al interesado, en presencia del funcionario competente, de fotocopia autenticada de la declaración o declaraciones a que se refiera la autorización, junto con el acuerdo o acuerdos definitivos recaídos en relación con ellas. Respecto de dichos documentos podrá tomarse notas, sin que sea posible fotocopiar o solicitar certificaciones.*
 - c) *En ningún caso se podrá autorizar la exhibición de declaraciones de actividades respecto de las cuales no se haya adoptado aún acuerdo definitivo de la Cámara, ni exhibir las declaraciones separadamente de los correspondientes acuerdos plenarios.*
5. *Las presentes normas entrarán en vigor el 1 de marzo de 2010. Queda derogado el Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado, de 18 de diciembre de 1995, en materia de Registro de Intereses.*

Las declaraciones de actividades y de bienes que han de formular los Diputados y Senadores al adquirir y al perder su condición de parlamentarios, así como al producirse modificación de sus circunstancias, se ajustarán, a partir del inicio de la X Legislatura, a los respectivos modelos que se acompañan como anexo al presente Acuerdo.

En la IX Legislatura se mantendrán los modelos de declaraciones de actividades y de bienes que se acompañaban como anexo al Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado, de 18 de diciembre de 1995, en materia de registro de intereses.

Madrid, 21 de diciembre de 2009.-El Presidente del Congreso, José Bono Martínez.-El Presidente del Senado, Francisco Javier Rojo García.

ACUERDO DE LAS MESAS DEL CONGRESO DE LOS DIPUTADOS Y DEL SENADO, DE 19 DE JULIO DE 2011, POR EL QUE SE MODIFICA EL ACUERDO DE LAS MESAS DEL CONGRESO DE LOS DIPUTADOS Y DEL SENADO, DE 21 DE DICIEMBRE DE 2009, POR EL QUE SE APRUEBAN NORMAS EN MATERIA DE REGISTRO DE INTERESES PARA DAR CUMPLIMIENTO A LO ESTABLECIDO EN LA REFORMA DEL ARTÍCULO 160.2 DE LA LEY ORGÁNICA DEL RÉGIMEN ELECTORAL GENERAL

La aprobación de la modificación del artículo 160.2 de la Ley Orgánica del Régimen Electoral General por la que se da publicidad a las declaraciones de bienes patrimoniales de los Diputados y Senadores exige la adaptación del Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado que regula esta materia.

Con la finalidad de dar la mayor transparencia posible a las citadas declaraciones, las presentes Normas establecen la obligación de dar publicidad a las mismas a través de su publicación tanto en la sede electrónica de cada Cámara como en el Boletín Oficial de las Cortes Generales.

Conforme a ello, las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado, en su reunión conjunta de 19 de julio de 2011, han aprobado la siguiente modificación del Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado, de 21 de diciembre de 2009, por el que se aprueban Normas en materia de Registro de Intereses:

Uno. El primer párrafo y la letra a) de la norma 2 quedan redactados del siguiente modo:

"2. La publicidad del Registro de Intereses de cada Cámara, en lo que se refiere a las actividades de los Parlamentarios, se hará efectiva mediante la publicación en la sede electrónica de la Cámara de la que forma parte el Parlamentario de los siguientes elementos:

a) Un documento, elaborado por la Comisión competente, en un formato que no sea susceptible de manipulación por terceros, en el que consten las actividades declaradas y sobre las que haya recaído el acuerdo definitivo correspondiente."

b) Dos. Se suprime el último párrafo de la norma 3. Tres. Se adiciona una nueva norma 5 con el siguiente contenido:

"5. La publicidad del Registro de Intereses de cada Cámara, en lo que se refiere a los bienes patrimoniales y rentas de los Parlamentarios, se hará efectiva mediante la publicación inmediata de las declaraciones en la sede electrónica de la Cámara de la que forma parte el Parlamentario, en un formato que no sea susceptible de manipulación por terceros, así como en el Boletín Oficial de las Cortes Generales, una vez hayan sido calificadas por la Mesa de la respectiva Cámara."

Cuatro. Se renumera la anterior norma 5 como 6 y pasa a tener la siguiente redacción:

"6. Las presentes Normas entrarán en vigor el día de su publicación en el Boletín Oficial de las Cortes Generales.

Las declaraciones de actividades que han de formular los Diputados y Senadores al adquirir y al perder su condición de parlamentarios, así como al producirse modificación de sus circunstancias, se ajustarán, a partir del inicio de la X Legislatura, al modelo que se acompaña como anexo al presente Acuerdo.

En la IX Legislatura se mantendrá el modelo de declaración de actividades que se acompañaba como anexo al Acuerdo de las Mesas del Congreso de los Diputados y del Senado, de 18 de diciembre de 1995, en materia de Registro de Intereses.

Las declaraciones de bienes y rentas que han de formular los Diputados y Senadores al adquirir y al perder su condición de parlamentarios, así como al producirse modificación de sus circunstancias, se ajustarán, a partir de la entrada en vigor de este Acuerdo, al modelo que se acompaña como anexo.

Asimismo, quienes tengan la condición de Diputados y Senadores a la entrada en vigor del presente Acuerdo deberán formular nueva declaración de bienes y rentas conforme al modelo que se acompaña como anexo, y presentarla en el Registro de las Cámaras hasta las 20,00 horas del día 7 de septiembre de 2011."

Madrid, 19 de julio de 2011.-El Presidente del Congreso de los Diputados, José Bono Martínez.-El Presidente del Senado, Francisco Javier Rojo García.

a) Fundamento Jurídico

A [Constitution de la République Française](#) consagra, em dois artigos, a matéria referente às incompatibilidades parlamentares: no artigo 23.º, em que determina, nomeadamente, que as funções de membro do Governo são incompatíveis com o exercício do mandato parlamentar e, no artigo 25.º, onde estipula, designadamente, que esta matéria é regulada por lei orgânica.

Coube ao [Code Électoral](#), nos artigos [LO 137-1 a LO 153](#) e [LO 197](#) desenvolver esta matéria, quer quanto ao mandato de deputado, quer quanto ao mandato de senador. A legislação ordinária regula também esta matéria, cumprindo destacar a [Loi n.º 86-1067 du 30 septembre 1986 relative à la liberté de communication e, o Code de Procédure Penale](#).

Importa, ainda, mencionar a [Loi Organique n.º 2013-906 du 11 octobre 2013](#), e a [Loi Organique n.º 2013-907 du 11 octobre 2013, relatives à la transparence de la vie publique](#), que alteraram, nomeadamente, o [Code Électoral](#), tornando esta matéria mais exigente. Estas alterações só entrarão em vigor no caso dos senadores em outubro de 2014, ou em outubro de 2017. Já no caso dos deputados entrará em vigor nas próximas eleições legislativas.

Em caso de dúvida sobre a matéria das incompatibilidades, esta questão pode ser submetida ao [Conseil Constitutionnel](#).

b) Alcance da Incompatibilidade Parlamentar

Embora não esteja expressamente previsto em nenhum diploma legal, as funções de Presidente da República são, evidentemente, incompatíveis com as de deputado ou senador. Também a acumulação do mandato de deputado com o de senador não é permitida (artigo LO 137 do [Code Électoral](#)), assim como a sua acumulação com o mandato de deputado ao Parlamento Europeu (artigo LO 137-1 do [Code Électoral](#)).

Nos termos do artigo 23.º da [Constitution](#) o exercício do mandato parlamentar é, ainda, incompatível com as funções de membro do Governo, a que acresce, a incompatibilidade com as funções de membro do [Conseil Constitutionnel](#) (artigo LO 152 do [Code Électoral](#)), de membro do Conselho Económico e Social (artigo LO 139 do [Code Électoral](#)), as funções desempenhadas na dependência de um Estado estrangeiro ou de uma organização internacional e que sejam remuneradas (artigo LO 143 do [Code Électoral](#)), e as funções de magistrado e de membro do Conselho Superior da Magistratura (artigo LO 140 do [Code Électoral](#)).

O regime jurídico das incompatibilidades parlamentares articula-se em dois domínios distintos: no setor público e no setor privado.

No setor público a incompatibilidade é a regra, ou seja, o exercício de funções públicas não eletivas é incompatível com o exercício do mandato de senador ou de deputado (artigo LO 142 do [Code Électoral](#)).

São, assim, incompatíveis com o exercício do mandato de parlamentar:

- As funções de presidente, diretor geral, diretor geral adjunto ou quaisquer funções de aconselhamento desempenhadas de forma permanente em empresas ou instituições públicas nacionais.
- As funções de membro do conselho de administração exercidas em empresas ou instituições públicas nacionais, bem como as funções exercidas numa autoridade administrativa independente ou numa autoridade pública independente, a não ser que sejam inerentes ao exercício do próprio mandato. Neste último caso, o parlamentar não poderá receber qualquer remuneração, de acordo com o artigo LO 145 do [Code Électoral](#);
- As funções de *conseiller régional, conseiller à l'Assemblée de Corse, conseiller général, conseiller de Paris, et conseiller municipal d'une commune d'au moins 3500 habitants* (artigo LO 141 do [Code Électoral](#));
- As funções de militar de carreira, com exceção daqueles que já encontrem na reserva (artigo L 46 do [Code Électoral](#)).

O artigo LO 150 do [Code Électoral](#) impede, ainda, os parlamentares de utilizarem ou de permitirem a utilização da qualidade de membro do Parlamento, em qualquer publicidade relativa a uma empresa financeira, industrial ou comercial.

Contudo, existem na lei outros impedimentos, mais ligados à natureza do ato praticado, como os que são atribuídos aos parlamentares que exercem a profissão de advogados (artigo LO 149 do [Code Électoral](#)) em processos que envolvam o Estado.

No entanto, e no termos do artigo LO 142 do [Code Électoral](#), estas funções podem ser exercidas, cumulativamente, com as de professor universitário, ou com as de administrador de uma empresa pública ou de uma instituição nacional, desde que os respetivos estatutos o prevejam, e desde que não tenham carácter permanente (LO 145 do [Code Électoral](#)). De igual modo, as missões temporárias confiadas pelo Governo no âmbito do artigo LO 144 do [Code Électoral](#) permitem aos deputados associarem-se à ação governativa, continuando ao mesmo tempo a exercer o seu mandato parlamentar, na condição de essa acumulação não exceder um período de seis meses.

No setor privado, a regra é a inversa: a liberdade é a regra e a incompatibilidade a exceção (artigo LO 146 do [Code Électoral](#)).

No entanto, também existem incompatibilidades com o mandato parlamentar, competindo destacar:

- As funções de empresário, de presidente do conselho de administração, de presidente e de membro de direção de empresa, de presidente do conselho fiscal, de administrador, de diretor geral, de diretor geral adjunto ou de gerente, exercidas nas sociedades, empresas ou instituições que beneficiem de garantias, subvenções ou, de apoio equivalente, pelo Estado ou por instituições públicas, com exceção dos casos em que os apoios resultem da aplicação automática da lei ou da sua regulamentação;
- As funções exercidas em sociedades exclusivamente financeiras, ou seja em bancos e que façam ofertas públicas de venda;
- As funções exercidas em sociedades ou empresas cuja principal atividade seja a execução de obras, ou o fornecimento de bens ou serviços para ou sob o controle do Estado, ou ainda para ou sob o controle de uma comunidade, de uma instituição pública, de uma empresa nacional ou de um Estado estrangeiro;
- As funções exercidas em sociedades ou empresas cujo fim lucrativo seja a compra e venda de terrenos destinados à construção, independentemente da sua natureza, ou que exerçam uma atividade de promoção imobiliária ou de construção de imóveis para venda;
- As funções exercidas em sociedades onde a maior parte do capital é constituída por participações em sociedades, empresas ou instituições mencionadas nos quatro parágrafos anteriores.

Por derrogação, o [Code Électoral](#) permite que um deputado ou um senador possam desempenhar funções de administração de *organismes d'intérêt général local*, como por exemplo as sociedades públicas locais, desde que estas funções não sejam remuneradas¹².

Importa também mencionar que, embora a lei proíba um parlamentar de exercer funções de assessoria, a não ser que já as desempenhasse antes do início do mandato pode, no entanto, manter as funções de advogado, com os limites acima descritos.

Com a entrada em vigor da [Loi Organique n.º 2013-906 du 11 octobre 2013](#), o âmbito das incompatibilidades é alargado, cumprindo destacar, a interdição de um deputado ou senador de exercer funções jurisdicionais ou de arbitragem; e a de presidir a uma instituição pública nacional ou a uma autoridade administrativa independente. São ainda introduzidas novas obrigações declarativas para os parlamentares, nomeadamente no registo de interesses.

De mencionar que também a lei ordinária regula esta matéria. Efetivamente, e dando apenas dois exemplos, as funções de membro do *Conseil supérieur de l'audiovisuel* são

¹² Ver resposta ao pedido do CERDP n.º 2453, de 21 de janeiro de 2014, do Senado.

incompatíveis com qualquer mandato eletivo (artigo 5.º da [Loi n.º 86-1067 du 30 septembre 1986 relative à la liberté de communication](#)), assim como as funções de jurado (artigo 257.º do [Code de Procedure Penal](#)).

Por último, importa referir que a [Loi Organique n.º 2013-907 du 11 octobre 2013, relative à la transparence de la vie publique](#), criou a [Haute Autorité de la transparence de la vie publique](#), entidade administrativa independente, que substituiu a *Commission pour la transparence financière de la vie politique*. A nova entidade dispõe de mais poderes do que a anterior, devendo exercer um controlo relativamente às declarações sobre a situação patrimonial e aos registos de interesses dos membros, entre outros, do Governo e do Parlamento.

c) Processo para a declaração de Incompatibilidade

No procedimento de controlo das incompatibilidades profissionais, que é aplicável tanto às atividades do setor privado como às do setor público, podemos destacar três etapas: o controlo que é feito por iniciativa dos próprios parlamentares, a intervenção que é empreendida pela Mesa do Senado ou da Assembleia Nacional, e a intervenção do [Conseil Constitutionnel](#).

Com o objetivo de permitir o controlo das incompatibilidades no exercício do mandato de deputado, este deve enviar à Mesa do Senado ou da Assembleia Nacional, no prazo de 30 dias após a entrada em funções, uma declaração da sua situação patrimonial e o seu registo de interesses. Caso o parlamentar não proceda ao seu envio é-lhe aplicada a sanção máxima: exoneração do cargo.

Com o objetivo de preparar e instruir estes processos, a Mesa da Assembleia Nacional constitui uma *délégation*. A Mesa decide tendo por base o relatório do presidente desta *délégation*.

Se um deputado ou um senador exercer funções declaradas como incompatíveis pela Mesa do Senado ou da Assembleia Nacional tem um prazo máximo de 30 dias para escolher o cargo que pretende manter, apresentando a sua demissão das restantes funções ou mandatos (artigo LO 151 do [Code Électoral](#)). Caso não o faça no prazo estipulado é exonerado das funções de parlamentar (artigo LO 151-1 do [Code Électoral](#)).

Cabe à Mesa do Senado ou da Assembleia Nacional analisar a matéria relativa às incompatibilidades, competindo ao [Conseil Constitutionnel](#) decidir em caso de dúvida. Nos termos do artigo 62.º da [Constitution](#) não há recurso das suas decisões.

As modalidades de controlo e de sanção destas incompatibilidades, que competem ao [Conseil Constitutionnel](#), são diferentes conforme se trate de atos interditos, atividades profissionais e mandatos incompatíveis. Efetivamente, no caso dos dois primeiros a sanção é aplicada de imediato, enquanto no caso das incompatibilidades com o mandato parlamentar é dado um prazo ao deputado para decidir que funções ou mandato quer manter.

Na elaboração do presente texto sobre as Incompatibilidades parlamentares em França foram consultadas as seguintes fontes de informação:

- Pedido do [CERDP n.º 2463](#) - Incompatibility of MPs, feito pelo Parlamento húngaro;
- Connaissance de l'Assemblée - [Le statut du député](#);
- Connaissance de l'Assemblée - [Les incompatibilités](#);
- [Le statut du sénateur: données juridiques](#).

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE**TITRE IV – LE PARLEMENT****Article 23**

Les fonctions de membre du Gouvernement sont incompatibles avec l'exercice de tout mandat parlementaire, de toute fonction de représentation professionnelle à caractère national et de tout emploi public ou de toute activité professionnelle.

Une loi organique fixe les conditions dans lesquelles il est pourvu au remplacement des titulaires de tels mandats, fonctions ou emplois.

Le remplacement des membres du Parlement a lieu conformément aux dispositions de l'article 25.

Article 25

Une loi organique fixe la durée des pouvoirs de chaque assemblée, le nombre de ses membres, leur indemnité, les conditions d'éligibilité, le régime des inéligibilités et des incompatibilités.

Elle fixe également les conditions dans lesquelles sont élues les personnes appelées à assurer, en cas de vacance du siège, le remplacement des députés ou des sénateurs jusqu'au renouvellement général ou partiel de l'assemblée à laquelle ils appartenaient ou leur remplacement temporaire en cas d'acceptation par eux de fonctions gouvernementales.

Une commission indépendante, dont la loi fixe la composition et les règles d'organisation et de fonctionnement, se prononce par un avis public sur les projets de texte et propositions de loi délimitant les circonscriptions pour l'élection des députés ou modifiant la répartition des sièges de députés ou de sénateurs.

CODE ÉLECTORAL
(PARTIE LÉGISLATIVE)

**LIVRE IER : ELECTION DES DÉPUTÉS, DES CONSEILLERS DÉPARTEMENTAUX, DES
CONSEILLERS MUNICIPAUX ET DES CONSEILLERS COMMUNAUTAIRES**

**TITRE IER : DISPOSITIONS COMMUNES À L'ÉLECTION DES DÉPUTÉS, DES CONSEILLERS
DÉPARTEMENTAUX, DES CONSEILLERS MUNICIPAUX ET DES CONSEILLERS
COMMUNAUTAIRES**

Article L46 En savoir plus sur cet article
Modifié par LOI n°2009-971 du 3 août 2009 - art. 13

Les fonctions de militaire de carrière ou assimilé, en activité de service ou servant au-delà de la durée légale, sont incompatibles avec les mandats qui font l'objet du livre I.

Ces dispositions ne sont pas applicables au réserviste exerçant une activité en vertu d'un engagement à servir dans la réserve opérationnelle ou au titre de la disponibilité. Toutefois, le réserviste de la gendarmerie nationale ne peut exercer cette activité au sein de sa circonscription.

Article L46-1
Modifié par LOI n°2013-403 du 17 mai 2013 - art. 1 (V)

Nul ne peut cumuler plus de deux des mandats électoraux énumérés ci-après: conseiller régional, conseiller à l'assemblée de Corse, conseiller départemental, conseiller de Paris, conseiller à l'assemblée de Guyane, conseiller à l'assemblée de Martinique, conseiller municipal.

Quiconque, à l'exception des personnes visées aux articles L. 270, L. 272-6 et L. 360 du présent code, se trouve dans ce cas doit faire cesser l'incompatibilité en démissionnant d'un des mandats qu'il détenait antérieurement. Il dispose à cet effet d'un délai de trente jours à compter de la date de l'élection qui l'a mis en situation d'incompatibilité ou, en cas de contestation, de la date à laquelle le jugement confirmant cette élection est devenu définitif. A défaut d'option ou en cas de démission du dernier mandat acquis dans le délai imparti, le mandat ou la fonction acquis ou renouvelé à la date la plus ancienne prend fin de plein droit.

Par dérogation aux dispositions de l'alinéa précédent, quiconque se trouve placé en situation d'incompatibilité du fait de son élection comme membre d'un conseil municipal d'une commune à laquelle s'appliquent les dispositions du chapitre II du titre IV du livre Ier du présent code doit faire cesser cette incompatibilité en démissionnant du mandat de son

choix. Il dispose à cet effet d'un délai de trente jours à compter de la proclamation de l'élection qui l'a placé en situation d'incompatibilité ou, en cas de contestation, de la date à laquelle la décision juridictionnelle confirmant cette élection est devenue définitive. A défaut d'option dans le délai imparti, il est réputé avoir renoncé au mandat acquis ou renouvelé à la date la plus ancienne.

Tant qu'il n'est pas mis fin, dans les conditions prévues aux deuxième et troisième alinéas, à l'incompatibilité mentionnée au premier alinéa, l'élu concerné ne perçoit aucune indemnité attachée au dernier mandat acquis ou renouvelé.

Article L46-2

Créé par Loi n°2002-276 du 27 février 2002 - art. 63

Le détenteur de deux des mandats énumérés au premier alinéa de l'article L. 46-1, qui acquiert un mandat de représentant au Parlement européen, doit faire cesser l'incompatibilité telle qu'elle résulte de l'article 6-3 de la loi n° 77-729 du 7 juillet 1977 relative à l'élection des représentants au Parlement européen, en démissionnant d'un des mandats qu'il détenait antérieurement. Il dispose à cet effet d'un délai de trente jours à compter de la proclamation de son élection au Parlement européen ou, en cas de contestation, de la date à laquelle la décision juridictionnelle confirmant cette élection est devenue définitive. A défaut d'option ou en cas de démission du dernier mandat acquis dans le délai imparti, le mandat acquis ou renouvelé à la date la plus ancienne prend fin de plein droit.

Nota: En vertu de l'article 5 de la loi n° 2014-126 du 14 février 2014 interdisant le cumul de fonctions exécutives locales avec le mandat de représentant au Parlement européen, le présent article est abrogé à compter du premier renouvellement du Parlement européen suivant le 31 mars 2017.

TITRE II - DISPOSITIONS SPECIALES A L'ELECTION DES DEPUTES

CHAPITRE IV - INCOMPATIBILITÉS

Article LO137

Le cumul des mandats de député et de sénateur est interdit.

Tout député élu sénateur ou tout sénateur élu député cesse, de ce fait même, d'appartenir à la première assemblée dont il était membre. Toutefois, en cas de contestation, la vacance du siège n'est proclamée qu'après décision du Conseil constitutionnel confirmant l'élection.

Il ne peut en aucun cas participer aux travaux de deux assemblées.

Article LO137-1**Créé par Loi n°2000-294 du 5 avril 2000 - art. 2**

Le mandat de député est incompatible avec celui de représentant au Parlement européen.

Tout député élu membre du Parlement européen cesse de ce fait même d'exercer son mandat de parlementaire national. Toutefois, en cas de contestation, la vacance du siège n'est proclamée qu'après la décision juridictionnelle confirmant l'élection. En attendant cette décision, l'intéressé ne peut participer aux travaux de l'Assemblée nationale.

Article LO138

Toute personne ayant la qualité de remplaçant d'un député ou d'un sénateur perd cette qualité si elle est élue député.

Article LO139**Modifié par LOI organique n° 2010-704 du 28 juin 2010 - art. 21 (V)**

Le mandat de député est incompatible avec la qualité de membre du Conseil économique, social et environnemental.

Article LO140

Ainsi qu'il est dit à l'article 9 de l'ordonnance n° 58-1270 du 22 décembre 1958 portant loi organique relative au statut de la magistrature, l'exercice des fonctions de magistrat est incompatible avec l'exercice d'un mandat à l'Assemblée nationale.

Article LO141**Modifié par LOI organique n°2013-402 du 17 mai 2013 - art. 1**

Le mandat de député est incompatible avec l'exercice de plus d'un des mandats énumérés ci-après: conseiller régional, conseiller à l'assemblée de Corse, conseiller général, conseiller de Paris, conseiller à l'Assemblée de Guyane, conseiller à l'Assemblée de Martinique, conseiller municipal d'une commune soumise au mode de scrutin prévu au chapitre III du titre IV du présent livre.

Nota: Conformément à l'article 10 de la loi organique n° 2011-883 du 27 juillet 2011, la présente loi organique entre en vigueur :

1° En ce qui concerne les dispositions applicables à la Guyane, à compter de la première réunion de l'Assemblée de Guyane ;

2° En ce qui concerne les dispositions applicables à la Martinique, à compter de la première réunion de l'Assemblée de Martinique.

Cet article a été modifié par la loi organique n° 2013-402 du 17 mai 2013 relative à l'élection des conseillers municipaux, des conseillers communautaires et des conseillers départementaux. Conformément à son article 8, l'article dans sa version modifiée par la loi organique du 17 mai 2013 s'applique à compter du prochain renouvellement général des conseils municipaux et communautaires prévu les 23 et 30 mars 2014, y compris aux opérations préparatoires à ce scrutin.

Article LO142

Modifié par LOI organique n°2009-38 du 13 janvier 2009 - art. 7

L'exercice des fonctions publiques non électives est incompatible avec le mandat de député.

Sont exceptés des dispositions du présent article :

- 1° les professeurs qui, à la date de leur élection, étaient titulaires de chaires données sur présentation des corps où la vacance s'est produite ou chargés de directions de recherches ;*
- 2° dans les départements du Haut-Rhin, du Bas-Rhin et de la Moselle, les ministres des cultes et les délégués du gouvernement dans l'administration des cultes.*

Le présent article est applicable aux fonctions de membre de la commission prévue à l'article 25 de la Constitution.

Article LO143

L'exercice des fonctions conférées par un Etat étranger ou une organisation internationale et rémunérées sur leurs fonds est également incompatible avec le mandat de député.

Article LO144

Les personnes chargées par le gouvernement d'une mission temporaire peuvent cumuler l'exercice de cette mission avec leur mandat de député pendant une durée n'excédant pas six mois.

Article LO145

Modifié par LOI organique n°2013-906 du 11 octobre 2013 - art. 2 (V)

I. - Sont incompatibles avec le mandat de député les fonctions de président ainsi que celles de directeur général et de directeur général adjoint exercées dans les entreprises nationales et établissements publics nationaux; il en est de même de toute fonction exercée de façon permanente en qualité de conseil auprès de ces entreprises ou établissements.

Sauf si le député y est désigné en cette qualité, sont incompatibles avec le mandat de député les fonctions de membre de conseil d'administration exercées dans les entreprises nationales et établissements publics nationaux, ainsi que les fonctions exercées au sein d'une autorité administrative indépendante ou d'une autorité publique indépendante.

Est incompatible avec le mandat de député la fonction de président d'une autorité administrative indépendante ou d'une autorité publique indépendante.

II. - Un député désigné en cette qualité dans une institution ou un organisme extérieur ne peut percevoir à ce titre aucune rémunération, gratification ou indemnité.

Nota: Conformément à la loi organique n° 2013-906 du 11 octobre 2013, article 2 (X) : ces dispositions entrent en vigueur à compter, s'agissant des députés, du prochain renouvellement général de l'Assemblée nationale et, s'agissant des sénateurs, du prochain renouvellement de la série à laquelle appartient le sénateur.

Article LO146

Sont incompatibles avec le mandat parlementaire les fonctions de chef d'entreprise, de président de conseil d'administration, de président et de membre de directoire, de président de conseil de surveillance, d'administrateur délégué, de directeur général, directeur général adjoint ou gérant exercées dans :

1° les sociétés, entreprises ou établissements jouissant, sous forme de garanties d'intérêts, de subventions ou, sous forme équivalente, d'avantages assurés par l'Etat ou par une collectivité publique sauf dans le cas où ces avantages découlent de l'application automatique d'une législation générale ou d'une réglementation générale;

2° les sociétés ayant exclusivement un objet financier et faisant publiquement appel à l'épargne, ainsi que les sociétés civiles autorisées à faire publiquement appel à l'épargne et les organes de direction, d'administration ou de gestion de ces sociétés;

3° les sociétés ou entreprises dont l'activité consiste principalement dans l'exécution de travaux, la prestation de fournitures ou de services pour le compte ou sous le contrôle de l'Etat, d'une collectivité ou d'un établissement public ou d'une entreprise nationale ou d'un Etat étranger;

4° les sociétés ou entreprises à but lucratif dont l'objet est l'achat ou la vente de terrains destinés à des constructions, quelle que soit leur nature, ou qui exercent une activité de promotion immobilière ou, à titre habituel, de construction d'immeubles en vue de leur vente;

5° les sociétés dont plus de la moitié du capital est constituée par des participations de sociétés, entreprises ou établissements visés aux 1°, 2°, 3° et 4° ci-dessus.

Les dispositions du présent article sont applicables à toute personne qui, directement ou par personne interposée, exerce en fait la direction de l'un des établissements, sociétés ou entreprises ci-dessus visés.

Article LO146-1

Créé par Loi n°95-63 du 19 janvier 1995 - art. 3

Il est interdit à tout député de commencer à exercer une fonction de conseil qui n'était pas la sienne avant le début de son mandat.

Cette interdiction n'est pas applicable aux membres des professions libérales soumises à un statut législatif ou réglementaire ou dont le titre est protégé.

Article LO147

Modifié par Loi n°95-63 du 19 janvier 1995 - art. 3

Il est interdit à tout député d'accepter, en cours de mandat, une fonction de membre du conseil d'administration ou de surveillance dans l'un des établissements, sociétés ou entreprises visés à l'article LO.146.

Article LO148

Modifié par LOI organique n°2011-883 du 27 juillet 2011 - art. 5

Nonobstant les dispositions des articles L. O. 146 et L. O. 147, les députés membres d'un conseil régional, d'un conseil général, de l'Assemblée de Guyane, de l'Assemblée de Martinique ou d'un conseil municipal peuvent être désignés par ces conseils pour représenter la région, le département, la collectivité ou la commune dans des organismes d'intérêt régional ou local, à la condition que ces organismes n'aient pas pour objet propre de faire ni de distribuer des bénéfices et que les intéressés n'y occupent pas de fonctions rémunérées.

En outre, les députés, même non membres d'un conseil régional, d'un conseil général, de l'Assemblée de Guyane, de l'Assemblée de Martinique ou d'un conseil municipal, peuvent exercer les fonctions de président du conseil d'administration, d'administrateur délégué ou de membre du conseil d'administration des sociétés d'économie mixte d'équipement régional ou local, ou des sociétés ayant un objet exclusivement social lorsque ces fonctions ne sont pas rémunérées.

Nota: Conformément à l'article 10 de la loi organique n° 2011-883 du 27 juillet 2011, la présente loi organique entre en vigueur :

*1° En ce qui concerne les dispositions applicables à la Guyane, à compter de la première réunion de l'Assemblée de Guyane ;
2° En ce qui concerne les dispositions applicables à la Martinique, à compter de la première réunion de l'Assemblée de Martinique.*

Une nouvelle version de cet article modifié par la loi organique n° 2013-402 du 17 mai 2013 relative à l'élection des conseillers municipaux, des conseillers communautaires et des conseillers départementaux s'appliquera aux élections organisées en mars 2015 à l'occasion du prochain renouvellement général des conseils départementaux, y compris aux opérations préparatoires à ce scrutin.

Article LO149

Modifié par Loi n°95-63 du 19 janvier 1995 - art. 4

Modifié par Loi organique 95-63 1995-01-19 art. 4, 5 jorf 20 janvier 1995

Il est interdit à tout avocat inscrit à un barreau, lorsqu'il est investi d'un mandat de député, d'accomplir directement ou indirectement par l'intermédiaire d'un associé, d'un collaborateur ou d'un secrétaire, sauf devant la Haute Cour de justice et la cour de justice de la République, aucun acte de sa profession dans les affaires à l'occasion desquelles des poursuites pénales sont engagées devant les juridictions répressives pour crimes ou délits contre la nation, l'Etat et la paix publique ou en matière de presse ou d'atteinte au crédit ou à l'épargne ; il lui est interdit, dans les mêmes conditions, de plaider ou de consulter pour le compte de l'une de ces sociétés, entreprises ou établissements visés aux articles L. O. 145 et L. O. 146 dont il n'était pas habituellement le conseil avant son élection, ou contre l'Etat, les sociétés nationales, les collectivités ou établissements publics, à l'exception des affaires visées par la loi n° 57-1424 du 31 décembre 1957 attribuant aux tribunaux judiciaires compétence pour statuer sur les actions en responsabilité des dommages causés par tout véhicule et dirigées contre une personne morale de droit public.

Article LO150

Modifié par Ordonnance n°2000-916 du 19 septembre 2000 - art. 1 (V) JORF 22 septembre 2000 en vigueur le 1er janvier 2002

Il est interdit à tout député de faire ou de laisser figurer son nom suivi de l'indication de sa qualité dans toute publicité relative à une entreprise financière, industrielle ou commerciale.

Seront punis d'un emprisonnement de six mois et d'une amende de 3 750 euros ou de l'une de ces deux peines seulement les fondateurs, les directeurs ou gérants de sociétés ou d'établissements à objet commercial, industriel ou financier qui auront fait ou laissé figurer le nom d'un député avec mention de sa qualité dans toute publicité faite dans l'intérêt de l'entreprise qu'ils dirigent ou qu'ils se proposent de fonder. En cas de récidive, les peines ci-dessus prévues pourront être portées à un an d'emprisonnement et 7 500 euros d'amende.

Article LO151**Modifié par LOI organique n°2011-410 du 14 avril 2011 - art. 9**

Le député qui se trouve dans un des cas d'incompatibilité mentionnés à l'article LO 141 est tenu de faire cesser cette incompatibilité en démissionnant du mandat de son choix, au plus tard le trentième jour qui suit la date de la proclamation des résultats de l'élection qui l'a mis en situation d'incompatibilité ou, en cas de contestation, la date à laquelle le jugement confirmant cette élection est devenu définitif.

A défaut d'option dans le délai imparti, le mandat local acquis à la date la plus ancienne prend fin de plein droit.

En cas d'élections acquises le même jour, l'intéressé est déclaré démissionnaire d'office du mandat acquis dans la circonscription comptant le moins grand nombre d'habitants.

Si la cause d'incompatibilité survient postérieurement à l'élection à l'Assemblée nationale, le droit d'option est ouvert à l'élu dans les mêmes conditions à compter de la date de la proclamation des résultats de l'élection qui l'a mis en situation d'incompatibilité ou, en cas de contestation, de la date à laquelle le jugement confirmant cette élection est devenu définitif.

Nota: Loi organique n° 2011-410 du 14 avril 2011 article 24 : La présente loi organique prend effet lors du premier renouvellement général de l'Assemblée nationale suivant sa promulgation.

Article LO151-1**Modifié par LOI organique n°2011-410 du 14 avril 2011 - art. 9**

Au plus tard le trentième jour qui suit son entrée en fonction ou, en cas de contestation de son élection, la date de la décision du Conseil constitutionnel, le député qui se trouve dans un cas d'incompatibilité mentionné aux articles LO 139, LO 140 et LO 142 à LO 148 se démet des fonctions ou mandats incompatibles avec son mandat parlementaire. S'il est titulaire d'un emploi public, il demande à être placé dans la position spéciale prévue par son statut.

Nota: Loi organique n° 2011-410 du 14 avril 2011 article 24 : La présente loi organique prend effet lors du premier renouvellement général de l'Assemblée nationale suivant sa promulgation.

Article LO151-2**Modifié par LOI organique n°2013-906 du 11 octobre 2013 - art. 2 (V)**

Le bureau de l'Assemblée nationale examine si les activités professionnelles ou d'intérêt général mentionnées par les députés dans la déclaration d'intérêts et d'activités, en application du 11° du III de l'article LO 135-1, sont compatibles avec le mandat

parlementaire. S'il y a doute sur la compatibilité des fonctions ou activités exercées, le bureau de l'Assemblée nationale, le garde des sceaux, ministre de la justice, ou le député lui-même saisit le Conseil constitutionnel.

Si le Conseil constitutionnel décide que le député est en situation d'incompatibilité, ce dernier régularise sa situation au plus tard le trentième jour qui suit la notification de la décision du Conseil constitutionnel.

A défaut, le Conseil constitutionnel le déclare démissionnaire d'office de son mandat.

Article LO151-3

Modifié par LOI organique n°2013-906 du 11 octobre 2013 - art. 2 (V)

Le député qui n'a pas respecté les articles LO 149 ou LO 150 est déclaré démissionnaire d'office par le Conseil constitutionnel, à la requête du bureau de l'Assemblée nationale ou du garde des sceaux, ministre de la justice.

Article LO151-4

Créé par LOI organique n°2011-410 du 14 avril 2011 - art. 9

La démission d'office prononcée par le Conseil constitutionnel est aussitôt notifiée au président de l'Assemblée nationale et au ministre de l'intérieur.

Elle n'entraîne pas d'inéligibilité.

Nota: Loi organique n° 2011-410 du 14 avril 2011 article 24 : La présente loi organique prend effet lors du premier renouvellement général de l'Assemblée nationale suivant sa promulgation.

Article LO152

Ainsi qu'il est dit à l'article 4 de l'ordonnance n° 58-1067 du 7 novembre 1958, portant loi organique sur le Conseil constitutionnel, les fonctions des membres du Conseil constitutionnel sont incompatibles avec celles de député.

Les députés nommés au Conseil constitutionnel sont réputés avoir opté pour ces dernières fonctions s'ils n'ont exprimé une volonté contraire dans les huit jours suivant la publication de leur nomination.

Article LO153

Modifié par LOI organique n°2013-906 du 11 octobre 2013 - art. 4

Ainsi qu'il est dit à l'alinéa 1 de l'article 1er de l'ordonnance n° 58-1099 du 17 novembre 1958, portant loi organique pour l'application de l'article 23 de la Constitution, l'incompatibilité établie par ledit article 23 entre le mandat de député et les fonctions de membre du gouvernement prend effet à l'expiration d'un délai de un mois à compter de la nomination comme membre du gouvernement. Pendant ce délai, le député membre du gouvernement ne peut prendre part à aucun scrutin et ne peut percevoir aucune indemnité en tant que parlementaire. L'incompatibilité ne prend pas effet si le gouvernement est démissionnaire avant l'expiration dudit délai.

TITRE IV - ELECTION DES SENATEURS**CHAPITRE II I- INCOMPATIBILITÉS****Article LO297**

Les dispositions du chapitre IV du titre II du livre 1er du présent code sont applicables aux sénateurs.

CODE DE PROCEDURE PENALE
(PARTIE LÉGISLATIVE)

PARAGRAPHE 1ER: DES CONDITIONS D'APTITUDE AUX FONCTIONS DE JURÉ

Article 257

Modifié par Loi Organique n° 2010-704 du 28 juin 2010 - art. 21 (V)

Les fonctions de juré sont incompatibles avec celles qui sont énumérées ci-après:

1° Membre du Gouvernement, du Parlement, du Conseil constitutionnel, du Conseil supérieur de la magistrature et du Conseil économique, social et environnemental;

2° Membre du Conseil d'Etat ou de la Cour des comptes, magistrat de l'ordre judiciaire, membre des tribunaux administratifs, magistrat des tribunaux de commerce, assesseur des tribunaux paritaires de baux ruraux et conseiller prud'homme;

3° Secrétaire général du Gouvernement ou d'un ministère, directeur de ministère, membre du corps préfectoral;

4° Fonctionnaire des services de police ou de l'administration pénitentiaire et militaire de la gendarmerie, en activité de service.

LOI N°86-1067 DU 30 SEPTEMBRE 1986 RELATIVE À LA LIBERTÉ DE COMMUNICATION**Article 5****Modifié par Loi n°2013-1028 du 15 novembre 2013 - art. 3**

Les fonctions de membre du Conseil supérieur de l'audiovisuel sont incompatibles avec tout mandat électif, tout emploi public et toute autre activité professionnelle.

Sous réserve des dispositions du code de la propriété intellectuelle, les membres du conseil ne peuvent, directement ou indirectement, exercer des fonctions, recevoir d'honoraires, sauf pour des services rendus avant leur entrée en fonctions, détenir d'intérêt ou avoir un contrat de travail dans une entreprise de l'audiovisuel, du cinéma, de l'édition, de la presse, de la publicité ou des communications électroniques. Si, au moment de sa nomination, un membre du conseil détient des intérêts ou dispose d'un contrat de travail ou de prestation de services dans une telle entreprise, il dispose d'un délai de trois mois pour se mettre en conformité avec la loi.

Le non-respect des dispositions de l'alinéa précédent est passible des peines prévues à l'article 432-12 du code pénal.

Le membre du conseil qui a exercé une activité, accepté un emploi ou un mandat électif incompatible avec sa qualité de membre ou manqué aux obligations définies au deuxième alinéa ou au cinquième alinéa du présent article est déclaré démissionnaire d'office par le conseil statuant à la majorité de ses membres.

Pendant la durée de leurs fonctions et durant un an à compter de la cessation de leurs fonctions, les membres du conseil sont tenus de s'abstenir de toute prise de position publique sur les questions en cours d'examen. Les membres et anciens membres du conseil sont tenus de respecter le secret des délibérations.

Après la cessation de leurs fonctions, les membres du Conseil supérieur de l'audiovisuel sont soumis aux dispositions de l'article 432-13 du code pénal et, en outre, pendant le délai d'un an, sous les peines prévues au même article, aux obligations résultant du deuxième alinéa du présent article.

Le président et les membres du Conseil supérieur de l'audiovisuel reçoivent respectivement un traitement égal à celui afférent aux deux catégories supérieures des emplois de l'Etat classés hors échelle. A l'expiration de leur mandat, les membres du Conseil supérieur de l'audiovisuel continuent de percevoir leur traitement pendant une durée maximum d'un an. Toutefois, si les intéressés reprennent une activité rémunérée, perçoivent une retraite ou, pour les fonctionnaires ou les magistrats, sont réintégré, le versement de ce traitement

cesse. Il cesse également sur décision du conseil statuant à la majorité de ses membres après que les intéressés ont été mis à même de présenter leurs observations, si ceux-ci manquent aux obligations prévues au deuxième alinéa. Il cesse également, partiellement ou totalement, dans les mêmes conditions, en cas de manquement aux obligations résultant du cinquième alinéa.

Lorsqu'il est occupé par un fonctionnaire, l'emploi permanent de membre du Conseil supérieur de l'audiovisuel est un emploi conduisant à pension au titre du code des pensions civiles et militaires de retraite.

a) Fundamento Jurídico

A Constituição italiana estabelece no [artigo 65.º](#) os termos em que se regulamentará a questão das incompatibilidades e inelegibilidades de Deputados e Senadores.

A [Legge 13 febbraio 1953, n. 60](#) - (*Incompatibilità parlamentari*), estabelece esses termos e é aplicável a ambas as câmaras.

Contudo há uma lei eleitoral para a Câmara dos Deputados – [o D.P.R. 30 marzo 1957, n. 361](#) (*Testo unico delle leggi per l'elezione della Camera dei deputati*).

Nos termos do [n.º 4 do artigo 19, do Regolamento del Senato](#), a “*Giunta delle Elezioni e delle Immunità Parlamentari*” procede à verificação, segundo as normas do regimento, dos ‘títulos’ de admissão a Senador e das causas supervenientes de inelegibilidade e de incompatibilidade; delibera, se solicitada, e comunica ao Senado eventuais irregularidades do escrutínio eleitoral que tenham sido detectadas no decurso da sua atividade.

Quanto à *Camera dei Deputati*, nos termos do [artigo 17.º, n.º 1](#), a *Giunta delle elezioni* reporta à Assembleia (Plenário), no prazo de 18 meses a partir das eleições, sobre a regularidade do ato eleitoral, sobre a ausência de incompatibilidades, com procedimento idêntico ao que se passa no Senado.

b) Alcance da Incompatibilidade Parlamentar

Uma série de causas de incompatibilidade entre o cargo de parlamentar e os outros cargos são diretamente definidos pela Constituição ou por leis constitucionais: a incompatibilidade entre o cargo de deputado e o de senador (Constituição, art. 65, 2.º parágrafo); entre Presidente da República e qualquer outro cargo (Constituição, art. 84, 2.º parágrafo); entre parlamentar e membro do Conselho Superior de Magistratura (Constituição, art. 104, último parágrafo); entre parlamentar e conselheiro ou assessor regional (Constituição, art. 122, 2.º parágrafo); entre parlamentar e juiz do Tribunal Constitucional (Constituição, art. 135, 6.º parágrafo).

O artigo 65.º da Constituição atribui à lei a tarefa de determinar as causas supervenientes de incompatibilidade.

Outras disposições de caráter geral relativas à matéria são ditadas pela [Legge 13 febbraio 1953, n. 60](#), que prevê a incompatibilidade entre o cargo de parlamentar e cargos de

nomeação governativa ou da administração central do Estado, cargos em associações ou entidades que giram serviços públicos ou que recebam apoios estatais, cargos em sociedades por ações com exercício prevalente de actividade financeira.

Proibições da acumulação do mandato parlamentar com outros cargos são ainda previstas em disposições específicas de várias leis.

Em particular, com a recente [Lei 27 de Março 2004, n.º 78](#), foi introduzida a incompatibilidade entre o cargo de parlamentar europeu e o cargo de deputado ou senador.

Caso um parlamentar se encontre, ou venha a encontrar-se no decurso do mandato, numa das previstas condições de incompatibilidade, deve, dentro de prazos diversos com base na tipologia da incompatibilidade, optar por um dos cargos.

A candidatura simultânea à Câmara e ao Senado é expressamente proibida.

c) Processo para a declaração de Incompatibilidade

As deliberações de incompatibilidade não podem ser objeto de pedido de reexame e são imediatamente comunicadas ao Presidente da Câmara, o qual convida o deputado interessado a optar dentro de 30 dias entre o mandato parlamentar e o cargo ou a função julgada incompatível. Decorrido tal prazo, na ausência de atitude do Deputado, o Presidente da Câmara dos Deputados inscreve na ordem do dia da Assembleia a proposta de declaração de incompatibilidade e a consequente impugnação do mandato. A opção tardia é ineficaz para os efeitos entretanto produzidos pela declaração de impugnação (cassação do mandato). *(n.º 2 do artigo 17.º do Regolamentoo della Camera dei Deputati)*.

O Regulamento do Senado é omissivo quanto ao processo, mas interpretando o referido artigo 19.º depressa se conclui que será em tudo idêntico ao da *Camera dei Deputati*.

Com a XVI legislatura ao número de cargos incompatíveis com aquele de deputado juntaram-se também os de presidente de província e de presidente da câmara de municípios com mais de 5.000 habitantes. O [Decreto-Lei n.º 138/2011, de 13 de agosto](#) (art. 13, n. 3), estabeleceu, efetivamente, a incompatibilidade entre o cargo de deputado e de senador, bem como os cargos de governo, com qualquer outro cargo público eletivo de natureza monocrática relativo a órgãos de governo de autarquias locais com população superior a 5.000 habitantes.

LA COSTITUZIONE DELLA REPUBBLICA ITALIANA**PARTE II - ORDINAMENTO DELLA REPUBBLICA****TITOLO I - IL PARLAMENTO****SEZIONE I - LE CAMERE.**

Articoli 65.

La legge determina i casi di ineleggibilità e incompatibilità con l'ufficio di deputato o di senatore.

Nessuno può appartenere contemporaneamente alle due Camere.

Articoli 66.

Ciascuna Camera giudica dei titoli di ammissione dei suoi componenti e delle cause sopraggiunte di ineleggibilità e di incompatibilità.

Titolo II

Articolo 84

Può essere eletto Presidente della Repubblica ogni cittadino che abbia compiuto cinquanta anni di età e goda dei diritti civili e politici.

L'ufficio di Presidente della Repubblica è incompatibile con qualsiasi altra carica.

L'assegno e la dotazione del Presidente sono determinati per legge.

[...]

Titolo IV

Articolo 104

La magistratura costituisce un ordine autonomo e indipendente da ogni altro potere.

Il Consiglio superiore della magistratura è presieduto dal Presidente della Repubblica.

Ne fanno parte di diritto il primo Presidente e il Procuratore generale della Corte di cassazione.

Gli altri componenti sono eletti per due terzi da tutti i magistrati ordinari tra gli appartenenti alle varie categorie, e per un terzo dal Parlamento in seduta comune tra professori ordinari di università in materie giuridiche ed avvocati dopo quindici anni di esercizio.

Il Consiglio elegge un vice presidente fra i componenti designati dal Parlamento.

I membri elettivi del Consiglio durano in carica quattro anni e non sono immediatamente rieleggibili.

Non possono, finché sono in carica, essere iscritti, negli albi professionali, né far parte del Parlamento o di un Consiglio regionale.

*Titolo V**Articolo 122*

*Il sistema di elezione e i casi di ineleggibilità e di incompatibilità del Presidente e degli altri componenti della Giunta regionale nonchè dei consiglieri regionali sono disciplinati con legge della Regione nei limiti dei principi fondamentali stabiliti con legge della Repubblica, che stabilisce anche la durata degli organi elettivi. (**)*

Nessuno può appartenere contemporaneamente a un Consiglio o a una Giunta regionale e ad una delle Camere del Parlamento, ad un altro Consiglio o ad altra Giunta regionale, ovvero al Parlamento europeo.

Il Consiglio elegge tra i suoi componenti un Presidente e un ufficio di presidenza.

I consiglieri regionali non possono essere chiamati a rispondere delle opinioni espresse e dei voti dati nell'esercizio delle loro funzioni.

Il Presidente della Giunta regionale, salvo che lo statuto regionale disponga diversamente, è eletto a suffragio universale e diretto. Il Presidente eletto nomina e revoca i componenti della Giunta.

[...]

*Titolo VI – Garanzie Costituzionali**Sezione I – La Corte Costituzionale*

[...]

Articolo 135

La Corte costituzionale è composta di quindici giudici nominati per un terzo dal Presidente della Repubblica, per un terzo dal Parlamento in seduta comune e per un terzo dalle supreme magistrature ordinaria ed amministrative.

I giudici della Corte costituzionale sono scelti fra i magistrati anche a riposo delle giurisdizioni superiori ordinaria ed amministrative, i professori ordinari di università in materie giuridiche e gli avvocati dopo venti anni di esercizio.

I Giudici della Corte costituzionale sono nominati per nove anni, decorrenti per ciascuno di essi dal giorno del giuramento, e non possono essere nuovamente nominati.

Alla scadenza del termine il giudice costituzionale cessa dalla carica e dall'esercizio delle funzioni.

La Corte elegge tra i suoi componenti, secondo le norme stabilite dalla legge, il Presidente, che rimane in carica per un triennio, ed è rieleggibile, fermi in ogni caso i termini di scadenza dall'ufficio di giudice.

L'ufficio di giudice della Corte è incompatibile con quello di membro del Parlamento, di un Consiglio regionale, con l'esercizio della professione di avvocato e con ogni carica ed ufficio indicati dalla legge.

REGOLAMENTO DELLA CAMERA DEI DEPUTATI**CAPO IV - DELLE GIUNTE***Articolo 17*

1. La Giunta delle elezioni è composta di trenta deputati, nominati dal Presidente non appena costituiti i Gruppi parlamentari. Essa riferisce alla Assemblea, non oltre diciotto mesi dalle elezioni, sulla regolarità delle operazioni elettorali, sui titoli di ammissione dei deputati e sulle cause di ineleggibilità, di incompatibilità e di decadenza previste dalla legge, formulando le relative proposte di convalida, annullamento o decadenza.

2. La Giunta elegge nella prima riunione un Presidente, due Vicepresidenti e tre Segretari. Essa esercita le proprie funzioni sulla base di un Regolamento interno che, previo esame della Giunta per il Regolamento, deve essere approvato dalla Camera con le modalità previste nel comma 4 dell'art. 16. Nel procedimento davanti alla Giunta delle elezioni deve essere assicurato in ogni fase il principio del contraddittorio e, nella fase del giudizio sulla contestazione, il principio della pubblicità.

3. I deputati componenti la Giunta delle elezioni non possono rifiutare la nomina, né dare le dimissioni; quand'anche queste siano date, il Presidente della Camera non le comunica all'Assemblea. Possono essere sostituiti, su loro richiesta, i deputati che siano chiamati a far parte del Governo ovvero ad assumere la presidenza di un organo parlamentare.

4. Qualora la Giunta non risponda per un mese alla convocazione, sebbene ripetutamente fatta dal suo presidente, o non sia possibile ottenere durante lo stesso tempo il numero legale, il Presidente della Camera provvede a rinnovare la Giunta.

REGOLAMENTO DEL SENATO**CAPO V - DELLA GIUNTA PER IL REGOLAMENTO, DELLA GIUNTA DELLE ELEZIONI E DELLE IMMUNITÀ PARLAMENTARI E DELLA COMMISSIONE PER LA BIBLIOTECA E PER L'ARCHIVIO STORICO***Articolo 19**Giunta delle elezioni e delle immunità parlamentari.**[...]*

4. La Giunta procede alla verifica, secondo le norme dell'apposito Regolamento, dei titoli di ammissione dei Senatori e delle cause sopraggiunte di ineleggibilità e di incompatibilità; riferisce, se richiesta, al Senato sulle eventuali irregolarità delle operazioni elettorali che abbia riscontrato nel corso della verifica.

*[...]***CAPO XVI - DELLE DOMANDE DI AUTORIZZAZIONE A PROCEDERE E DELLA VERIFICA DEI POTERI***Articolo 135-ter**Verifica dei poteri.*

1. L'Assemblea discute e delibera sulle proposte della Giunta delle elezioni e delle immunità parlamentari riguardanti elezioni contestate nonché sulle proposte in materia di ineleggibilità originaria o sopravvenuta e di incompatibilità.

2. Fino alla chiusura della discussione in Assemblea, almeno venti Senatori possono formulare proposte in difformità dalle conclusioni della Giunta, mediante la presentazione di ordini del giorno motivati, in mancanza dei quali l'Assemblea non procede a votazione, intendendosi senz'altro approvate le conclusioni della Giunta.

D.P.R. 30 MARZO 1957, N. 361**(TESTO UNICO DELLE LEGGI PER L'ELEZIONE DELLA CAMERA DEI DEPUTATI)****Art. 5**

L'elettorato attivo, la tenuta e la revisione comunale delle liste elettorali, la ripartizione dei Comuni in sezioni elettorali e la scelta dei luoghi di riunione per la elezione sono disciplinate dalle disposizioni della legge 7 ottobre 1947, n. 1058, e successive modificazioni [].*

[] La legge 7 ottobre 1947, n. 1058, recava norme per la disciplina dell'elettorato attivo e per la tenuta e la revisione annuale delle liste elettorali. Il testo oggi in vigore è il D.P.R. 28 marzo 1967, n. 223.*

Art. 6

Sono eleggibili a deputati gli elettori che abbiano compiuto il venticinquesimo anno di età entro il giorno delle elezioni.

Art. 7**1. Non sono eleggibili:**

[a)][]*

b) i presidenti delle Giunte provinciali;

c) i sindaci dei Comuni con popolazione superiore ai 20.000 abitanti;

d) il capo e vice capo della polizia e gli ispettori generali di pubblica sicurezza;

e) i capi di Gabinetto dei Ministri;

f) il Rappresentante del Governo presso la Regione autonoma della Sardegna, il Commissario dello Stato nella Regione siciliana, i commissari del Governo per le regioni a statuto ordinario, il commissario del Governo per la regione Friuli-Venezia Giulia, il presidente della Commissione di coordinamento per la regione Valle d'Aosta, i commissari del Governo per le province di Trento e Bolzano, i prefetti e coloro che fanno le veci nelle predette cariche;

g) i viceprefetti e i funzionari di pubblica sicurezza;

h) gli ufficiali generali, gli ammiragli e gli ufficiali superiori delle Forze armate dello Stato, nella circoscrizione del loro comando territoriale.

[] La lettera a) includeva: "i deputati regionali o consiglieri regionali". La disposizione è stata dichiarata illegittima dalla Corte costituzionale con sentenza dell'11 giugno 1993.*

2. Le cause di ineleggibilità di cui al primo comma sono riferite anche alla titolarità di analoghe cariche, ove esistenti, rivestite presso corrispondenti organi in Stati esteri.

3. Le cause di ineleggibilità, di cui al comma precedente, non hanno effetto se le funzioni esercitate siano cessate almeno 180 giorni prima della data di scadenza del quinquennio di durata della Camera dei deputati.

4. Per cessazione dalle funzioni si intende la effettiva astensione da ogni atto inerente all'ufficio rivestito, preceduta, nei casi previsti alle lettere a), b) e c) del predetto comma,

dalla formale presentazione delle dimissioni e, negli altri casi, dal trasferimento, dalla revoca dell'incarico o del comando ovvero dal collocamento in aspettativa.

5. L'accettazione della candidatura comporta in ogni caso la decadenza dalle cariche di cui alle predette lettere a), b) e c).

6. Il quinquennio decorre dalla data della prima riunione dell'Assemblea, di cui al secondo comma del successivo art. 11.

7. In caso di scioglimento della Camera dei deputati, che ne anticipi la scadenza di oltre centoventi giorni, le cause di ineleggibilità anzidette non hanno effetto se le funzioni esercitate siano cessate entro i sette giorni successivi alla data di pubblicazione del decreto di scioglimento nella Gazzetta Ufficiale della Repubblica italiana.

Art. 8

I magistrati - esclusi quelli in servizio presso le giurisdizioni superiori -, anche in caso di scioglimento anticipato della Camera dei deputati e di elezioni suppletive, non sono eleggibili nelle circoscrizioni sottoposte, in tutto o in parte, alla giurisdizione degli uffici ai quali si sono trovati assegnati o presso i quali hanno esercitato le loro funzioni in un periodo compreso nei sei mesi antecedenti la data di accettazione della candidatura. Non sono in ogni caso eleggibili se, all'atto dell'accettazione della candidatura, non si trovino in aspettativa.

I magistrati che sono stati candidati e non sono stati eletti non possono esercitare per un periodo di cinque anni le loro funzioni nella circoscrizione nel cui ambito si sono svolte le elezioni.

Art. 9

I diplomatici, i consoli, i vice-consoli, eccettuati gli onorari, ed in generale gli ufficiali, retribuiti o no, addetti alle ambasciate, legazioni e consolati esteri, tanto residenti in Italia quanto all'estero, non possono essere eletti alla Camera dei deputati sebbene abbiano ottenuto il permesso dal Governo nazionale di accettare l'ufficio senza perdere la nazionalità. Questa causa di ineleggibilità si estende a tutti coloro che abbiano impiego da Governi esteri.

Art. 10

Non sono eleggibili inoltre:

coloro che in proprio o in qualità di rappresentanti legali di società o di imprese private risultino vincolati con lo Stato per contratti di opere o di somministrazioni, oppure per concessioni o autorizzazioni amministrative di notevole entità economica, che importino l'obbligo di adempimenti specifici, l'osservanza di norme generali o particolari protettive del pubblico interesse, alle quali la concessione o la autorizzazione è sottoposta;

i rappresentanti, amministratori e dirigenti di società e imprese volte al profitto di privati e sussidiate dallo Stato con sovvenzioni continuative o con garanzia di assegnazioni o di interessi, quando questi sussidi non siano concessi in forza di una legge generale dello Stato;

i consulenti legali e amministrativi che prestino in modo permanente l'opera loro alle persone, società e imprese di cui ai nn. 1 e 2, vincolate allo Stato nei modi di cui sopra. Dalla ineleggibilità sono esclusi i dirigenti di cooperative e di consorzi di cooperative, iscritte regolarmente nei registri di Prefettura.

LEGGE 13 FEBBRAIO 1953, N. 60 (INCOMPATIBILITÀ PARLAMENTARI)**Art. 1**

I membri del Parlamento non possono ricoprire cariche o uffici di qualsiasi specie in enti pubblici o privati, per nomina o designazione del Governo o di organi dell'Amministrazione dello Stato.

Sono escluse dal divieto le cariche in enti culturali, assistenziali, di culto e in enti-fiera, nonché quelle conferite nelle Università degli studi o negli Istituti di istruzione superiore a seguito di designazione elettiva dei Corpi accademici, salve le disposizioni dell'art. 2 della legge 9 agosto 1948, n. 1102 (2).

Sono parimenti escluse le nomine compiute dal Governo, in base a norma di legge, su designazione delle organizzazioni di categoria.

Art. 1-bis.

L'ufficio di deputato o di senatore o di componente del Governo è incompatibile con l'ufficio di componente di assemblee legislative o di organi esecutivi, nazionali o regionali, in Stati esteri.

Art. 2

Fuori dei casi previsti nel primo comma dell'art. 1, i membri del Parlamento non possono ricoprire cariche, né esercitare funzioni di amministratore, presidente, liquidatore, sindaco o revisore, direttore generale o centrale, consulente legale o amministrativo con prestazioni di carattere permanente, in associazioni o enti che gestiscano servizi di qualunque genere per conto dello Stato o della pubblica Amministrazione, o ai quali lo Stato contribuisca in via ordinaria, direttamente o indirettamente.

Si applicano alle incompatibilità previste nel presente articolo le esclusioni indicate nel secondo comma dell'art. 1.

Art. 3

I membri del Parlamento non possono ricoprire le cariche, né esercitare le funzioni di cui all'articolo precedente in istituti bancari o in società per azioni che abbiano, come scopo prevalente, l'esercizio di attività finanziarie, ad eccezione degli istituti di credito a carattere cooperativo, i quali non operino fuori della loro sede.

Art. 4

I membri del Parlamento non possono assumere il patrocinio professionale, né in qualsiasi forma, prestare assistenza o consulenza ad imprese di carattere finanziario od economico in loro vertenze o rapporti di affari con lo Stato.

Art. 5

Ai membri del Governo non possono essere assegnate indennità o compensi per l'esercizio di funzioni di presidenza o amministrazione di enti o aziende dipendenti dai loro Ministeri o su cui i loro Ministeri debbano o possano esercitare vigilanza o controllo.

Art. 6

Chi abbia rivestito funzioni di Governo, anche dopo la cessazione del mandato parlamentare, non può assumere le cariche o le funzioni di cui all'art. 2 negli enti pubblici o nelle società, enti o istituti indicati negli artt. 1, 2 e 3 della presente legge, se non sia decorso almeno un anno dalla cessazione delle funzioni governative.

Art. 7

I membri del Parlamento per i quali esista o si determini qualcuna delle incompatibilità previste negli articoli precedenti debbono, nel termine di trenta giorni dalla pubblicazione della presente legge nella Gazzetta Ufficiale, optare fra le cariche che ricoprono ed il mandato parlamentare.

Art. 8

Gli accertamenti e le istruttorie sulle incompatibilità previste dalle leggi sono di competenza della Giunta delle elezioni della Camera dei deputati o del Senato, che è investita del caso dalla Presidenza della rispettiva Assemblea, secondo che trattisi di un deputato o di un senatore che non abbia ottemperato a quanto disposto nell'articolo precedente.

Art. 9

Oltre le incompatibilità previste dalla Costituzione, restano ferme tutte le altre incompatibilità e le varie cause di ineleggibilità contenute nelle leggi vigenti, salve, per ultime, le modifiche apportate dalla presente legge.

LEGGE 27 marzo 2004, n. 78 (GU 09.04.04, n. 84)

Art.3

Incompatibilità

1. *L'articolo 5 della legge 24 gennaio 1979, n. 18, e successive modificazioni, e' sostituito dal seguente:*

"ART. 5. - 1. La carica di membro del Parlamento europeo e' incompatibile con quella di:
membro della Commissione delle Comunita' europee;
giudice, avvocato generale o cancelliere della Corte di giustizia delle Comunita' europee o del Tribunale di primo grado delle Comunita' europee;
membro del comitato esecutivo della Banca centrale europea;
membro della Corte dei conti delle Comunita' europee;
mediatore delle Comunita' europee;
membro del Comitato economico e sociale della Comunita' economica europea e della Comunita' europea dell'energia atomica;
membro del Comitato delle Regioni;
membro dei comitati od organismi istituiti in virtu' o in applicazione dei trattati che istituiscono la Comunita' economica europea e la Comunita' europea dell'energia atomica, per provvedere all'amministrazione di fondi delle Comunita' o all'espletamento di un compito permanente e diretto di gestione amministrativa;
membro del consiglio d'amministrazione, del comitato direttivo ovvero impiegato della Banca europea per gli investimenti;
funzionario o agente, in attivita' di servizio, delle istituzioni delle Comunita' europee o degli organismi specializzati che vi si ricollegano o della Banca centrale europea".

Dopo l'articolo 5 della legge 24 gennaio 1979, n. 18, e successive modificazioni, e' inserito il seguente:

"ART. 5-bis.

- 1. La carica di membro del Parlamento europeo e' incompatibile:*
con l'ufficio di deputato o di senatore;
con la carica di componente del governo di uno Stato membro".

[...]

a) Fundamento Jurídico

Os [Códigos de Conduta da Câmara dos Lordes](#) e da [Câmara dos Comuns](#) e respetivos guias constituem a base legal fundamental no que toca à determinação de incompatibilidades dos Deputados.

Para a Câmara dos Comuns, o [House of Commons Disqualification Act 1975](#) refere de forma taxativa um conjunto de cargos que são incompatíveis com um lugar na Câmara dos Comuns.

b) Alcance da Incompatibilidade Parlamentar

Pela diferente natureza das Câmaras, é também muito diferente o enquadramento do exercício do mandato de Lorde ou de Deputado da Câmara dos Comuns.

Câmara dos Lordes

De acordo com o disposto no n.º 2 do Código de Conduta da Câmara dos Lordes, a condição de Lorde/membro da Câmara não é um cargo nem um emprego, na medida em que o emprego da maior parte dos membros é/foi exterior ao Parlamento. Entende-se que o exercício da função de Lorde é beneficiado pela experiência e conhecimento técnico adquiridos fora do Parlamento e não existe uma lista de atividades incompatíveis com o mandato. Apenas se declaram incompatíveis o exercício da magistratura judicial e o cargo de Deputado ao Parlamento Europeu. Nos termos do n.º 9 deste Código, os Lordes estão ainda submetidos ao princípio da integridade, que os impede de se colocarem em situação de obrigação financeira ou de outra natureza em relação a pessoas ou entidades externas que possam influenciá-los no desempenho das suas funções.

São ainda declarados em situação de *disqualification* (incompatibilidade), nos termos do parágrafo 1.02 do *Companion to the Standing Orders and Guide to the Proceedings of the House of Lords*, os condenados por traição e os declarados falidos. Apesar da inexistência de uma lista formal de incompatibilidades, em nome dos princípios da transparência e responsabilidade, os Lordes estão sujeitos à obrigação de proceder ao registo de interesses e de declarar, antes de qualquer intervenção, qualquer interesse relevante que possam ter sobre o tema em debate (n.º 9 do Código), bem como estão impedidos de aceitar vantagens financeiras para exercer influência parlamentar (n.º 8 do Código)

Câmara dos Comuns

Os Deputados desta Câmara encontram-se, de acordo com o Código de Conduta da Câmara dos Comuns, como os Lordes, submetidos ao princípio da integridade (n.º 7 do Código) e à obrigação de apresentar o seu registo de interesses (Capítulo VI do Código).

No entanto, pelo facto de o mandato na Câmara dos Comuns ser exercido em condições diferentes do mandato na Câmara dos Lordes, o *House of Commons Disqualification Act 1975* estabelece incompatibilidades para um universo alargado de titulares de cargos públicos. O artigo 1.º estabelece seis categorias de titulares de cargos públicos cujas funções são incompatíveis com o mandato parlamentar, nomeadamente: (1) titulares de alguns cargos judiciais, incluindo juízes dos tribunais superiores e do Tribunal da Relação; (2) funcionários públicos, independentemente do tipo de vinculação, desempenhando funções a tempo inteiro ou parcial; (3) membros das forças armadas; (4) agentes da autoridade policial; (5) parlamentares de qualquer país que não pertença à *Commonwealth*; e (6) titulares de qualquer cargo previsto na Lei. Esta última categoria de titulares encontra-se detalhada na lista do Anexo I à Lei.

É ainda considerado incompatível o exercício de mandato como Par hereditário na Câmara dos Lordes

O principal objetivo do estabelecimento de incompatibilidades é o de assegurar que os Deputados podem exercer o mandato sem sofrer pressões injustificadas, livres de eventuais conflitos de interesses e detentores das qualidades e circunstâncias pessoais que devem assistir a um Deputado. Recentemente, assinala-se também a preocupação de que, quando um Deputado exerce um cargo público em simultâneo, o seu desempenho desse cargo não seja afetado pelo exercício do mandato, seja por existência de conflito de interesses, seja por haver necessidade de demonstrar neutralidade política.

c) Processo para a declaração da Incompatibilidade

Nos termos do artigo 6.º do *House of Commons Disqualification Act 1975*, se tiver havido lugar à eleição de alguém em situação de incompatibilidade, a eleição deve ser considerada nula. A nulidade é sanada se entretanto tiver sido posto fim à situação que causava a incompatibilidade.

De acordo com o disposto no n.º 2 do mesmo artigo, se a incompatibilidade for superveniente, o Deputado perde o seu mandato.

O artigo 7.º atribui legitimidade a todos os cidadãos para apresentarem queixas perante o Conselho de Sua Majestade (*Her Majesty in Council*) relativas a quaisquer suspeitas de incompatibilidade, as quais devem ser acompanhadas de um montante a título de garantia, o qual não deve exceder as 200 libras.

Finalmente, nos termos do artigo 8.º, nenhum Deputado da Casa dos Comuns pode ser forçado a aceitar um cargo que o faça incorrer em situação de incompatibilidade, exceção feita às obrigações militares que devam ser cumpridas por todos os cidadãos.

THE CODE OF CONDUCT FOR MEMBERS OF THE HOUSE OF LORDS

The following Code of Conduct for Members of the House of Lords was adopted by resolution on 30 November 2009, and amendment on 30 March 2010:

Introduction

- 1. The House of Lords is the second Chamber of the United Kingdom Parliament. As a constituent part of Parliament, the House of Lords makes laws, holds government to account, and debates issues of public interest.*
- 2. Membership of the House is not an office, and does not constitute employment; most Members' primary employment is or has been outside Parliament. In discharging their parliamentary duties Members of the House of Lords draw substantially on experience and expertise gained outside Parliament.*
- 3. The purpose of this Code of Conduct is*
 - (a) to provide guidance for Members of the House of Lords on the standards of conduct expected of them in the discharge of their parliamentary duties; the Code does not extend to Members' performance of duties unrelated to parliamentary proceedings, or to their private lives;*
 - (b) to provide the openness and accountability necessary to reinforce public confidence in the way in which Members of the House of Lords perform their parliamentary duties.*
- 4. This Code applies to all Members of the House of Lords who are not either*
 - (a) on leave of absence;*
 - (b) suspended from the service of the House; or*
 - (c) statutorily disqualified from active membership.*
- 5. Members are to sign an undertaking to abide by the Code as part of the ceremony of taking the oath upon introduction and at the start of each Parliament.*

General principles

- 6. By virtue of their oath, or affirmation, of allegiance, Members of the House have a duty to be faithful and bear true allegiance to Her Majesty The Queen, Her heirs and successors, according to law.*
- 7. In the conduct of their parliamentary duties, Members of the House shall base their actions on consideration of the public interest, and shall resolve any conflict between their personal interest and the public interest at once, and in favour of the public interest.*
- 8. Members of the House:*
 - (a) must comply with the Code of Conduct;*
 - (b) should act always on their personal honour;*
 - (c) must never accept or agree to accept any financial inducement as an incentive or reward for exercising parliamentary influence;*
 - (d) must not seek to profit from membership of the House by accepting or agreeing to accept payment or other incentive or reward in return for providing parliamentary advice or services.*

9. *Members of the House should observe the seven general principles of conduct identified by the Committee on Standards in Public Life. These principles will be taken into consideration when any allegation of breaches of the provisions in other sections of the Code is under investigation:*
- (a) *Selflessness: Holders of public office should take decisions solely in terms of the public interest. They should not do so in order to gain financial or other material benefits for themselves, their family, or their friends.*
 - (b) *Integrity: Holders of public office should not place themselves under any financial or other obligation to outside individuals or organisations that might influence them in the performance of their official duties.*
 - (c) *Objectivity: In carrying out public business, including making public appointments, awarding contracts, or recommending individuals for rewards and benefits, holders of public office should make choices on merit.*
 - (d) *Accountability: Holders of public office are accountable for their decisions and actions to the public and must submit themselves to whatever scrutiny is appropriate to their office.*
 - (e) *Openness: Holders of public office should be as open as possible about all the decisions and actions that they take. They should give reasons for their decisions and restrict information only when the wider public interest clearly demands.*
 - (f) *Honesty: Holders of public office have a duty to declare any private interests relating to their public duties and to take steps to resolve any conflicts arising in a way that protects the public interest.*
 - (g) *Leadership: Holders of public office should promote and support these principles by leadership and example.*

Rules of Conduct

10. *In order to assist in openness and accountability Members shall:*
- (a) *register in the Register of Lords' Interests all relevant interests, in order to make clear what are the interests that might reasonably be thought to influence their parliamentary actions;*
 - (b) *declare when speaking in the House, or communicating with ministers or public servants, any interest which is a relevant interest in the context of the debate or the matter under discussion;*
 - (c) *act in accordance with any rules agreed by the House in respect of financial support for Members or the facilities of the House.*
11. *The test of relevant interest is whether the interest might be thought by a reasonable member of the public to influence the way in which a Member of the House of Lords discharges his or her parliamentary duties: in the case of registration, the Member's parliamentary duties in general; in the case of declaration, his or her duties in respect of the particular matter under discussion.*
12. *The test of relevant interest is therefore not whether a Member's actions in Parliament will be influenced by the interest, but whether a reasonable member of the public might think that this might be the case. Relevant interests include both financial and non-financial interests.*

13. *Members are responsible for ensuring that their registered interests are accurate and up-to-date. They should register any change in their relevant interests within one month of the change.*
14. *A Member must not act as a paid advocate in any proceeding of the House; that is to say, he or she must not seek by parliamentary means to confer exclusive benefit on an outside body or person from which he or she receives payment or reward.*
15. *Members are not otherwise debarred from participating in proceedings in regard to which they possess relevant interests, financial or non-financial; but such interests should be declared fully. Members of the House should be especially cautious in deciding whether to speak or vote in relation to interests that are direct, pecuniary and shared by few others.*

Enforcement of the Code of Conduct

16. *A House of Lords Commissioner for Standards is appointed to investigate alleged breaches of this Code, or of the rules governing Members' financial support or use of parliamentary facilities. Any such investigation is conducted in accordance with procedures set out in the Guide to the Code of Conduct.*
17. *After investigation the Commissioner reports his findings to the Sub-Committee on Lords' Conduct; the Sub-Committee reviews the Commissioner's findings and, where appropriate, recommends a disciplinary sanction to the Committee for Privileges and Conduct. The Member concerned has a right of appeal to the Committee for Privileges and Conduct against both the Commissioner's findings and any recommended sanction.*
18. *The Committee for Privileges and Conduct, having heard any appeal, reports its conclusions and recommendations to the House. The final decision rests with the House.*
19. *In investigating and adjudicating allegations of non-compliance with this Code, the Commissioner, the Sub-Committee on Lords' Conduct and the Committee for Privileges and Conduct shall act in accordance with the principles of natural justice and fairness.*
20. *Members shall co-operate, at all stages, with any investigation into their conduct by or under the authority of the House.*
21. *No Member shall lobby a member of the Committee for Privileges and Conduct or the Sub-Committee on Lords' Conduct in a manner calculated or intended to influence their consideration of a complaint of a breach of this Code.*

Advice and review

22. *The operation of the Register is overseen by the Sub-Committee on Lords' Conduct, assisted by the Registrar of Lords' Interests. The Registrar is available to advise Members of the House, and may consult the Sub-Committee when necessary.*
23. *A Member who acts on the advice of the Registrar in determining what is a relevant interest satisfies fully the requirements of the Code of Conduct in that regard. However, the final responsibility for deciding whether or not to participate in proceedings to which that interest is relevant rests with the Member concerned.*
24. *The Sub-Committee on Lords' Conduct reviews the Code of Conduct once each Parliament. Its findings, along with any recommended changes to the Code, are reported to the House.*

25. *The Sub-Committee also keeps the Guide to the Code of Conduct under regular review; recommended changes are reported to the House and will not take effect until agreed by the House.*

GUIDE TO THE CODE OF CONDUCT

The following Guide to the Code of Conduct was set out in the 2nd Report of the Committee for Privileges, session 2009-10 (HL Paper 81), adopted by resolution on 30 March 2010 and amended by resolution on 9 November 2011:

Introduction

- 1. This Guide explains the application of the House of Lords Code of Conduct. Its purpose is to help Members discharge the duties that the Code places upon them. The House has adopted this Guide by resolution and it is binding on all Members.*
- 2. The operation of the Code is overseen by the Sub-Committee on Lords' Conduct, a Sub-Committee of the Committee for Privileges and Conduct. The Sub-Committee is supported by the Registrar of Lords' Interests, who is responsible for maintaining the Register of Lords' Interests.*
- 3. No written guidance can provide for all circumstances: when in doubt Members should seek the advice of the Registrar of Lords' Interests. The Registrar consults the Sub-Committee when necessary. A Member who acts on the advice of the Registrar in determining what the Member is required to register or declare as a relevant interest fully satisfies the requirements of the Code of Conduct as regards registration or declaration. While the Registrar also advises on participation in parliamentary proceedings where interests are concerned, the final responsibility for deciding whether or not to participate in proceedings rests with the Member concerned.*
- 4. The procedure for enforcing the Code of Conduct is described later in this Guide. In summary, responsibility for investigating alleged breaches of the Code rests with the House of Lords Commissioner for Standards, who is an independent officer appointed by the House as a whole. Following his investigation, the Commissioner reports findings of fact to the Sub-Committee on Lords' Conduct and offers his own conclusion on whether the Code has been breached. The Sub-Committee reviews the Commissioner's findings, may comment on them and, where appropriate, recommends a sanction. The reports of the Commissioner and Sub-Committee are presented to the Committee for Privileges and Conduct, and the Member concerned has a right of appeal against both the Commissioner's findings and any recommended sanction. Having heard any appeal, the Committee for Privileges and Conduct reports to the House and the final decision rests with the House.*
- 5. Ministers of the Crown who are Members of the House of Lords are subject to the Code of Conduct by virtue of their membership of the House. Ministers are also subject to further guidelines and requirements set out in the "Ministerial Code" published by the Cabinet Office. The Cabinet Office, not the House of Lords, enforces the Ministerial Code.*

The remainder of this Guide is divided into six sections:

general principles and rules of conduct;
registration of interests;
declaration of interests;
use of facilities and services;
financial support;
enforcement.

GENERAL PRINCIPLES AND RULES OF CONDUCT

Personal honour

6. *In accordance with paragraph 5 of the Code of Conduct, Members are required to sign an undertaking to abide by the Code as part of the ceremony of taking the oath upon introduction and at the start of each Parliament. A Member who has taken the oath but who has not signed the undertaking is therefore deemed to have breached the Code, and it will be for the Sub-Committee on Lords' Conduct to consider an appropriate sanction.*
7. *Members are required both "to comply with the Code of Conduct" (paragraph 8(a)), and to act always "on their personal honour" (paragraph 8(b)). The term "personal honour" has been explained by the Committee for Privileges as follows:*
- "The term 'personal honour' has been used within the House for centuries to describe the guiding principles that govern the conduct of Members; its meaning has never been defined, and has not needed definition, because it is inherent in the culture and conventions of the House. These change over time, and thus any definition of 'personal honour', while it might achieve temporary 'legal certainty', would quickly become out-moded ... the term 'personal honour' is ultimately an expression of the sense of the House as a whole as to the standards of conduct expected of individual Members ... Members cannot rely simply on their own personal sense of what is honourable. They are required to act in accordance with the standards expected by the House as a whole. 'Personal honour' is thus ... a matter for individual Members, subject to the sense and culture of the House as a whole."*[1]
8. *The Code of Conduct has been agreed by resolution of the House, with a view to providing guidance for Members and the public as to the standards of conduct the House expects of its Members in the discharge of their parliamentary duties. But a written Code can never cover every eventuality. Paragraphs 8(a) and 8(b) of the Code, taken together, mean that Members are required not only to obey the letter of the rules, but to act in accordance with the spirit of those rules and the sense of the House. In addition to the specific rules on registration and declaration of interests, there is a more general obligation upon Members to bear in mind the underlying purpose of the Code as set out in paragraph 3(b), namely, to provide "openness and accountability".*

The "general principles of conduct"

9. *Paragraph 9 of the Code requires Members of the House to observe the seven general principles of conduct set out by the Committee on Standards in Public Life. These principles apply to all aspects of public life, and provide the context within which the House of Lords Code of Conduct is read and implemented.*
10. *Complaints will not be entertained solely on the basis of alleged failures to abide by the seven principles (unsupported by specific evidence of a breach of the Code). However,*

these principles are taken into account when investigating any alleged breach of the provisions in other sections of the Code. Thus, for example, an allegation that a Member failed to register a relevant interest would be investigated in the context of the general duty of "honesty", namely that "Holders of public office have a duty to declare any private interests relating to their public duties and to take steps to resolve any conflicts arising in a way that protects the public interest".

Participation in parliamentary proceedings

11. *In accordance with paragraph 15 of the Code a Member with a relevant interest is free to take part in the public business of the House subject to:*
 - the rules on financial inducements and parliamentary influence (paragraph 8 of the Code);*
 - the rules on paid advocacy (paragraph 14 of the Code);*
 - the rules on the registration and declaration of interests (paragraphs 10-12 of the Code); and*
 - the resolution of any conflict between personal and public interest in favour of the public interest (paragraph 7 of the Code).*
12. *However, paragraph 15 goes on to state that "Members of the House should be especially cautious in deciding whether to speak or vote in relation to interests that are direct, pecuniary and shared by few others." Such caution is especially required where a financial interest is direct (the Member could personally benefit as a direct result of the proceeding) and shared by few others (the Member is one of a small group of people in society who would so benefit).*
13. *More generally, a Member who is unsure whether or not to participate in parliamentary proceedings in relation to which he or she has relevant interests should consider the following factors:*
 - the nature of the proceeding itself. There would, for instance, be more latitude in the case of a general debate than in proposing or voting on an amendment to legislation. Members with financial interests that are relevant to private legislation should exercise particular caution, and seek advice before deciding to participate in proceedings on that legislation.[2]*
 - the nature of the Member's intended contribution. A speech urging Government investment in a sector in which the Member had a financial interest might be open to misconstruction, whereas a speech canvassing issues of more general interest would not.*
14. *Members may consult the Registrar on these matters, but as paragraph 23 of the Code makes clear, "the final responsibility for deciding whether or not to participate in proceedings to which that interest is relevant rests with the Member concerned".*

Financial inducements and parliamentary influence

15. *Members are required under paragraph 7 of the Code to base their actions on consideration of the public interest. Acceptance of financial inducement as an incentive or reward for exercising parliamentary influence would necessarily contravene this principle. Paragraph 8(c) of the Code therefore states that Members "must never accept or agree to accept any financial inducement as an incentive or reward for exercising parliamentary influence".*
16. *Paragraph 8(d) of the Code describes the specific application of the principles described in paragraphs 7 and 8(c): Members "must not seek to profit from membership of the House by accepting or agreeing to accept payment or other incentive or reward in return for providing parliamentary advice or services".*
17. *Members of the House of Lords have a wide range of outside interests and careers and the House thrives on their expertise. The Code in no way seeks either to curtail these interests or careers, or to discourage Members from drawing on the knowledge and expertise so gained in their parliamentary work. It is thus entirely appropriate for a Member of the House also to work in any non-parliamentary sphere of activity, for example as chairman or director of a company; as a member or chief executive of a non-departmental public body; as an officer of a trade union; as a doctor or lawyer. Moreover, it is not only permissible, but desirable, that such Members, having declared their employment and other interests, should contribute to debate on issues to which these interests are relevant.*
18. *At the same time, in their parliamentary work, and whenever they act in their capacity as parliamentarians, Members are required to base their actions solely upon consideration of the public interest. Members thus have a responsibility to maintain a clear distinction between their outside interests and their parliamentary work. It is incompatible with the maintenance of this distinction for a Member, by offering parliamentary advice or services to paying clients, to seek to profit from membership of the House. The Code therefore prohibits Members from accepting payment in return for parliamentary advice or services.*
19. *The prohibition from accepting payment in return for parliamentary advice means that Members may not act as paid parliamentary consultants, advising outside organisations or persons on process, for example how they may lobby or otherwise influence the work of Parliament. The following is not parliamentary advice:
advice on public policy and current affairs;
advice in general terms about how Parliament works; and
media appearances, journalism, books, public lectures and speeches.*
20. *Although a Member may never provide parliamentary advice in return for payment, a Member may exceptionally give parliamentary advice to an organisation or person with whom the Member has a financial interest, provided that the Member can demonstrate that:*

he or she does not receive payment or benefit in return for the provision of parliamentary advice or services. The Member should, if challenged, be able clearly to show that the payment or benefit is provided in return for some non-parliamentary advice or service which the Member provides; the Member should, where possible, ensure that contractual agreements specifically exclude the provision of parliamentary advice or services; and the payment or benefit which the Member does receive is not substantially due to membership of the House, but is by reason of personal expertise or experience gained substantially outside Parliament; and that the Member was, or would have been, appointed to the position without being a Member of the House.

21. *The prohibition from accepting payment in return for parliamentary services means that Members may not, in return for payment or other incentive or reward, assist outside organisations or persons in influencing Parliament. This includes seeking by means of participation in proceedings of the House to confer exclusive benefit upon the organisation (the "no paid advocacy rule"); or making use of their position to arrange meetings with a view to any person lobbying Members of either House, ministers or officials. A Member may never provide parliamentary services in return for payment or other incentive or reward.*
22. *Members may work for or hold financial interests in organisations such as representative bodies, trade associations or organisations involved in parliamentary lobbying on behalf of clients (such as public relations and law firms). However, in accordance with paragraph 8(d) of the Code of Conduct, Members themselves are prohibited from personally offering parliamentary advice or services to clients, both directly and indirectly.*

"Paid advocacy"

23. *Paragraph 8(d) of the Code states that a Member "must not seek to profit from membership of the House by accepting or agreeing to accept payment or other incentive or reward in return for providing parliamentary advice or services." Paragraph 14 of the Code states that a Member "must not act as a paid advocate in any proceeding of the House; that is to say, he or she must not seek by parliamentary means to confer exclusive benefit on an outside body or person from which he or she receives payment or reward."*
24. *The "exclusive benefit" principle would mean, for instance, that a Member who was paid by a pharmaceutical company would be barred from seeking to confer benefit exclusively upon that company by parliamentary means. The way in which the benefit is conferred should be interpreted broadly. All proceedings of the House are included, for instance:*
 - tabling a motion or an amendment to legislation;*
 - voting in a division;*
 - speaking in debate;*
 - asking written or oral questions; and*

- deliberation within a Select Committee.*
25. *The nature of the "exclusive benefit", on the other hand, should be interpreted narrowly. The same Member would not be debarred from tabling an amendment, speaking or voting on matters relevant to, for instance, the pharmaceutical sector as a whole; National Health Service spending on drugs; or Government policy on drug licensing and patents.*
 26. *The term "outside body" includes any registrable client of such a body (see below, paragraph 57).*
 27. *A Member who has a financial interest in, or receives a financial benefit from, a representative organisation, such as a trade association, trade union, staff association, professional body, charity or issue-related lobby group, may not advocate measures for the exclusive benefit of that organisation or the trade, industry or interest that it represents; nor speak or act in support of a campaign exclusively for the benefit of the representative organisation or its membership (e.g. a campaign for special tax relief, or for a specific programme of development). But the Member may speak or act in support of a campaign that is of interest to the representative organisation, but is also of wider application (for instance, in the case of a charity for cancer research, a campaign for the prohibition of smoking).*
 28. *A Member who seeks to confer benefit on an organisation in which he or she has a financial interest, but who considers that this does not constitute an "exclusive benefit", should make it clear in debate how he or she is acting not only in the interest of the organisation, but also the wider sector or community of which that organisation forms a part.*
 29. *Paragraphs 8(c) and 8(d) of the Code (the prohibitions of payment for exercising parliamentary influence and of payment for providing parliamentary advice and services) and paragraph 14 of the Code (the prohibition of paid advocacy for exclusive benefit) do not apply to the Lords Spiritual, to Ministers of the Crown, or to Members or employees of non-departmental public bodies (whether commercial or non-commercial in character) in relation to those specific roles. Members and employees of public boards may take part in proceedings affecting the boards of which they are Members or employees, subject to the usual rules on declaration of interests.*
 30. *Paragraphs 8(c), 8(d) and 14 of the Code do not apply to Members of the House acting as counsel on behalf of clients before Private Bill Committees or the Committee for Privileges and Conduct. Nor do they apply to Members appearing personally or on behalf of outside organisations as witnesses before select committees of either House.*

Registration of interests

31. *Under the Code, Members are required to register in the Register of Lords' Interests all relevant interests. The compilation and maintenance of the Register is undertaken by the Registrar of Lords' Interests.*

32. *The purpose of the Register is to assist in openness and accountability by enabling Members to make clear what are the interests that might be thought by a reasonable Member of the public to influence their actions, speeches or votes in Parliament, or actions taken in their capacity as Members of the House of Lords. The registration form specifies 10 categories of registrable interest, which are described below.*
33. *Relevant interests may be financial or non-financial. The key consideration in determining relevance in respect of both registration and declaration of an interest is that the interest might be thought by a reasonable member of the public to influence the way in which a Member of the House of Lords discharges his or her parliamentary duties. In the case of registration, this means the Member's parliamentary duties in general; in the case of declaration, his or her duties in respect of the particular matter under discussion.*
34. *A "reasonable member of the public" is taken to mean an impartial and well-informed person, who judges all the relevant facts in an objective manner.*
35. *Members of the House of Lords are required to complete a registration form and submit it to the Registrar of Lords' Interests within one month of taking their seat. Thereafter it is the responsibility of Members to keep their entry up-to-date by notifying changes in their registrable interests within one month of each change occurring. Failure to do so breaches the Code of Conduct. Members are encouraged to correspond with the Registrar by email to lordsregistrar@parliament.uk.*
36. *Any Member having a registrable interest which has not at the time been registered shall not undertake any action, speech or proceeding of the House (save voting) to which the interest would be relevant until they have registered the interest. In cases where Members vote in a division where they have a relevant interest which they have yet to register, they must register the interest within 24 hours of the division.*
37. *Members are responsible for making a full disclosure of their interests, and if they have relevant financial interests which do not fall clearly into one or other of the specific categories, they are nonetheless expected to register them, if necessary under category 9 (Miscellaneous financial interests).*
38. *Any reference in this Guide to a spouse includes a Member's civil partner or cohabitee. Registration of a spouse's interests is required in certain cases. However, registration of the interests of a relative or friend is not required. Members may, at their discretion, declare such interests where they consider them to be relevant to the particular matter in hand, but they are not generally relevant to a Member's parliamentary conduct as a whole and are thus excluded from the Register.*

The value of interests required to be registered

39. *All single benefits of whatever kind which fall into any of the following categories, and which exceed £500^[3] in value, should be registered in the appropriate category (unless a higher threshold is specified in the relevant category). All benefits received from the same source in the course of a calendar year, which cumulatively amount to more than*

£500 in value, should also be registered. When there is uncertainty as to whether a single benefit or cumulative benefits exceed the threshold, Members should err on the side of registration.

- 40. Interests below £500 (or the relevant threshold, if higher) in value are not required to be registered, unless a) they fall into one of various categories of non-financial interests for which registration is mandatory; or b) they could be thought by a reasonable member of the public to affect the way in which a Member of the House of Lords discharges his or her parliamentary duties.*
- 41. If a Member considers that any benefit he or she has received, though falling below the value of £500 (or the relevant threshold, if higher), should be registered, the Member should seek the advice of the Registrar. If, after taking the advice of the Registrar, the Member still considers that the interest should be registered, he or she may register it in the appropriate category.*
- 42. Financial interests below £500 in value may also be declared.*

Preparation and publication of the Register

- 43. Once a year the Registrar sends a circular to all Members of the House inviting them to check and update their Register entry. But Members themselves are responsible at all times throughout the year for ensuring that their Register entry is accurate and up-to-date.*
- 44. The Register is updated daily when the House is sitting, and is published online at www.publications.parliament.uk/pa/ld/ldreg.htm. This up-to-date online edition of the Register is also available in a loose leaf form for inspection by Members at the Table of the House, in the Table Office, and in the Library; and by the public in the Search Room of the Parliamentary Archives.*
- 45. Previous editions of the Register are also available online.*

Categories of registrable interest

Category 1: Directorships

Remunerated directorships in public and private companies, including non-executive directorships, and including directorships which are not directly remunerated, but where remuneration is paid through another company in the same group.

- 46. In this category, and in others, "remuneration" includes not only salaries and fees, but also the receipt of any taxable expenses, allowances, or benefits, such as the provision of a company car. Members should register the name of the company in which the directorship is held and give a broad indication of the company's business, where this is not self-evident from its name. Directly remunerated directorships of companies which are not trading should be registered. Members must register under this category the precise source of each individual payment made in relation to any directorship and the*

nature of the work carried on in return for that payment, except where disclosure of the information would be contrary to any established professional duty of privacy or confidentiality.

47. *In addition to any remunerated directorships, Members are required to register under this category any directorships which are themselves unremunerated but where either a) remuneration is paid through another company in the same group where the companies in question are associated; or b) the company concerned is a subsidiary of another company in which the Member concerned holds remunerated directorships. Other unremunerated directorships should be registered under category 10 (Non-financial interests).*
48. *The amount of remuneration in respect of interests falling within this category is not disclosed. The contract does not need to be deposited with the Registrar.*

Category 2: Remunerated employment etc.

Employment, office, trade, profession or vocation which is remunerated or in which the Member has any pecuniary interest.
49. *All employment outside the House and any sources of remuneration which do not fall clearly within any other category should be registered here. When registering employment, Members should state the employing organisation, the nature of its business (where this is not self-evident) and the nature of the post that they hold in the organisation.*
50. *Members who have paid posts as consultants or advisers should indicate the nature of the consultancy or advice given, for example "management consultant", "legal adviser" or "public affairs consultant". They should, in the case of public affairs consultancies, give careful consideration to paragraph 8(d) of the Code and the accompanying guidance, and should also list their clients under category 3.*
51. *Occasional income or benefits from speeches, lecturing, broadcasting or journalism which exceeds £1,000 in the course of a calendar year from a single source should be registered under this category and the source should be identified.*
52. *Membership of Lloyd's should be registered under this category. Members who have resigned from Lloyd's should continue to register their interest as long as syndicates in which they have participated continue to have years of account which are open or in run-off. Members of Lloyd's are also required to disclose the categories of insurance business which they are underwriting.*
53. *Members who have previously practised a profession may register that profession under this category with a bracketed remark such as "[non-practising]" after the entry.*
54. *Members are not required to register pension arrangements, unless conditions are attached to the continuing receipt of the pension that a reasonable Member of the public might regard as likely to influence their conduct as parliamentarians. Such conditions attaching to pensions from European Union institutions do not normally require the pension to be registered or declared in proceedings in the House.*

55. Membership of the House is not to be registered under this category.

56. The amount of remuneration in respect of interests falling within this category is not disclosed. The contract does not need to be deposited with the Registrar.

Category 3: Public affairs advice and services to clients

In respect of remunerated interests registered in categories 1 or 2, any provision to clients of public affairs advice and services.

57. *The types of services covered here are those falling under the broad heading of public affairs advice and services. Where a Member receives remuneration from an organisation engaged in such work, the Member should list any of those clients to whom he or she personally provides public affairs advice or services either directly or indirectly. Members with an interest in this category should pay particular regard to paragraphs 15 to 22.*
58. *All such clients should be listed, along with a broad indication of their business, where this is not self-evident.*
59. *A Member who has clients in a professional capacity which does not relate to public affairs (for example, as an accountant, doctor or lawyer) is not required to register those clients, provided that the Member can demonstrate that the Member does not provide public affairs advice and services to the clients.*

Category 4: Shareholdings

Any shareholding either a) amounting to a controlling interest, or b) not amounting to a controlling interest, but exceeding £50,000 in value.

60. *Members should include all such shareholdings held, either personally, or with or on behalf of their spouse or dependent children, in any public or private company. Members should not specify the value of the shares, or the percentage of shares in a company that are owned, other than by indicating whether the shareholding falls under category 4(a) or 4(b).*
61. *For each registrable shareholding, the entry should state the name of the company, and briefly indicate the nature of the company's business, where this is not self-evident.*
62. *The value of a shareholding is determined by the market price of the share on the preceding 5 April; but if the market price cannot be ascertained (e.g. because the company is unquoted and there is no market in the shares), the Member should decide whether to register it on the basis of its estimated value. Interests in shareholdings include share options.*
63. *Holdings in a collective investment vehicle (including unit trusts, investment trusts and investment companies with variable capital (ICVCs)) are not generally registrable. Members may, however, consider registration in this category in appropriate cases, such as sector-specific vehicles. Members who are beneficiaries of trusts should treat them in the same way. Holdings in blind trusts are exempt from registration.*
64. *Pensions are not in themselves registrable (see above, paragraph 54), but identifiable holdings in a self-invested personal fund, are registrable in either this category or category 5 as appropriate if of registrable value.*
65. *Shareholdings in companies the purpose of which is to own the freehold of a personal residence of a Member or of a property registered in another category are not registrable. Holdings of UK and other governments' stock, gilts, bonds, premium bonds, national savings, and the like are not registrable.*

Category 5: Land and property

Any land or property a) which has a capital value of more than £250,000 (but excluding any personal residences of Members and their spouses), or b) from which an income of more than £5,000 a year is derived.

66. *Only the nature of the property and a general indication of its location should be indicated (e.g. "farm in Norfolk", "residential holdings in Birmingham", and so on); the value of the property and the income received need not be registered. No property that is used for personal residential purposes need be registered, unless it falls under part (b).*

Category 6: Sponsorship

Any form of financial or material support received as a Member of the House of Lords, the value of which amounts to more than £500, from a single source, whether as a single donation, multiple donations, or services in kind.

67. *This category covers sponsorship or other forms of support by companies, trade unions, professional bodies, trade associations, charities, universities, other organisations and individuals. It covers any support from which the Member receives financial or material benefit in his or her role as a Member of the House of Lords. The types of support which should be registered include the services of a research assistant or secretary whose salary, in whole or in part, is met by an outside organisation or individual; and the provision of accommodation.*

Category 7: Overseas visits

Overseas visits made by the Member or the Member's spouse substantially arising out of membership of the House, except where the cost of the visit was wholly borne by the Member or by United Kingdom public funds.

68. *Members should enter in the Register the date, destination and purpose of the visit and the name of the government, organisation, or individual which met the cost. Where only part of the cost was borne by an outside source (for example the cost of accommodation but not the cost of travel), those details should be stated briefly. When an overseas visit was arranged by a registered All-Party or parliamentary group or by a party backbench group, it is not sufficient to name the group as the sponsor of the visit: the government, organisation, or person ultimately meeting the cost should be specified.*
69. *The following categories of visit, together with any hospitality associated with such a visit and available to all participants, are exempt from registration:*
- Visits which are paid for by, or which are undertaken on behalf of, Her Majesty's Government, or which are made on behalf of an international organisation of which the United Kingdom Government is a Member;*

Visits abroad with, or on behalf of, a Select Committee of the House including a Joint Committee;

Visits undertaken on behalf of, or under the auspices of, the Commonwealth Parliamentary Association, the Inter-Parliamentary Union, the British-Irish Parliamentary Assembly, the British American Parliamentary Group, the Council of Europe, the Western European Union, the Westminster Foundation for Democracy, the NATO Parliamentary Assembly or the OSCE Parliamentary Assembly;

Peers' Representative Travel, paid for by the House of Lords Overseas Office;

Official travel by the Lord Speaker or her representative;

Visits to European Union parliaments and institutions paid for by the House on the authority of the Clerk of the Parliaments;

Visits arranged and paid for wholly by a political party;

Visits paid for wholly by an institution of the European Union or by a political group of the European Parliament.

70. *Visits which are unconnected with membership of the House (e.g. those made as part of the Member's employment or profession), or the cost of which does not exceed £500 in value, are also exempt from registration.*

71. *An entry made in this category will remain on the Register for a period of one year from the date on which the visit was made.*

Category 8: Gifts, benefits and hospitality

Any gift to the Member or the Member's spouse or partner, or any other material benefit, of a value greater than £500, from any company, organisation or person, within the UK or overseas, which relates substantially to membership of the House.

72. *Any gift, or other benefit, which relates substantially to membership of the House and which is either given free of charge, or provided at a cost below that generally available to Members of the public, should be registered whenever the value or potential value of the gift or benefit is greater than £500, unless the Member gives the gift to charity within the period required for registration. Benefits include loans, tickets to cultural and sporting events, hospitality, travel and accommodation upgrades. The date of receipt should also be registered. A gift or benefit available to all Members is nonetheless registrable.*

73. *Gifts and other benefits from the same source in the course of a calendar year the gift of which depended substantially on membership of the House and which cumulatively are of a value greater than £500 should be registered, even if each single gift or benefit is of lesser value.*

74. *Hospitality provided by Her Majesty's Government, any of the devolved institutions in Scotland, Wales or Northern Ireland, the Greater London Authority, local authorities, non-departmental public bodies or health authorities, is exempt from registration.*

75. *Gifts and material benefits that do not relate substantially to membership of the House are exempt from registration.*
76. *Gifts and material benefits should be registered within one month of receipt; the entry will remain on the Register for a period of one year from the date of receipt.*
77. *Gifts received by the Lord Speaker in connection with the performance of her public duties are registered separately, irrespective of value, in a register maintained by her Private Office.*

Category 9: Miscellaneous financial interests

Any relevant financial interest not falling within one of the above categories, but which might be thought by a reasonable Member of the public to influence a Member's parliamentary conduct.

78. *The purpose of this category is to enable Members to enter in the Register any financial interests of a value greater than £500 that they consider to be relevant, but which do not obviously fall within any of the other categories. The advice of the Registrar should be sought before entering any interest in this category.*

Category 10: Non-financial interests

79. *Certain non-financial interests may reasonably be thought to affect the way Members of the House of Lords discharge their public duties, and must therefore be registered in this category. The following non-financial interests are always relevant and therefore must be registered:*
 - a. Unremunerated directorships or other regular employment;*
 - b. Membership of public bodies such as hospital trusts, the governing bodies of universities, colleges or schools, local authorities and other spheres of government;*
 - c. Trusteeships of museums, galleries or similar bodies;*
 - d. Acting as an office-holder or trustee in pressure groups or trade unions; and*
 - e. Acting as an office-holder or trustee in voluntary or not-for-profit organisations.*
80. *Other non-financial interests are not normally registered, though it may be necessary in certain circumstances to declare them. Such interests include: other trusteeships, for example of private estates; unpaid ordinary membership of voluntary organisations or pressure groups; membership of Churches or other religious bodies or organisations. The Registrar is available to advise Members in cases of uncertainty.*
81. *The following posts should not be registered: honorary fellowships in colleges and universities; offices in political parties; patrons; ex officio positions in voluntary organisations (for instance, those held by the Lords Spiritual). There may however be occasions on which such interests should be declared.*

Declaration of interests

82. *The Code of Conduct states that Members must "declare when speaking in the House, or communicating with ministers or public servants, any interest which is a relevant interest in the context of the debate or the matter under discussion."*
83. *This provision should be interpreted broadly. Thus "speaking in the House" covers Members' participation in the work of Select Committees of the House. "Public servants" includes servants of the Crown, civil servants, employees of government agencies or non-departmental public bodies, and Members, officers and employees of local authorities or other governmental bodies.*
84. *However, the provision should also be read in the context of paragraph 3(a) of the Code, which states that "the Code does not extend to Members' performance of duties unrelated to parliamentary proceedings, or to their private lives". Where a Member writes to a Minister or other public servant in a private capacity, about matters unrelated to public policy or to parliamentary proceedings, no declaration is required.*

Differences between registration and declaration

85. *The House has two distinct but related methods for the disclosure of the relevant interests of its Members: registration of interests in a Register which is open for public inspection; and declaration of interest in the course of debate in the House and in other contexts (for instance, when communicating with ministers). The main purpose of the Register is to give public notification on a continuing basis of those interests held by Members that might reasonably be thought to have a general influence upon their parliamentary conduct or actions. The main purpose of declaration of interest is to ensure that fellow Members of the House, ministers, officials and the public are made aware, at the point at which the Member participates in proceedings of the House or otherwise acts in a parliamentary capacity, of any present or expected future interest that might reasonably be thought relevant to that particular action by the Member.*
86. *Thus declaration, like registration, is compulsory. Moreover, given the wide range of issues that may be the subject of debate, the duties imposed upon Members in respect of declaration are in some respects broader than those in respect of registration. However, whereas Members are required by the Code of Conduct to publish all interests that might be thought to have a general influence upon their conduct in the Register, Members are under no obligation to speak in the House, or to communicate with Ministers or public servants. Thus the duty to declare relevant interests, while it is broader than the duty of registration, is ultimately subject to the Member's decision to speak in a debate or write to a Minister or public servant.*

Form of declaration

87. *Members should declare interests briefly, usually at the beginning of their speech. Declarations should wherever possible be comprehensible, specific, and unambiguous, without either demanding prior knowledge of their audience or requiring reference to*

- other documents. Members should not normally make a declaration simply by referring to "my interests which are published in the Register".*
88. *An exception to the rule in the preceding paragraph may be made at Oral Questions or other time-limited proceedings, where it may be for the convenience of the House that Members should not take up time by making lengthy or repeated declarations of interest. On such occasions a brief reference to the published Register may be appropriate, but this only suffices for registered interests.*
89. *Members should not take up the time of the House, particularly during time-limited proceedings, by declaring trivial, frivolous or irrelevant interests. They should bear in mind that the test of relevance is "whether the interest might be thought by a reasonable Member of the public to influence the way in which a Member of the House of Lords discharges his or her parliamentary duties" (Code, paragraph 11). The test for whether to declare is that set by the Code of Conduct and this Guide and not what other Members declare in debate.*
90. *The subject-matter against which the relevance of an interest must be judged is normally the item of business as it appears on the Order Paper. Thus in the case of a bill, the subject-matter is the bill as a whole. A full declaration of any interests relevant to a bill should be made at least on the occasion of the Member's first intervention at each stage of the bill's progress. Repetition of declarations of interest within Committee and Report stage is unnecessary. There may however be circumstances in which a further declaration is appropriate, for example if an interest which is tangential to the bill as a whole nevertheless has a strong relevance to a particular amendment.*

Potential or future interests

91. *For the purposes of declaration of interests, relevant interests include future interests, that is to say interests where a Member's expectation has passed beyond vague hope or aspiration and reached the stage where there is a clear prospect that the interest will shortly arise.*

Select Committees

92. *A Member serving on a Select Committee should declare any interests relevant to an inquiry or any other activity undertaken by that Committee. The declaration should be made in writing to the committee clerk, and orally the first time the Member speaks in public in the inquiry. A list of declared relevant interests is also published as an appendix to the Committee's report.*
93. *The principles governing participation, described in paragraphs 11-14 above, apply also to participation in the work of Select Committees. Members should consider carefully whether to take part in an inquiry if they have a direct, relevant, financial interest which goes to the heart of the subject of the inquiry.*

94. *Further advice on Select Committee work should be sought from the Committee Clerk in the first instance.*

Written notices

95. *Members are required to draw attention to the existence of a relevant registered interest when tabling the following types of business:*

Questions (for oral answer, written answer or for short debate);

Motions (including amendments to motions).

96. *The responsibility for drawing attention to any relevant registered interest rests with the Member concerned:*

The Member must notify the staff of the Table Office of any relevant registered interest before tabling any item of business;

If the Member has such an interest, he or she must also specify which registered interest is affected.

97. *When such an interest exists, the symbol "[I]" is printed after the Member's name in House of Lords Business. The Table Office then arranges for the publication of the interest by means of the online version of House of Lords Business.*

98. *If a Member has a registrable interest which is yet to be registered, and wishes to table business to which that interest is relevant, the Member should register the interest before tabling the business[4], so that it appears in the online Register of Lords' Interests in advance of publication of House of Lords Business.*

99. *An indication in House of Lords Business and on the Order Paper of the existence of a relevant registered interest does not affect a Member's duty to declare relevant interests orally, for instance when asking an oral question or moving a motion in the House or in Grand Committee.*

Financial support

100. *Members of the House may claim a daily fee for attendance and a number of reimbursement expenses to support them in their parliamentary work. The House Committee is responsible for proposing rules on the financial support available to Members, which are reported to and agreed by the House. The available support and the rules are set out in the Guide to financial support for Members [5]. Paragraph 10(c) of the Code of Conduct states that Members shall "act in accordance with any rules agreed by the House in respect of financial support for Members". A breach of such rules therefore constitutes a breach of the Code of Conduct and could lead to an investigation by the House of Lords Commissioner for Standards. The Finance Director is responsible for the administration of the scheme. Any Member may seek the written advice of the Finance Director before determining what use to make of the scheme. The responsibility for deciding what use to make of the scheme rests with the Member concerned.*

Use of facilities and services

101. *The House provides various facilities and services for Members, most of which are paid for in full or subsidised by the public purse. These facilities and services are provided primarily to support Members in their parliamentary work. The domestic committees are responsible for proposing rules on the use of facilities by Members, and the key ones are reported to and agreed by the House. Paragraph 10(c) of the Code of Conduct states that Members shall "act in accordance with any rules agreed by the House in respect of ... the facilities of the House". A breach of such rules therefore constitutes a breach of the Code of Conduct and could lead to an investigation by the House of Lords Commissioner for Standards. The rules on the use of facilities which have been agreed by the House are set out in two House Committee reports[6] which are appended to the Handbook on facilities and services for Members. These reports also identify which official is responsible for the provision of each facility or service; a Member who acts on the advice of that official in determining what use to make of a facility satisfies fully the requirements of the Code of Conduct in that regard.*

Enforcement

102. *The House of Lords is self-regulating and it is desirable for any Member who considers that another Member may be in breach of the Code promptly to draw it to the attention of the Member concerned.*

The House of Lords Commissioner for Standards

103. *The House of Lords Commissioner for Standards may investigate alleged breaches of the Code, the rules governing Members' financial support and the rules governing the use of parliamentary facilities and services. A complaint made by a third party is the usual basis for the Commissioner to start an investigation. In exceptional circumstances however, and with the agreement of the Sub-Committee on Lords' Conduct, he may start an investigation in the absence of a complaint, either at the request of the Member concerned, or if by other means he becomes aware of evidence sufficient to establish a prima facie case that the Code of Conduct has been breached.*

Making a complaint

104. *If the complainant is a Member of the House of Lords, the complaint should be raised in the first instance with the Member complained against, or otherwise with that Member's party Leader or Chief Whip, or with the Convenor of the Crossbench Peers. Non-Members wishing to make a complaint should normally first make their dissatisfaction known to the Member concerned and give the Member an opportunity to respond.*

105. *Any complaint alleging that a Member of the House of Lords has breached the Code of Conduct, whether made by another Member of the House of Lords or by someone outside the House, should be sent in writing to:*

The House of Lords Commissioner for Standards

House of Lords

London SW1A 0PW

106. *Complaints submitted by telephone or email will not be considered; the complainant should give a postal address, telephone number and, if available, email address for subsequent communication. The complainant must make clear in what respect the Member may have breached the Code of Conduct and must supply as much evidence as the complainant can in support of the complaint.*
107. *In the interests of natural justice, the specific allegation should be made to the Commissioner in private and not publicised until the complaint has been finally determined.*

Preliminary assessment

108. *The Commissioner conducts a preliminary assessment of all complaints. The Commissioner will not without good reason consider either anonymous complaints or ones where the complainant is not prepared to have his name and complaint disclosed to the Member whose conduct is criticised. He screens out complaints which fall outside the scope of the Code. He may choose not to consider complaints which are clearly trivial or vexatious, or which substantially repeat allegations which have already been the subject of inquiry (unless there is significant fresh evidence in their support). In making his preliminary assessment, the Commissioner considers the criteria set out in the following two paragraphs.*
109. *Matters falling within the Commissioner's remit include:*
- failure to register relevant interests;*
 - failure to declare relevant interests in the course of parliamentary business including committee proceedings;*
 - breach of the rules on financial inducements and parliamentary influence and on paid advocacy;*
 - breach of the rules on the use of facilities and services and on financial support; and*
 - failure by Members' staff to declare relevant interests in the Register of Lords' Staff Interests.*
110. *Matters not falling within the Commissioner's remit include:*
- policy matters or a Member's views or opinions;*
 - the funding of political parties;*
 - alleged breaches of the separate code governing the conduct of Government Ministers as Ministers; and*

Members' non-parliamentary activities.

111. *The complaint must be made within four years of the conduct complained of. The complaint must also be supported by evidence sufficient to establish a prima facie case that the Code has been breached.*
112. *The police and other agencies investigate allegations of criminal misconduct and the Commissioner will not investigate any related allegation of a breach of the Code while the agency is conducting its own investigation. The same suspension of investigation applies while related proceedings (for instance, an action for defamation) are before a court of law.*
113. *Following his preliminary assessment, the Commissioner informs both the complainant and the Member concerned whether or not he will investigate the complaint. If he has decided that the complaint does not merit investigation, he provides the complainant with a brief explanation of his reasons for dismissing the complaint.*

The investigation: procedural safeguards

114. *The Code of Conduct states that "In investigating and adjudicating allegations of non-compliance with this Code, the Commissioner, the Sub-Committee on Lords' Conduct and the Committee for Privileges and Conduct shall act in accordance with the principles of natural justice and fairness".*
115. *Proceedings are not adversarial, but inquisitorial in character. The Commissioner is an independent and impartial investigator, appointed by the House, whose task is to establish the facts of a case and report these, along with his conclusions as to whether or not there has been a breach of the Code, to the Sub-Committee on Lords' Conduct.*
116. *The Member has a right of appeal from the Commissioner and Sub-Committee, first to the Committee for Privileges and Conduct and then to the House. The complainant has no right of appeal.*
117. *Members are expected to co-operate with any investigation into their conduct. They should supply written evidence as requested, and in their own name. Letters sent on their behalf by legal advisers or others will be disregarded. They may be accompanied to any meeting by a colleague, friend or legal adviser, but every effort is made to keep proceedings informal, and there is no expectation that they should be so accompanied. If they choose to bring a colleague, friend or adviser, they are free to consult him or her off the record, but will be expected to answer for themselves (and not through the friend or adviser) any question put to them.*
118. *The complainant has no formal locus once an investigation is under way: he has no right to be called as a witness, though he is expected to co-operate with any investigation and to supply all the evidence in his possession when asked to do so. Nor do Members accused of misconduct have any entitlement to cross-examine complainants, though they are given an opportunity to review and, if they so wish, challenge the factual basis of any evidence supplied by complainants or others.*

119. *The civil standard of proof is adopted at all stages in the enforcement process, not only by the Commissioner, but by the Sub-Committee on Lords' Conduct and the Committee for Privileges and Conduct. Thus, in order to find against a Member, the Commissioner will require at least that the allegation is proved on the balance of probabilities.*

Parliamentary privilege

120. *The Commissioner is an officer of the House of Lords and parliamentary privilege extends to him in carrying out his duties. It also extends to witnesses and parties to his investigations. A complaint is however not regarded as covered by parliamentary privilege unless and until the Commissioner has decided to undertake an investigation.*

121. *From the point that the Commissioner decides to undertake an investigation all evidence and correspondence relating directly to the inquiry is covered by parliamentary privilege. It must remain confidential unless and until it is published by the Committee for Privileges and Conduct. If such evidence or correspondence were to be published or disclosed to anyone else without the Committee's agreement, this would be a contempt of the House. An attempt to obstruct an investigation is a contempt of the House.*

The investigation: process

122. *The Commissioner first informs the Member concerned of the nature of the complaint and provides copies of the evidence offered in support of it. He sets out the particular provisions of the Code that appear, either on the basis of the complaint, or his preliminary assessment of the facts, to have been breached, at the same time inviting the Member to respond in writing with a full and accurate account of the matters in question.*

123. *After considering the Member's written submission, the Commissioner may decide either to dismiss the complaint, or to agree remedial action with the Member. Remedial action may be agreed if the complaint, though justified, is minor and is acknowledged by the Member concerned. Remedial action involves "putting the record straight", for instance by making an amendment to the Register; the Member will also normally be expected to make a formal apology, either in writing or by means of a personal statement in the House. If the Commissioner and Member agree remedial action, the Commissioner reports the circumstances and remedial action to the Sub-Committee on Lords' Conduct. The Commissioner informs the complainant of the action taken in response to the complaint.*

124. *If the Member's written response is not sufficient to enable the Commissioner either to dismiss the complaint or agree remedial action, the Commissioner may pursue the investigation by seeking further information, either from the Member concerned or others, including the original complainant, third parties, or public or private bodies. Such information is usually requested in writing in the first instance, though in some circumstances the Commissioner may decide to interview witnesses, either informally or*

by means of formal oral evidence. The Commissioner holds his meetings with witnesses in private. In the case of informal interviews, a note is made of the meeting and all parties are subsequently asked to confirm its accuracy. In the case of formal oral evidence, a full transcript is taken. The Committee for Privileges and Conduct decides to what extent evidence is published.

125. The Committee for Privileges and Conduct and its Sub-Committee on Lords' Conduct have the power to send for persons, papers and records and may exercise this power as necessary in support of any investigation by the Commissioner.

Assessing the evidence

126. If the Commissioner's investigation has uncovered material evidence that is at variance with the Member's version of events, he will put this to the Member, who will have a chance to challenge it. Before finalising his report, the Commissioner will also share with the Member a draft of those parts of his report dealing with issues of fact, so that the Member has an opportunity to comment on it.

127. If, having considered the Member's comments, the Commissioner considers that there remain significant contested issues of fact, he will prepare his own account of the facts of the case, while drawing the attention of the Sub-Committee to those points which are contested.

128. The Commissioner reports his findings to the Sub-Committee, usually in the following form:

*summary of the initial complaint, and of the relevant elements of the Code of Conduct;
brief account of the key facts in the case, with references to evidence as appropriate, and with any contested points of fact highlighted;
his findings with reasons as to whether or not the Code has been breached; and any evidence, written and oral.*

Consideration by the Sub-Committee on Lords' Conduct

129. The Sub-Committee considers the Commissioner's report and must report it without amendment to the Committee for Privileges. The Sub-Committee, in its report, may comment on the Commissioner's report and on the case. If the Commissioner dismisses the complaint, the Sub-Committee reports his findings to the Committee for Privileges. If the Commissioner finds that there has been a breach of the Code, the task of the Sub-Committee is to recommend any appropriate action that the Member should take to regularise the position (including repayment of money) and any sanction that the House should apply.

130. In the case of a breach of the Code, the options available to the Sub-Committee in its report to the Committee for Privileges and Conduct include:

That the Code has been breached but that no action or sanction is appropriate. Where the Member concerned has volunteered appropriate remedial action (such as

corrected disclosure or a personal apology to the House), the Sub-Committee may report to the Committee for Privileges and Conduct that it sees no need for the matter to be reported to the House because the remedial action itself involves public acknowledgement of the mistake.

That the Code has been breached; that the Member's conduct should be drawn to the attention of the House in a report from the Committee for Privileges and Conduct; and, where appropriate, that the Committee for Privileges and Conduct should recommend to the House that the Member be required to take action to regularise the position.

That the Code has been breached and that the Committee for Privileges and Conduct should recommend to the House that the Member be suspended from the House for a specified period of time not longer than the remainder of the current Parliament[7].

Report to the Committee for Privileges and Conduct and appeal

131. The Sub-Committee makes its report and that of the Commissioner to the Committee for Privileges and Conduct. At the same time as the report is made to the Committee for Privileges and Conduct, a copy is sent to the Member concerned, who is informed of the deadline by which he may lodge an appeal to the Committee for Privileges and Conduct if the complaint has been upheld.

132. If the Member does not appeal to the Committee for Privileges and Conduct in the event of a complaint being upheld, the Committee reports forthwith to the House in the terms recommended by the Sub-Committee and may agree to do so by correspondence. If the Member wishes to appeal, the Member must do so in writing, setting out the grounds for the appeal, and enclosing such supporting material as the Member thinks appropriate. The appeal may be against either the Commissioner's finding of a breach of the Code, or the recommended sanction. A meeting will be scheduled to hear the appeal, and the Member will be given an opportunity to appear in person, if he or she so wishes. The Committee may also take evidence from the Commissioner.

133. On appeal, the Committee will not reopen the Commissioner's investigation. Rather members of the Committee will use their judgment to decide whether, on the balance of probabilities, they endorse the conclusions of the Commissioner; they will also consider whether or not the recommended sanction is appropriate.

Report to the House

134. Where a complaint is not upheld, the Committee for Privileges and Conduct has discretion as to whether to report to the House. When the Committee does not report to the House, it informs the complainant and Member of the outcome of the complaint.

135. Where a complaint is upheld, the Committee for Privileges and Conduct normally reports to the House (though it may decide not to make a report to the House in minor

cases, where the Member concerned has volunteered appropriate remedial action). The Committee must seek the agreement of the House in any case where it is proposed that a Member be required to take action to regularise the position or that the Member be sanctioned by suspension.

136. In all cases where there has been an appeal to the Committee for Privileges and Conduct, the Committee will publish a report either upholding or dismissing the appeal. The reports from the Commissioner and Sub-Committee are annexed to the Committee's report.

137. When the Committee reports to the House, the Committee Clerk should show the Member the report shortly before publication and send the complainant the report on publication.

COMPANION TO THE STANDING ORDERS AND GUIDE TO THE PROCEEDINGS OF THE HOUSE OF LORDS, 2013 EDITION

DISQUALIFICATION FOR MEMBERSHIP

1.02 The following are disqualified for membership of the House of Lords:

- *those under the age of twenty-one;*
- *aliens*

By the Act of Settlement 1701 "no person born out of the Kingdoms of England, Scotland or Ireland, or the Dominions thereunto belonging ... (except such as are born of English parents)" may be a member of the House of Lords. By virtue of a modification contained in the British Nationality Act 1981, this provision does not apply to Commonwealth citizens or citizens of the Republic of Ireland. Under the 1981 Act, "Commonwealth citizen" means a British citizen, a British Overseas Territories citizen, a British subject under that Act, or a citizen of an independent Commonwealth country;

- *those convicted of treason*

The Forfeiture Act 1870 provides that anyone convicted of treason shall be disqualified for sitting or voting as a member of the House of Lords until he has either suffered his term of imprisonment or received a pardon;

- *bankrupts*

Under the Insolvency Act 1986, a member of the House (a) who, in England and Wales or Northern Ireland, is subject to a bankruptcy restrictions order (including an interim order) or a bankruptcy restrictions undertaking; (b) who, in England and Wales, is subject to a debt relief restrictions order (including an interim order) or a debt relief restrictions undertaking; or (c) in Scotland, whose estate is sequestered, is disqualified for sitting and voting in the House of Lords or in any committee of the House. A writ is not issued to any person who would otherwise be entitled to one while he is so disqualified. The court or, in the case of a bankruptcy restrictions undertaking or debt relief restrictions undertaking, the government, notifies the restriction or sequestration to the Lord Speaker and it is recorded in the Journals;

- *Members of the European Parliament (MEPs)*

The European Parliament (House of Lords Disqualification) Regulations 2008 provide that any Life Peer who is elected to the European Parliament is disqualified for sitting and voting in the House of Lords or in any committee of the House or joint committee. A writ is not issued to a Life Peer who is disqualified under this regulation;

- *Holders of disqualifying judicial office*

Under the Constitutional Reform Act 2005, a member of the House who holds a disqualifying judicial office is disqualified for sitting and voting in the House of Lords or in any committee of the House or joint committee. Such members are not however disqualified for receiving a writ of summons.

THE CODE OF CONDUCT FOR MEMBERS OF PARLIAMENT (HOUSE OF COMMONS)

Prepared pursuant to the Resolution of the House of 19th July 1995

I. Purpose of the Code

1. *The purpose of this Code of Conduct is to assist Members in the discharge of their obligations to the House, their constituents and the public at large by:*
 - a) *Providing guidance on the standards of conduct expected of Members in discharging their parliamentary and public duties, and in so doing*
 - b) *Providing the openness and accountability necessary to reinforce public confidence in the way in which Members perform those duties.*

II. Scope of the Code

2. *The Code applies to Members in all aspects of their public life. It does not seek to regulate what Members do in their purely private and personal lives.*
3. *The obligations set out in this Code are complementary to those which apply to all Members by virtue of the procedural and other rules of the House and the rulings of the Chair, and to those which apply to Members falling within the scope of the Ministerial Code.*

III. Public Duties of Members

4. *By virtue of the oath, or affirmation, of allegiance taken by all Members when they are elected to the House, Members have a duty to be faithful and bear true allegiance to Her Majesty the Queen, her heirs and successors, according to law.*
5. *Members have a duty to uphold the law, including the general law against discrimination, and to act on all occasions in accordance with the public trust placed in them.*
6. *Members have a general duty to act in the interests of the nation as a whole; and a special duty to their constituents.*

IV. General Principles of Conduct

7. *In carrying out their parliamentary and public duties, Members will be expected to observe the following general principles of conduct identified by the Committee on Standards in Public Life in its First Report as applying to holders of public office.[1] These principles will be taken into consideration when any complaint is received of breaches of the provisions in other sections of the Code.*

"Selflessness

Holders of public office should take decisions solely in terms of the public interest. They should not do so in order to gain financial or other material benefits for themselves, their family, or their friends.

Integrity

Holders of public office should not place themselves under any financial or other obligation to outside individuals or organisations that might influence them in the performance of their official duties.

Objectivity

In carrying out public business, including making public appointments, awarding contracts, or recommending individuals for rewards and benefits, holders of public office should make choices on merit.

Accountability

Holders of public office are accountable for their decisions and actions to the public and must submit themselves to whatever scrutiny is appropriate to their office.

Openness

Holders of public office should be as open as possible about all the decisions and actions that they take. They should give reasons for their decisions and restrict information only when the wider public interest clearly demands.

Honesty

Holders of public office have a duty to declare any private interests relating to their public duties and to take steps to resolve any conflicts arising in a way that protects the public interest.

Leadership

Holders of public office should promote and support these principles by leadership and example."

V. Rules of Conduct

- 8. Members are expected in particular to observe the following rules and associated Resolutions of the House.*
- 9. Members shall base their conduct on a consideration of the public interest, avoid conflict between personal interest and the public interest and resolve any conflict between the two, at once, and in favour of the public interest.*
- 10. No Member shall act as a paid advocate in any proceeding of the House.[2]*
- 11. The acceptance by a Member of a bribe to influence his or her conduct as a Member, including any fee, compensation or reward in connection with the promotion of, or opposition to, any Bill, Motion, or other matter submitted, or intended to be submitted to the House, or to any Committee of the House, is contrary to the law of Parliament.[3]*

12. *In any activities with, or on behalf of, an organisation with which a Member has a financial relationship, including activities which may not be a matter of public record such as informal meetings and functions, he or she must always bear in mind the need to be open and frank with Ministers, Members and officials.*
13. *Members must bear in mind that information which they receive in confidence in the course of their parliamentary duties should be used only in connection with those duties, and that such information must never be used for the purpose of financial gain.*
14. *Members shall at all times ensure that their use of expenses, allowances, facilities and services provided from the public purse is strictly in accordance with the rules laid down on these matters, and that they observe any limits placed by the House on the use of such expenses, allowances, facilities and services.*
15. *Members shall at all times conduct themselves in a manner which will tend to maintain and strengthen the public's trust and confidence in the integrity of Parliament and never undertake any action which would bring the House of Commons, or its Members generally, into disrepute.*

VI. Registration and Declaration of Interests

16. *Members shall fulfil conscientiously the requirements of the House in respect of the registration of interests in the Register of Members' Interests and shall always draw attention to any relevant interest in any proceeding of the House or its Committees, or in any communications with Ministers, Government Departments or Executive Agencies.[4]*

VII. Duties in respect of the Parliamentary Commissioner for Standards and the Committee on Standards and Privileges

17. *The application of this Code shall be a matter for the House of Commons, and for the Committee on Standards and Privileges and the Parliamentary Commissioner for Standards acting in accordance with Standing Orders Nos 149 and 150 respectively.*
18. *Members shall cooperate, at all stages, with any investigation into their conduct by or under the authority of the House.*
19. *No Member shall lobby a member of the Committee on Standards and Privileges in a manner calculated or intended to influence their consideration of a complaint of a breach of this Code.*

THE HOUSE OF COMMONS DISQUALIFICATION ACT 1975

An Act to consolidate certain enactments relating to disqualification for membership of the House of Commons.

[8th May 1975]

1 Disqualification of holders of certain offices and places.

(1) Subject to the provisions of this Act, a person is disqualified for membership of the House of Commons who for the time being—

(za) is a Lord Spiritual;

(a) holds any of the judicial offices specified in Part I of Schedule 1 to this Act;

(b) is employed in the civil service of the Crown, whether in an established capacity or not, and whether for the whole or part of his time;

(c) is a member of any of the regular armed forces of the Crown . . . ;

(d) is a member of any police force maintained by a police authority;

(da)

(e) is a member of the legislature of any country or territory outside the Commonwealth (other than Ireland)]; or

(f) holds any office described in Part II or Part III of Schedule 1.

(2) A person who for the time being holds any office described in Part IV of Schedule 1 is disqualified for membership of the House of Commons for any constituency specified in relation to that office in the second column of Part IV.

(3) In this section—

“civil service of the Crown” includes the civil service of Northern Ireland, the Northern Ireland Court Service, Her Majesty’s Diplomatic Service and Her Majesty’s Overseas Civil Service;

“police authority” means any police authority within the meaning of the Police Act 1996 or the M1Police (Scotland) Act 1967, or the F6Northern Ireland Policing Board; and “member” in relation to a police force means a person employed as a full-time constable;

“regular armed forces of the Crown” means the Royal Navy, the Royal Marines, the regular army (as defined by section 374 of the Armed Forces Act 2006) or the Royal Air Force.

(4) Except as provided by this Act, a person shall not be disqualified for membership of the House of Commons by reason of his holding an office or place of profit under the Crown or any other office or place; and a person shall not be disqualified for appointment to or for holding any office or place by reason of his being a member of that House.

2 Ministerial offices.

(1) Not more than ninety-five persons being the holders of offices specified in Schedule 2 to this Act (in this section referred to as Ministerial offices) shall be entitled to sit and vote in the House of Commons at any one time.

(2) If at any time the number of members of the House of Commons who are holders of Ministerial offices exceeds the number entitled to sit and vote in that House under subsection (1) above, none except any who were both members of that House and holders of Ministerial offices before the excess occurred shall sit or vote therein until the number has been reduced, by death, resignation or otherwise, to the number entitled to sit and vote as aforesaid.

(3) A person holding a Ministerial office is not disqualified by this Act by reason of any office held by him *ex officio* as the holder of that Ministerial office.

3 Reserve and auxiliary forces, etc.

(1) Notwithstanding section 1(1)(c) above—

(a) a person who is an officer on the retired or emergency list of any of the regular armed forces of the Crown, or who holds an emergency commission in any of those forces, or belongs to any reserve of officers of any of those forces, is not disqualified as a member of those forces; and

(b) a naval, army, marine or air force pensioner or former soldier, who is recalled for service for which he is liable as such is not disqualified as a member of the regular armed forces of the Crown.

(2) A person is not disqualified under section 1(1)(c) above by reason of his being an Admiral of the Fleet, a Field Marshal or a Marshal of the Royal Air Force, if he does not for the time being hold an appointment in the naval, military or air force service of the Crown.

(3) A person is not disqualified under section 1(1)(b) above by reason of his being a member of the Royal Observer Corps unless he is employed as such for the whole of his time.

4 Stewardship of Chiltern Hundreds, etc.

For the purposes of the provisions of this Act relating to the vacation of the seat of a member of the House of Commons who becomes disqualified by this Act for membership of that House, the office of steward or bailiff of Her Majesty's three Chiltern Hundreds of Stoke, Desborough and Burnham, or of the Manor of Northstead, shall be treated as included among the offices described in Part III of Schedule 1 to this Act.

5 Power to amend Schedule 1.

(1) If at any time it is resolved by the House of Commons that Schedule 1 to this Act be amended, whether by the addition or omission of any office or the removal of any office from one Part of the Schedule to another, or by altering the description of any office specified therein, Her Majesty may by Order in Council amend that Schedule accordingly.

(2) A copy of this Act as from time to time amended by Order in Council under this section or by or under any other enactment shall be prepared and certified by the Clerk of the Parliaments and deposited with the rolls of Parliament; and all copies of this Act

thereafter to be printed by Her Majesty's printer shall be printed in accordance with the copy so certified.

6 Effects of disqualification and provision for relief.

- (1) Subject to any order made by the House of Commons under this section—*
- (a) if any person disqualified by this Act for membership of that House, or for membership for a particular constituency, is elected as a member of that House, or as a member for that constituency, as the case may be, his election shall be void; and*
 - (b) if any person being a member of that House becomes disqualified by this Act for membership, or for membership for the constituency for which he is sitting, his seat shall be vacated.*
- (2) If, in a case falling or alleged to fall within subsection (1) above, it appears to the House of Commons that the grounds of disqualification or alleged disqualification under this Act which subsisted or arose at the material time have been removed, and that it is otherwise proper so to do, that House may by order direct that any such disqualification incurred on those grounds at that time shall be disregarded for the purposes of this section.*
- (3) No order under subsection (2) above shall affect the proceedings on any election petition or any determination of an election court, and this subsection shall have effect subject to the provisions of section 144(7) of the Representation of the People Act 1983 (making of an order by the House of Commons when informed of a certificate and any report of an election court).*
- (4) In any case where, by virtue of the Recess Elections Act 1975, the Speaker of the House of Commons would be required to issue during a recess of that House a warrant for a new writ for election of a member, in the room of a member becoming disqualified by this Act, he may, if it appears to him that an opportunity should be given to that House to consider the making of an order under subsection (2) above, defer the issue of his warrant pending the determination of that House.*

7 Jurisdiction of Privy Council as to disqualification.

- (1) Any person who claims that a person purporting to be a member of the House of Commons is disqualified by this Act, or has been so disqualified at any time since his election, may apply to Her Majesty in Council, in accordance with such rules as Her Majesty in Council may prescribe, for a declaration to that effect.*
- (2) Section 3 of the Judicial Committee Act 1833 (reference to the Judicial Committee of the Privy Council of appeals to Her Majesty in Council) shall apply to any application under this section as it applies to an appeal to Her Majesty in Council from a court.*
- (3) Upon any such application the person in respect of whom the application is made shall be the respondent; and the applicant shall give such security for the costs of the proceedings, not exceeding £200, as the Judicial Committee may direct.*
- (4) For the purpose of determining any issue of fact arising on an application under this section the Judicial Committee may direct the issue to be tried—*
- (a) if the constituency for which the respondent purports to be a member is in England or Wales, in the High Court;*

(b)if that constituency is in Scotland, in the Court of Session;

(c)if that constituency is in Northern Ireland, in the High Court in Northern Ireland;and the decision of that Court shall be final.

(5)A declaration under this section may be made in respect of any person whether the grounds of the alleged disqualification subsisted at the time of his election or arose subsequently; but no such declaration shall be made—

(a)in the case of disqualification incurred by any person on grounds which subsisted at the time of his election, if an election petition is pending or has been tried in which his disqualification on those grounds is or was in issue;

(b)in the case of disqualification incurred by any person on any grounds, if an order has been made by the House of Commons under section 6(2) above directing that any disqualification incurred by him on those grounds shall be disregarded for the purposes of that section.

8 Relaxation of obligation to accept office.

(1)No person being a member of the House of Commons, or for the time being nominated as a candidate for election to that House, shall be required to accept any office or place by virtue of which he would be disqualified by this Act for membership of that House, or for membership of that House for the constituency for which he is sitting or is a candidate.

(2)This section does not affect any obligation to serve in the armed forces of the Crown, whether imposed by an enactment or otherwise.

9 Interpretation.

In this Act—

“Minister of State” means a member of Her Majesty’s Government in the United Kingdom who neither has charge of any public department nor holds any other of the offices specified in Schedule 2 to this Act or any office in respect of which a salary is payable out of money provided by Parliament under section 3(1)(b) of the M5Ministerial and other Salaries Act 1975;

“Parliamentary Secretary” includes a person holding Ministerial office (however called) as assistant to a Member of Her Majesty’s Government in the United Kingdom, but not having departmental responsibilities.

10.

11 Short title and extent.

(1)This Act may be cited as the House of Commons Disqualification Act 1975.

(2)This Act extends to Northern Ireland.

SCHEDULE 1
Offices disqualifying for membership

Part I**Judicial offices**

Judge of the Supreme Court.

Judge of the High Court of Justice or Court of Appeal.

Judge of the Court of Session, or Temporary Judge appointed under the Law Reform (Miscellaneous Provisions) (Scotland) Act 1990.

Judge of the High Court of Justice or Court of Appeal in Northern Ireland.

Judge of the Court Martial Appeal Court.

Chairman of the Scottish Land Court.

Circuit Judge.

Sheriff Principal or Sheriff (other than Honorary Sheriff) appointed under the Sheriff Courts (Scotland) Act 1907, or Temporary Sheriff Principal or part-time sheriff appointed under the Sheriff Courts (Scotland) Act 1971.

County Court Judge or deputy County Court Judge in Northern Ireland.

District Judge (Magistrates' Courts) (but not Deputy District Judge (Magistrates' Courts)).

District judge (magistrates' courts), or deputy district judge (magistrates' courts), in Northern Ireland.

Stipendiary Magistrate in Scotland.

.....

.....

Chief or other Child Support Commissioner for Northern Ireland [F19or deputy Child Support Commissioner for Northern Ireland].

Chief or other Social Security Commissioner (not including a deputy Commissioner)]

Chief or other Social Security Commissioner for Northern Ireland [F22or deputy Social Security Commissioner for Northern Ireland.

.....

.....

Adjudicator to Her Majesty's Land Registry.

Part II**Bodies of which all members are disqualified**

[F26X3The Accounts Commission for Scotland.]

[F27The Administrative Justice and Tribunals Council.]

[F28The Advisory Committee on Hazardous Substances established under section 140(5) of the Environmental Protection Act 1990.]

[F29The Advisory Council established under section 3 of the Scottish Qualification Authority Act 2002.]

[F30The Agriculture and Horticulture Development Board.]

The Aircraft and Shipbuilding Industries Arbitration Tribunal.

[F31The Antarctic Act Tribunal established under regulations made under the Antarctic Act 1994.]

[F32The Appointments Commission.]

An Arbitration Tribunal established under Schedule 3 to the M8Industry Act 1975.

[F33The Armed Forces Pay Review Body.]

[F34The Arts Council of England.]

[F35The British Railways Board.]

British Shipbuilders.

[F36The British Transport Police Authority.]

The British Waterways Board.

[F37Bwrdd yr Iaith Gymraeg (the Welsh Language Board).]

[F38The Care Council for Wales.]

[F39The Care Quality Commission.]

[F40The Central Arbitration Committee.]

[F41The Channel Four Television Corporation.]

[F42The Charity Commission.]

[F43The Charity Commission for Northern Ireland.]

[F44The Child Maintenance and Enforcement Commission.]

[F45The Child Poverty Commission.]

[F46The Children and Family Court Advisory and Support Service.]

The Civil Aviation Authority.

[F47The Civil Nuclear Police Authority.]

The Civil Service Arbitration Tribunal.

[F48The Civil Service Commission]

[F49The Coal Authority.]

[F50Commission for Architecture and the Built Environment.]

[F51The Commission for Equality and Human Rights.]

[F52The Commission for Human Medicines and any committee established under section 4 of the Medicines Act 1968.]

The Commission for Local Administration in England.

[F53Commission for Rural Communities.]

[F54The Commission for Victims and Survivors for Northern Ireland.]

[F55The Committee on Climate Change.]

[F56The Competition Appeal Tribunal.]

[F57The Competition Commission.]

[F58The Competition Service.]

[F59The Consumer Council for Water, and each regional committee of the Council established under section 27A of the Water Industry Act 1991.]

The Copyright Tribunal.

[F60The Council of the Advisory, Conciliation and Arbitration Service.]

[F61The Council for Healthcare Regulatory Excellence]

The Covent Garden Market Authority.

[F62The Criminal Cases Review Commission.]

The Crown Estate Commissioners.

[F63A development agency established under section 1 of the Regional Development Agencies Act 1998.]

The Development Commission.

A Development Corporation within the meaning of the M9New Towns Act 1981 or the M10New Towns (Scotland) Act 1968.

[F64 The Disability Living Allowance Advisory Board.]

[F28The Disability Living Allowance Advisory Board for Northern Ireland.]

[F65 The Electoral Commission.]

[F66The Employment Appeal Tribunal.]

[F67The English Sports Council.]

[F68The Environment Agency.]

[F69The Equality Commission for Northern Ireland.]

The Fair Employment Tribunal for Northern Ireland.

[F70The First-tier Tribunal.]

[F71The Food Standards Agency.]

The Foreign Compensation Commission.

[F28The Forestry Commissioners.]

[F72The Gambling Commission.]

F73Gangmasters Licensing Authority.

[F74The Gas and Electricity Markets Authority.]

[F75The General Social Care Council.]

The Health and Safety Executive.

[F76The Health and Social Care Regulation and Quality Improvement Authority in Northern Ireland.]

Highlands and Islands Enterprise.

[F77The Homes and Communities Agency.]

[F78The Horserace Betting Levy Appeal Tribunal for England and Wales.]

The Human Fertilisation and Embryology Authority.

[F79The Human Tissue Authority.]

[F80The Independent Commission for Police Complaints for Northern Ireland.]

[F81The Independent Parliamentary Standards Authority.]

[F82The Independent Police Complaints Commission.]

An Industrial Court established in Northern Ireland.

The Industrial Injuries Advisory Council.

[F83The Infrastructure Planning Commission.]

[F84Invest Northern Ireland.]

A Joint Planning Inquiry Commission constituted under Part III of the Town and Country Planning (Scotland) Act [F851997].

[F86The Judicial Appointments Commission.]

The Labour Relations Agency.

The Lands Tribunal for Northern Ireland.

The Lands Tribunal for Scotland.

The Law Commission.

[F87The Legal Services Board.]

[F88The Legal Services Commission.]

[F89The Local Better Regulation Office.]

[F90The Local Government Boundary Commission for England.]

The Local Government Boundary Commission for Scotland.

The Local Government Boundary Commission for Wales.

[F91The Low Pay Commission appointed under section 8(9) of the National Minimum Wage Act 1998.]

[F92The Marine Management Organisation.]

[F93The Mental Health Review Tribunal for Wales]

[F28The Mental Health Review Tribunal for Northern Ireland.]

The Mental Welfare Commission for Scotland.

[F94The National Consumer Council.]

[F95The NHS Pay Review Body.]

[F96The National Information Governance Board for Health and Social Care.]

[F97The National Lottery Commission.]

[F98The National Policing Improvement Agency.]

[F99Natural England.]

The Northern Ireland Housing Executive.

[F100 The Northern Ireland Judicial Appointments Commission.]

[F101The Northern Ireland Law Commission.]

[F102The Northern Ireland Legal Services Commission.]

[F103The Northern Ireland Social Care Council.]

[F104The Nuclear Decommissioning Authority.

[F105The Office of Communications.]

[F106The Office of Fair Trading.]

[F107The Office of the Health Professions Adjudicator.]

[F108The Office for Legal Complaints.]

[F109The Office of Rail Regulation.]

[F110The Office of the Renewable Fuels Agency.]

[F111The Office for Standards in Education, Children's Services and Skills.]

[F112Office for Tenants and Social Landlords.]

The Oil and Pipelines Agency.

[F113The Parades Commission for Northern Ireland.]

The Parole Board F114. . . .

The Parole Board for Scotland F115. . . .

[F116The Board of the Pension Protection Fund.]

A Pensions Appeal Tribunal.

[F117The Pensions Regulator.]

[F118The Personal Accounts Delivery Authority.]

[F119The Planning Appeals Commission constituted under Article 110 of the Planning (Northern Ireland) Order 1991.]

A Planning Inquiry Commission constituted under Part III of the M11Town and Country Planning Act 1990.

A Planning Inquiry Commission constituted under [F120Part III of the Town and Country Planning (Scotland) Act 1997].

[F121The Postal Services Commission.

[F122The Prison Service Pay Review Body.]

[F123A regional committee of the Gas and Electricity Consumer Council established under section 18(2) of the Utilities Act 2000.]

[F124A regional water authority established in accordance with section 2 of the M12Water Act 1973.]

The Restrictive Practices Court.

The Review Board for Government Contracts.

[F125*The Review Body on Doctors and Dentists Remuneration.*]

[F126*The Risk Management Authority established under the Criminal Justice (Scotland) Act 2003.*]

A Rural Development Board.

[F127*The School Teachers' Review Body.*]

[F128*The Scottish Charity Regulator.*]

[F129*The Scottish Children's Reporter Administration.*]

[F130*The Scottish Committee of the Administrative Justice and Tribunals Council.*]

[F131*The Scottish Criminal Cases Review Commission.*]

Scottish Enterprise.

[F68*The Scottish Environment Protection Agency.*]

[F132*The Scottish Further and Higher Education Funding Council.*]

The Scottish Land Court.

The Scottish Law Commission.

[F31*The Scottish Legal Aid Board.*]

[F133*Scottish Natural Heritage.*]

[F134*The Scottish Qualifications Authority.*]

[F135*The Scottish Social Services Council.*]

[F136*Scottish Water.*]

The Sea Fish Industry Authority.

[F137 *The Sea Fish Licence Tribunal.*]

[F138 *The Security Industry Authority.*]

[F139 *Seirbheis nam Meadhanan Gàidhlig.*]

[F140*The Senior Salaries Review Body.*]

[F141*The Serious Organised Crime Agency.*]

Sianel Pedwar Cymru.

The Social Security Advisory Committee.

[F142*The Standards Board for England.*]

[F143*The Standards Commission for Scotland.*]

[F144*The Statistics Board.*]

[F145*The Sustainable Development Commission (an advisory sub-committee of The Sustainable Development Commission Limited).*]

[F31*The Training and Employment Agency Advisory Board in Northern Ireland.*]

The Transport Tribunal.

[F146*The Tribunal established under section 65 of the Regulation of Investigatory Powers Act 2000.*]

[F147*The Tribunal established under section 91 of the Northern Ireland Act 1998.*]

[F148*The trustee corporation established by section 75 of the Pensions Act 2008.*]

[F149*The Trustees of the National Heritage Memorial Fund.*]

The United Kingdom Atomic Energy Authority.

[F150*The United Kingdom Sports Council.*]

[F151*The Upper Tribunal.*]

[F152*The Valuation Tribunal for England.*]

[F153*The Valuation Tribunal Service.*]

The Water Appeals Commission for Northern Ireland.

[F154A Water Customer Consultation Panel.]

[F155The Water Industry Commission for Scotland.]

[F156The Water Services Regulation Authority.]

[F157The Welsh Committee of the Administrative Justice and Tribunals Council.]

[F124The Welsh Water Authority.]

[F158The Youth Justice Board for England and Wales.]]]

Part III

Other disqualifying offices

[F159[F160X5Adjudicator appointed by the Commissioners for Her Majesty's Revenue and Customs]]

[F161Adjudicator appointed under section 25 of the School Standards and Framework Act 1998.]

Advocate Depute (not being the Solicitor General for Scotland) appointed by the Lord Advocate.

Ambassador or Permanent Representative to an international organisation representing Her Majesty's Government in the United Kingdom.

[F162Appeal Officer for Community Interest Companies.]

[F163Assembly Ombudsman for Northern Ireland.]

[F159Assessor appointed for the purposes of section 133 of the Criminal Justice Act 1988.]

[F164Assessor appointed for the purposes of paragraph 9 of schedule 1 to the Public Appointments and Public Bodies etc (Scotland) Act 2003.]

Assessor of Public Undertakings (Scotland).

Assistant Commissioner appointed under Part IV of the M13Local Government Act 1972.

Assistant Commissioner appointed under Part II of the M14Local Government (Scotland) Act 1973.

[F165 Assistant Electoral Commissioners.]

Attorney General of the Duchy of Lancaster.

[F166Attorney General for Northern Ireland.]

Auditor of the Civil List.

Auditor of the Court of Session.

[F167Auditor General for Scotland.]

[F168Auditor General for Wales.]

[F169Boundary Commissioner or assistant Commissioner appointed under Schedule 1 to the M15Parliamentary Constituencies Act 1986.]

[F170 Certification Officer or any assistant certification officer.]

[F171Certification Officer for Northern Ireland appointed under Article 69 of the Industrial Relations (Northern Ireland) Order 1992.]

[F172Chair of the Northern Ireland Library Authority.]

[F173Chair or any member, not also being an employee, of the Patient Client Council established under section 16 of the Health and Social Care (Reform) Act (Northern Ireland) 2009.]

[F174Chair or any member, not also being an employee, of the Regional Agency for Public Health and Social Well-being established under section 12 of the Health and Social Care (Reform) Act (Northern Ireland) 2009.]

[F175Chair or any member, not also being an employee, of the Regional Business Services Organisation established under section 14 of the Health and Social Care (Reform) Act (Northern Ireland) 2009.]

[F176Chair or any member, not also being an employee, of the Regional Health and Social Care Board established under section 7 of the Health and Social Care (Reform) Act (Northern Ireland) 2009.]

[F177Chair of the School Food Trust.]

[F178Chair or Chief Executive of the Science and Technology Facilities Council.]

[F179Chair, Deputy Chair or Chief Executive of the Technology Strategy Board.]

Chairman or [F180Medical Director] of the Advisory Committee on [F181Clinical Excellence] Awards.

[F159Chairman of an Agricultural Land Tribunal or member of a panel appointed under paragraph 14 or 15 of Schedule 9 to the Agriculture Act 1947.]

[F182Chairman or deputy chairman of the Agri-Food and Biosciences Institute.]

[F183Chairman, Deputy Chairman or Chief Executive of the Arts and Humanities Research Council.]

[F159Chairman or Vice-Chairman of the Arts Council of Northern Ireland.]

[F159Chairman, Deputy Chairman or Chief Executive of the Biotechnology and Biological Sciences Research Council.]

[F171Chairman of the Board of Governors of the Commonwealth Institute.]

[F184Chairman, vice-chairman or ordinary member of the BBC Trust.]

Chairman or Director-General of the British Council.

Chairman of the British Library Board.

[F185Chairman, or director appointed by the Secretary of State, of CDC Group p.l.c. (formerly the Commonwealth Development Corporation).]

[F171Chairman of the Chief Executives' Forum in Northern Ireland.]

Chairman or Deputy Chairman of the Civil Service Appeal Board.

[F186Chairman of the Committee on Standards in Public Life.]

[F187Chairman of the Crofters Commission.]

[F188Chairman of the Deer Commission for Scotland.]

Chairman [F189Deputy Chairman or Chief Executive] of the Economic and Social Research Council.

[F159Chairman, Deputy Chairman or Chief Executive of the Engineering and Physical Sciences Research Council.]

[F159Chairman or Deputy Chairman of the Financial Reporting Council.]

[F190Chairman of the Fire and Rescue Service Board.]

[F171Chairman of Food from Britain.]

[F191Chairman of the Football Licensing Authority.]

Chairman [F192or Deputy Chairman] of the General Consumer Council for Northern Ireland.

[F193Chairman or any member, not being also an employee,] of a Health Board [F194or a Special Health Board] constituted under the M16National Health Service (Scotland) Act 1978.

[F195Chairman or non-executive member of the Health Protection Agency.]

[F196Chair of the Health and Safety Executive]

[F197Chairman of the Health and Safety Executive for Northern Ireland.]

[F198Chairman or non-executive director of a Health and [F199Social Care trust] established under the Health and Personal Social Services (Northern Ireland) Order 1991.]

Chairman or Deputy Chairman, in receipt of remuneration, of the Historic Buildings and Monuments Commission for England.

[F200Chairman or other member of the Independent Regulator of NHS Foundation Trusts.]

Paid Chairman of an Industrial Training Board constituted under the M17Industrial Training Act 1964 or the M18Industrial Training Act 1982 or of a committee appointed under either of those Acts or paid Deputy Chairman of such a board.

Chairman of the [F201Inland Waterways Advisory Council] .

[F159Chairman of Investors in People UK.]

[F171 Chairman of the Joint Nature Conservation Committee.]

Chairman, Vice-Chairman or member of the executive committee of the Land Settlement Association Limited appointed at a salary.

[F202Chairman of Learning and Teaching Scotland.]

Chairman of the Livestock [F203and Meat] Commission for Northern Ireland.

Chairman of a local flood defence committee for any district in England and Wales.

Chairman [F204or Chief Executive] of the Local Government Staff Commission for Northern Ireland.

[F205Chairman or any member, not being also an employee, of a Local Health Board established under section 11 of the National Health Service (Wales) Act 2006.]

Chairman [F206or any member, not being also an employee,] of the Management Committee of the Common Services Agency for the Scottish Health Service constituted under the National Health Service (Scotland) Act 1978.

[F159Chairman, Deputy Chairman or Chief Executive of the Medical Research Council.]

[F207Chairman of the Museums, Libraries and Archives Council.]

[F208Chairman of the National Endowment for Science, Technology and the Arts (“NESTA”) and, if in receipt of remuneration, any other member of NESTA.]

[F159Chairman or Director of the National Forest Company.]

[F209Chairman or other non-executive director of an NHS foundation trust.]

Chairman or [F210non-executive director] of a National Health Service trust established under [F211the National Health Service Act 2006][F212or the National Health Service (Wales) Act 2006].

Chairman [F213Deputy Chairman or Chief Executive] of the Natural Environment Research Council.

Chairman of the Northern Ireland Civil Service Appeal Board.

Chairman of the [F214Northern Ireland Clinical Excellence Awards Committee].

[F159Chairman of the Northern Ireland Community Relations Council.]

[F159Chairman of the Northern Ireland Council for the Curriculum, Examinations and Assessment.]

[F171Chairman of the Northern Ireland Higher Education Council.]

[F171Chairman of, or secretary to, the Northern Ireland Local Government Officers’ Superannuation Committee.]

[F215Chairman or vice-chairman of the Northern Ireland Policing Board.]

[F216Chairman of the Northern Ireland Screen Commission.]

Chairman of the Northern Ireland Tourist Board.

[F217Chairman, or member in receipt of remuneration, of the Olympic Delivery Authority.]
[F218Chairman, or member in receipt of remuneration, of the Olympic Lottery Distributor.]
Chairman of the Prescription Pricing Authority.
[F219Chairman or any member, not also being an employee, of a Primary Care Trust established under [F220section 18 of the National Health Service Act 2006].]
Chairman of the Probation Board for Northern Ireland.
[F221Chairman of a probation trust.]
[F222Chairman of Quality Meat Scotland.]
Chairman of a regional flood defence committee for any area of England and Wales.
[F223Chairman or any member, not being also an employee, of any [F224Strategic Health Authority,]. . . or Special Health Authority F225. . .]
[F226Chairman of the Scottish Arts Council.]
Chairman of the [F227Scottish Dental Practice Board] or a member of that Board appointed at an annual salary.
[F228Chairman of the Scottish Legal Aid Board.]
Chairman F229. . . of the Scottish Sports Council.
Chairman of a special health and social [F230care agency] established under Article 3 of the M19Health and Personal Social Services (Special Agencies) (Northern Ireland) Order 1990.
Chairman of the Special Hospitals Service Authority.
Chairman or Vice-Chairman of the Sports Council for Northern Ireland.
Chairman or Vice-Chairman of the Sports Council for Wales.
[F231Chairman or Chief Executive of the Student Loans Company Limited.]
[F232Chairman or Chief Executive of the UK Commission for Employment and Skills or a Director or Commissioner of that Commission appointed by the First Minister in Scotland, the First Minister for Wales or a Northern Ireland Minister.]
Chairman of the Women's Royal Voluntary Service.
[F159Chairman or Vice-Chairman of the Youth Council for Northern Ireland.]
Chief Electoral Officer for Northern Ireland or any whole time officer appointed under section 14A(1) of the M20Electoral Law Act (Northern Ireland) 1962.
Chief executive of [F233SITPRO Limited].
[F234Chief Executive of The Sustainable Development Commission Limited or a Director appointed by the members of that company or by the Secretary of State, the First Minister in Scotland, the First Minister for Wales or the First Minister and deputy First Minister in Northern Ireland.]
[F235Chief Inspector of Criminal Justice in Northern Ireland.]
[F236Chief Inspector of the UK Border Agency.]
[F237Chief Investigating Officer appointed under section 9 of the Ethical Standards in Public Life etc. (Scotland) Act 2000.]
[F238Chief Land Registrar.]
[F239Chief Officer of a community justice authority appointed under section 4(2) of the Management of Offenders etc. (Scotland) Act 2005.]
[F240The Chief Ombudsman or an assistant ombudsman appointed under section 122 of the Legal Services Act 2007 (Chief Ombudsman and assistant ombudsmen appointed for the purposes of the ombudsman scheme).]
[F241The Chief Regulator of Qualifications and Examinations and any member of the Office of Qualifications and Examinations Regulation in receipt of remuneration.]

F242Children's Commissioner.

[F243Children's Commissioner for Wales.]

[F159F244 Civil Service Commissioner.]

[F159Civil Service Commissioner for Northern Ireland.]

Clerk or deputy clerk of a district council in Northern Ireland.

Commissioner or Assistant Commissioner appointed under section 50(1) or (2) of, or Schedule 4 to, the M21Local Government Act (Northern Ireland) 1972.

[F245Commissioner for Children and Young People for Northern Ireland.]

Commissioner of the City of London Police.

[F246Commissioner for Older People in Wales.]

[F247Commissioner for Parliamentary Investigations.]

[F159Commissioner for Public Appointments.]

[F159Commissioner for Public Appointments for Northern Ireland.]

[F248Commissioner for Victims and Witnesses.]

Commons Commissioner.

[F249Compliance Officer for the Independent Parliamentary Standards Authority.]

Comptroller and Auditor General.

Comptroller and Auditor General for Northern Ireland.

Controller of Audit appointed under section 97(4) of the M22Local Government (Scotland) Act 1973.

[F250Controller of Audit appointed under paragraph 7(1) of Schedule 1 to the Audit Commission Act 1998.]

[F251Convener or member of the Scottish Commission for the Regulation of Care.]

[F252Coroner, deputy coroner or assistant deputy coroner appointed under the Coroners Act 1988.]

[F253Coroner or deputy coroner appointed under section 2(1) of the Coroners Act (Northern Ireland) 1959.]

[F254Coroner of the Queen's household.]

[F255Senior coroner, area coroner or assistant coroner appointed under Part 1 of the Coroners and Justice Act 2009.]

[F256Coroner for Treasure.]

[F257Deputy Chief Coroner appointed by the Lord Chancellor under that Part who is not also a senior coroner.]

Counsel to the Secretary of State under the M23Private Legislation Procedure (Scotland) Act 1936.

Crown Solicitor for Northern Ireland.

[F258 Deputy Electoral Commissioners.]

Director of the British Aerospace Public Limited Company appointed subject to the approval of a Minister or government department.

[F259Director of BRB (Residuary) Limited.]

Director of British Nuclear Fuels [F260Limited]

[F261Director of Caledonian Maritime Assets Limited.]

Director of Citybus Limited.

[F262Director of any of the following—

(a)a company which for the time being holds a licence under Chapter I of Part I of the Transport Act 2000 (a licence company);

(b) a company of which a licence company is a subsidiary (within the meaning given by [F263 section 1159 of the Companies Act 2006];

(c) a company which is a subsidiary (within the meaning so given) of a licence company.]

[F264 Director of any company eligible for loans under section 13 of the Transport Act 1982 (loans to Government-controlled company interested in former Government testing stations).]

Director of a company for the time being holding an appointment under Chapter I of Part II of the [F265 Water Industry Act 1991] or of such a company's holding company, being a director nominated or appointed by a Minister of the Crown or by a person acting on behalf of the Crown.

Director of any company in receipt of financial assistance under F266. . . Part III or section 13 of the M24 Industrial Development Act 1982, being a director nominated by a Minister of the Crown or government department.

F267 Director of a company—

(a) which, within the meaning of Part II of the Railways Act 1993, is a successor company wholly owned by the Crown, [F268 or

(b) which, within the meaning of that Act, is wholly owned by the Director of Passenger Rail Franchising,]

being a director nominated or appointed by a Minister of the Crown, the Director of Passenger Rail Franchising or any other person acting on behalf of the Crown.

Director nominated by the Secretary of State of any company in respect of which an undertaking to make advances has been given by the Secretary of State under section 2 of the M25 Highlands and Islands Shipping Services Act 1960 and is for the time being in force.

[F269 Director of David MacBrayne Limited.]

F270 Director of Fair Access to Higher Education.

Director of Flexibus Limited.

[F271 Director in receipt of remuneration of High Speed Two (HS2) Limited.]

[F272 Director of Highlands and Islands Airports Limited.]

[F159 Any director of Horticulture Research International in receipt of remuneration.]

Director of International Military Services Limited.

[F273 Director of Middletown Centre for Autism (Holdings) Limited or of Middletown Centre for Autism Limited.]

Director of Northern Ireland Railways Company Limited.

Director of the Northern Ireland Transport Holding Company.

[F274 Director of Northern Ireland Water Limited.]

Director of Nuclear Electric p.l.c.

[F275 Director of Partnerships for Schools Limited.]

[F276 Director of the Pensions Advisory Service Limited.]

[F277 Director of the Post Office company (within the meaning of Part IV of the Postal Services Act 2000) being a director nominated or appointed by a Minister of the Crown or by a person acting on behalf of the Crown.]

Director, or Deputy Director, of Public Prosecutions for Northern Ireland.

F278 Director of a publicly controlled company (within the meaning of Chapter 2 of Part 1 of the Energy Act 2004) to which transfers have been made in accordance with provisions of nuclear transfer schemes authorised by that Chapter.

[F279 Director of a publicly owned successor company (within the meaning of the Atomic Energy Authority Act 1995)]
 Director appointed at a salary of Remploy Limited.

[F280 Director of Scottish Futures Trust Limited.]
 Director of Scottish Nuclear Limited.

[F281 Director of Service Prosecutions.]

[F282 Director of The Skills Development Scotland Co. Limited.]

[F283 Director of Strategic Investment Board Limited.]

[F284 Director of the successor company (within the meaning of the Crown Agents Act 1995) being a director nominated or appointed by a Minister of the Crown or by a person acting on behalf of the Crown]

[F285 Director of UK Film Council.]

[F286 Director in receipt of remuneration of UK Financial Investments Limited.]
 Director of Ulsterbus Limited.

[F287 Director of United Kingdom Anti-Doping Limited appointed by the members of the company.]

[F288 Director General or Deputy Director General of the Scottish Crime and Drug Enforcement Agency.]

[F171 District judge appointed under section 6 of the County Courts Act 1984.]
 The Governor or Administrator of a [F289 overseas] territory within the meaning of section 50(1) of the M26 British Nationality Act 1981.
 Governor, Deputy Governor or Director of the Bank of England.
 Governor, Lieutenant Governor and Secretary, or Captain of Invalids of Chelsea Hospital.
 Governor F290. . . or other officer or member of the staff of a prison to which the M27 Prison Act (Northern Ireland) 1953 applies.
 Health Service Commissioner for England.

[F291 Her Majesty's Chief Inspector of Education and Training in Wales or Prif Arolygydd Ei Mawrhydi dros Addysg a Hyfforddiant yng Nghymru.]

[F292 Her Majesty's Chief Inspector of Prisons for England and Wales.]

[F159 Her Majesty's Chief Inspector of Prisons for Scotland.]

[F293 Her Majesty's Chief Inspector of Probation for England and Wales.]
 High Commissioner representing Her Majesty's Government in the United Kingdom.

[F294 The Immigration Services Commissioner.]

[F295 The Deputy Immigration Services Commissioner.]

[F296 The Independent Case Examiner for the Department for Work and Pensions.]

[F297 The Information Commissioner.]

[F298 Investigating Commissioner of, or member of a decision-making committee of, the Commission for Equality and Human Rights.]
 Judge Advocate General, Vice Judge Advocate General [F299 Assistant Judge Advocate General].

[F300 The Judicial Appointments and Conduct Ombudsman.]
 Lay observer appointed under Article 42 of the M28 Solicitors (Northern Ireland) Order 1976.

[F301 F302 The Legal Services Complaints Commissioner.]

[F303 The Legal Services Ombudsman.]
 Liquidator appointed under section 2 of the M29 Licensing (Alcohol Education and Research) Act 1981.

Lyon Clerk.

Lyon King of Arms.

Member of an Agricultural Marketing Board appointed by the Minister under Schedule 2 to the M30Agricultural Marketing Act 1958.

Member of an Agricultural Marketing Board appointed under section 3 of the M31Agricultural Marketing Act (Northern Ireland) 1964 or Schedule 2 to the M32Agricultural Marketing (Northern Ireland) Order 1982.

Member appointed by a Minister of the Crown of the Agricultural Wages Board for England and Wales.

Member appointed by the [F304Scottish Ministers] of the Scottish Agricultural Wages Board.

Member appointed by the Head of the Department of Agriculture for Northern Ireland of the Agricultural Wages Board for Northern Ireland.

Any member of the Audit Commission for Local Authorities [F305and the National Health Service] in England F306. . . in receipt of remuneration.

[F307Member of Audit Scotland appointed under section 10(2)(c) of the Public Finance and Accountability (Scotland) Act 2000 or member of the staff of Audit Scotland.]

[F168F168Member of the staff of the Auditor General for Wales.]

[F308[F309Member of the Big Lottery Fund or of a committee established by the Fund under paragraph 7 of Schedule 4A to the National Lottery Act 1993]]

Any member in receipt of remuneration of the British Tourist Authority, the English Tourist Board [F310or [F311VisitScotland]] .

[F312Member of staff of the Children’s Commissioner

[F313Member of the staff of the Children’s Commissioner for Wales.]

[F314Member of staff of the Commissioner for Older People in Wales]

[F315Any member of the Countryside Council for Wales in receipt of remuneration.]

[F316Member of the Determinations Panel established by the Pensions Regulator under section 9 of the Pensions Act 2004.]

[F317 Member of the staff of the Electoral Commission.]

[F318 Member of the governing body of the Financial Services Authority.]

[F319[F320Any member, in receipt of remuneration, of a panel of persons who may be selected to act as members of the Financial Services and Markets Tribunal.]

[F159Member of the staff of the Forestry Commissioners.]

[F321Member, not being also a Forestry Commissioner or officer of the Forestry Commissioners, of a committee appointed for England, Scotland or Wales under section 2(3) of the Forestry Act 1967.]

[F322Any member of the General Teaching Council for England in receipt of remuneration .]

[F322Any member of the General Teaching Council for Wales in receipt of remuneration.]

Any member of the Higher Education Funding Council for England in receipt of remuneration.

Any member of the Higher Education Funding Council for Wales in receipt of remuneration.

[F323Member appointed by the Secretary of State of the Horserace Betting Levy Board.]

[F324 Member of the London Transport Users’ Committee in receipt of remuneration.]

[F325Member of the Monetary Policy Committee of the Bank of England appointed under section 13(2)(b) or (c) of the Bank of England Act 1998.]

Member of the staff of the National Audit Office.

[F326A member of a committee of the National Consumer Council established under section 1 of, or paragraph 12 of Schedule 1 to, the Consumers, Estate Agents and Redress Act 2007 (territorial and regional committees).]

Member of the staff of the Northern Ireland Audit Office.

[F327Member of the panel of persons available to serve as chairmen of the Care Tribunal in Northern Ireland.]

[F328Member of a panel of persons appointed to act as chairmen or other members of industrial tribunals in Northern Ireland.]

[F329Any member, in receipt of remuneration, of a panel of persons who may be selected to act as members of the Pensions Regulator Tribunal.]

Member of a panel of persons appointed under Schedule 10 to the M33Rent Act 1977 to act as chairmen and other members of rent assessment committees.

[F330Member of a panel of persons appointed under section 6 of the Social Security Act 1998.]

[F331Member of a panel of persons appointed under Article 7 of the Social Security (Northern Ireland) Order 1998 to act as members of appeal tribunals.]

[F332 Member of the F333. . . Passengers' Council in receipt of remuneration.]

[F334 Any member of the property commission established by virtue of section 19 of the Local Government etc. (Scotland) Act 1994.]

[F335Any member of the Qualifications and Curriculum Development Agency (continued under section 175 of the Apprenticeships, Skills, Children and Learning Act 2009) in receipt of remuneration.]

Any member of a residuary body established by Part VII of the M34Local Government Act 1985 who is in receipt of remuneration.

[F334Any member of a residuary body established by virtue of section 18 of the Local Government etc. (Scotland) Act 1994 who is in receipt of remuneration.]

[F336Member of the staff of the Serious Organised Crime Agency.]

[F337 Any member of the staff commission established by virtue of section 12 of the Local Government etc. (Scotland) Act 1994.]

[F171Member of the staff of the State Pathology Service for Northern Ireland.]

[F338Any member of the Training and Development Agency for Schools in receipt of remuneration.]

Any member, in receipt of remuneration, of an urban development corporation (within the meaning of Part XVI of the M35Local Government, Planning and Land Act 1980).

[F339Any member of the Young People's Learning Agency for England in receipt of remuneration.]

[F340National Assembly for Wales Commissioner for Standards.]

Northern Ireland Commissioner for Complaints.

[F341Northern Ireland Human Rights Commissioner.]

[F342The Northern Ireland Judicial Appointments Ombudsman.]

Officer or servant of the Crown Estate Commissioners.

Officer, clerk or servant appointed or employed under section 20 of the M36Greenwich Hospital Act 1865.

Officer of the [F343Senior Courts] being the holder of any office listed in any Part of Schedule 2 to the [F344Senior Courts Act 1981] or a district [F345judge] of the High Court.

[F346Ombudsman for the Board of the Pension Protection Fund and any deputy to that Ombudsman appointed under section 210 of the Pensions Act 2004.]

[F347Ordinary member of BBC Audience Council England, BBC Audience Council Northern Ireland, BBC Audience Council Scotland or BBC Audience Council Wales.]

Parliamentary Commissioner for Administration.

[F159Parliamentary Commissioner for Standards.]

[F348Parole Commissioner for Northern Ireland.]

[F171Pensions Ombudsman [F349and any deputy to that Ombudsman appointed under section 145A of the Pension Schemes Act 1993].]

Person appointed under section 3(1) of the M37Local Government and Housing Act 1989 to carry out functions relating to the political restriction of posts under local authorities, within the meaning of Part I of that Act.

[F350Person appointed to chair the School Support Staff Negotiating Body.]

[F351 Person appointed to hear and determine appeals under the M38Trade Marks Act 1994.]

Person holding a politically restricted post, within the meaning of Part I of the Local Government and Housing Act 1989, under a local authority, within the meaning of that Part [F352or a National Park authority].

[F353Person on the list of those eligible to sit as members of a Gender Recognition Panel.]

[F354The Police Ombudsman for Northern Ireland.]

[F355President of the Additional Support Needs Tribunal for Scotland.]

[F330President of appeal tribunals (within the meaning of Chapter I of Part I of the Social Security Act 1998) appointed under section 5 of that Act]

[F159[F356President of the Employment Tribunals (England and Wales)], [F356President of the Employment Tribunals (Scotland)] or member of a panel of persons appointed to act as chairmen or other members of [F356employment tribunals].]

[F357President or member of the Mental Health Tribunal for Scotland.]

[F358President or vice-president] of the panel of persons appointed under Schedule 4 to the M39Rent (Scotland) Act 1984 to act as chairmen and other members of [F359private rented housing committees].

[F360President of appeal tribunals appointed under Article 6 of the Social Security (Northern Ireland) Order 1998.]

[F361President, or member of a panel of persons appointed to act as chairman or other members, of the Special Educational Needs and Disability Tribunal for Northern Ireland.]

[F362President of the Special Educational Needs Tribunal for Wales, or member of a panel of persons appointed to act as chairman or other member of that Tribunal.]

[F363Prisoner Ombudsman for Northern Ireland.]

[F364Prisons and Probation Ombudsman for England and Wales.]

[F365Public Services Ombudsman for Wales.]

Public Works Loan Commissioner.

[F366Receiver for the Metropolitan Police District.]

[F367A regional returning officer for the purposes of the Scotland Act 1998.]

Registrar of the Privy Council.

Registrar of Public Lending Right.

Registration Officer appointed under section 8(2) [F368, (2A)] or (3) of the M40Representation of the People Act 1983.

[F369Regulator of Community Interest Companies.]

Rent officer [F370or deputy rent officer] appointed in pursuance of a scheme under section 63 of the M41Rent Act 1977.

Returning Officer under section 25(1) of the Representation of the People Act 1983 and any Deputy Returning Officer appointed by him.

[F371The reviewer appointed under section 40 of the Justice and Security (Northern Ireland) Act 2007.]

[F372Scottish Information Commissioner.]

[F373Scottish Parliamentary Standards Commissioner.]

[F374Scottish Public Services Ombudsman.]

[F375Scottish Road Works Commissioner.]

[F376Sentence Review Commissioner]

[F377Service Complaints Commissioner.]

Social Fund Commissioner.

[F171Social fund Commissioner in Northern Ireland.]

Solicitor in Scotland to any department of Her Majesty's Government in the United Kingdom.

Standing Counsel to any department of Her Majesty's Government in the United Kingdom.

Statutory officer appointed under section 70 of the M42Judicature (Northern Ireland) Act 1978.

Traffic commissioner for any area constituted for the purposes of the M43Public Passenger Vehicles Act 1981.

[F378Trustee of the Independent Living Fund (2006).]]]

Part IV

Offices disqualifying for particular constituencies

(...)